

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CLAUDIO RAIMUNDO DE BASTOS BRASIL

**AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS NA REGIÃO DO VALE DO  
JAGUARI/RS: UM ESTUDO EM NOVA ESPERANÇA DO SUL**

Porto Alegre

2016

CLAUDIO RAIMUNDO DE BASTOS BRASIL

**AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS NA REGIÃO DO VALE DO  
JAGUARI/RS: UM ESTUDO EM NOVA ESPERANÇA DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Lovois de Andrade Miguel

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Brasil, Claudio Raimundo de Bastos  
Agricultores familiares pluriativos na região do  
Vale do Jaguari/RS: um estudo em Nova Esperança do  
Sul / Claudio Raimundo de Bastos Brasil. -- 2016.  
136 f.

Orientador: Lovois de Andrade Miguel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Agricultura familiar. 2. Pluriatividade. 3.  
Unidade de produção agrícola. I. Miguel, Lovois de  
Andrade, orient. II. Título.

CLAUDIO RAIMUNDO DE BASTOS BRASIL

**AGRICULTORES FAMILIARES PLURIATIVOS NA REGIÃO DO VALE DO  
JAGUARI/RS: UM ESTUDO EM NOVA ESPERANÇA DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 22 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Antonio Verardi Fialho  
UFSM

---

Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil  
UFRGS

*Dedico este trabalho a todas as famílias de colonos, hoje agricultores familiares, que ajudaram no desbravamento, colonização e crescimento da região do Vale do Jaguari e especialmente da antiga Linha 7, hoje município de Nova Esperança do Sul.*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos meus familiares e amigos que torceram por mim e acompanharam o desenvolvimento deste trabalho, em especial minha companheira Lisane e meu filho Fred por entenderem minhas ausências.

Ao meu professor-orientador, hoje um amigo, Lovois de Andrade Miguel pela parceria, pelos ensinamentos, pelas críticas, pela paciência e também por entender minhas limitações.

A todos os professores do PGDR/UFRGS que de uma forma ou de outra auxiliaram no meu crescimento profissional e intelectual.

A equipe de técnicos administrativos e funcionários terceirizados do PGDR, em especial as queridas Eliane, Danielle e Dona Marlene, sempre dispostas a ajudar e auxiliar em tudo.

Aos colegas e amigos da turma 2014 do PGDR, mestrado e doutorado, pelas parcerias, pelo aprendizado e pelo crescimento pessoal e profissional.

Aos colegas e amigos de apartamento, Eder, Alexandre, Rickel, Bibiana e Júlio pela parceria, pelos pernoites na capital e principalmente pela amizade conquistada ao longo desses dois anos.

A equipe da Emater, escritório de Nova Esperança do Sul, pelo incentivo e apoio incondicional durante todo o período de realização desta pesquisa.

A todos os informantes-chave (produtores, empresários, técnicos agrícola, funcionários públicos, aposentados, etc.) que com seu conhecimento e experiência muito auxiliaram na primeira etapa desta pesquisa.

A todas as famílias de produtores rurais, principalmente aquelas utilizadas como estudo de caso, que receberam-me em suas residências e em suas propriedades com boa vontade, carinho e respeito e que foram fundamentais na etapa final da pesquisa.

E por fim, mas, não menos importante, a Deus que oportunizou-me mais esse aprendizado e colocou tantas pessoas especiais em meu caminho.

*Não ri seu moço daquele colono  
Agricultor que ali vai passando  
Admirado com o movimento  
Desconfiado lá vai tropicando  
Ele não veio aqui te pedir nada  
São ferramentas que ele anda comprando  
Ele é digno do nosso respeito  
De sol a sol vive trabalhando  
Não toque flauta, não chame de grosso  
Pra ti alimentar, na roça está lutando.  
(Música: O colono Autor: Teixeira)*

## RESUMO

O mundo contemporâneo vem passando pelas mais diversas transformações e essas à medida que vem ocorrendo têm afetado diretamente as comunidades envolvidas, inclusive no meio rural. Com isso, tem-se percebido uma maior atenção à agricultura familiar, não apenas no meio acadêmico, mas, também por parte dos formuladores de políticas públicas. Nova Esperança do Sul, município pertencente à região do Vale do Jaguari, tem buscado adaptar-se às mudanças impostas pela economia, agricultura contemporâneas e as novas exigências do meio rural. Entre essas mudanças, é perceptível a crescente diversificação da produção e o aumento da ocupação da mão de obra com a pluriatividade. Neste contexto, o presente estudo busca identificar e entender a importância da pluriatividade para a agricultura familiar local. Para isso, utilizou-se os conceitos da abordagem sistêmica, uma leitura da paisagem e entrevistas com informantes chave, visando reconstituir a evolução histórica da agricultura familiar, identificar e caracterizar as UPAs pluriativas, bem como os sistemas de produção nelas adotados. Os resultados identificaram cinco tipos de UPAs que desenvolvem a pluriatividade não apenas no setor coureiro, mas também no serviço público e no turismo rural, e que implementaram os mais variados sistemas de produção. O impacto concreto e as consequências da inserção da agricultura familiar nas atividades pluriativas pode ser visto na qualidade de vida das pessoas envolvidas e na gestão e organização dessas UPAs, o que aponta uma estratégia por parte dos produtores para tornar cada UPA mais eficiente em termos econômicos, sociais e ambientais, a fim de garantir a verdadeira sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Pluriatividade. Unidade de produção agrícola.

## ABSTRACT

The contemporary world has been going through various transformations and such as is occurring have directly affected the involved communities, including in rural areas. With this, we have observed greater attention to family farming, not only in academia but also on the part of policymakers. Nova Esperança do Sul, municipality belonging to the region Jaguari Valley, has sought to adapt to changes imposed by economics, contemporary agriculture and the new demands of rural zone. Among these changes, it is noticeable the increasing diversification of production and the increase of labor occupation with pluriactivity. In this context, the present study sought to identify and understand the importance of pluriactivity for local family farms. For this, we used the concepts of systemic approach, a landscape reading and interviews with key informants, in order to reconstruct the historical evolution of family farming, identify and characterize the pluriactive UPAs well as production systems adopted them. The results identified five types of UPAs that develop pluriactivity not only in the leather sector, but also in public service and in rural tourism, and have implemented a wide variety of production systems. The concrete impact and consequences of the inclusion of family farming in pluriactive activities can be seen in the quality of life of the people involved and the management and organization of these UPAs, which indicates a strategy by producers to make each UPA more efficient in economic terms social and environmental, thus ensuring true sustainability.

**Keywords:** Family farming. Pluriactivity. Agricultural production unit.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização da Região do Vale do Jaguari .....	18
Figura 2: Representação esquemática da Unidade de Produção Agrícola segundo a abordagem sistêmica:.....	34
Figura 3: Municípios que compõem o Corede Vale do Jaguari.....	51
Figura 4: Localização do município de Nova Esperança do Sul .....	52
Figura 5: Representação esquemática das zonas agroecológicas .....	56
Figura 6: Imagem aérea do município .....	58
Figura 7: Bacia do Ibicuí – U50.....	61
Figura 8 : Vista parcial do interior da Gruta Nossa Senhora de Fátima .....	63
Figura 9: Campo nativo em Nova Esperança do Sul. ....	64
Figura 10: Vegetação arbustiva em Nova Esperança do Sul.....	64
Figura 11 : Floresta Estacional Decidual de Nova Esperança do Sul – RS .....	65
Quadro 1: Tipos de Unidades de Produção encontrados que desenvolvem a pluriatividade .....	75
Figura 12: Localização da UPA – Tipo 1 .....	76
Figura 13: Cultivo de soja na UPA Familiar - Tipo 1 .....	79
Quadro 2: Itinerário técnico dos principais cultivos comercializados no estudo de caso UPA Familiar - Tipo 1 .....	80
Figura 14: Pipas de madeira na UPA Familiar - Tipo 1 .....	81
Quadro 3: Análise das rendas encontradas no estudo de caso UPA Familiar - Tipo 1 .....	81
Figura 15: Localização da UPA – Tipo 2 .....	83
Figura 16: Cultivo de milho na UPA Familiar - Tipo 2.....	86
Quadro 4: Itinerário técnico dos principais cultivos comercializados no estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 2 .....	87
Figura 17: Criação de gado e mangueira na UPA Familiar – Tipo 2 .....	88
Quadro 5: Análise das rendas encontradas no estudo de caso UPA Familiar - Tipo 2 .....	88
Figura 18: Localização da UPA – Tipo 3 .....	90
Figura 19: Parreiras localizadas na UPA Familiar - Tipo 3.....	93
Figura 20: Eucaliptos da UPA Familiar - Tipo 3.....	93
Quadro 6: itinerário técnico do principal cultivo comercializado no estudo de caso na UPA Familiar - Tipo 3 .....	94
Quadro 7: Análise das rendas encontradas no estudo de caso UPA Familiar – Tipo 3.....	96
Figura 21: Localização da UPA – Tipo 4 .....	97

Quadro 8: Itinerário técnico dos principais cultivos do estudo de caso na UPA Familiar - Tipo 4.....	100
Figura 22: Criação de gado de leite na UPA Familiar - Tipo 4 .....	101
Figura 23: Produção de silagem na UPA Familiar - Tipo 4.....	101
Figura 24: Resfriador de leite da UPA Familiar - Tipo 4 .....	102
Figura 25: Pluriatividade através do trabalho em couro, feito pelo proprietário da UPA Familiar - Tipo 4 .....	103
Quadro 9: Análise das rendas encontradas no estudo de caso na UPA Familiar - Tipo 4	103
Figura 26: Localização da UPA – Tipo 5 .....	105
Quadro 10: itinerário técnico dos principais cultivos do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 5.....	108
Figura 27: lavoura de milho encontrada no estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 5 ....	108
Figura 28: Vista parcial das cabanas e camping na UPA Familiar – Tipo 5 .....	109
Quadro 11: Análise das rendas encontradas no estudo de caso da UPA Familiar – Tipo 5 .....	110
Figura 29: Cabanas do balneário na UPA Familiar – Tipo 5 .....	112
Figura 30: Vista parcial da área de camping no balneário da UPA Familiar – Tipo 5.....	112

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 1 .....	77
Tabela 2: Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 2 .....	833
Tabela 3: Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 3 .....	911
Tabela 4: Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 4 .....	988
Tabela 5: Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 5 .....	1066

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Antes do Presente
APP	Área de Preservação Permanente
CAIs	Complexos Agroindustriais
CF	Constituição Federal
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IPE	Instituto de Previdência do Estado
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
UPA	Unidade de Produção Agrícola
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
UTH	Unidade de Trabalho Homem
VRS	Rodovia Vicinal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1	PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA .....	20
1.2	HIPÓTESES.....	21
1.3	OBJETIVO GERAL .....	21
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	22
<b>2</b>	<b>REVISÃO TEÓRICA</b> .....	<b>23</b>
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR.....	23
2.2	PLURIATIVIDADE .....	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>32</b>
3.1	A ABORDAGEM SISTÊMICA NO ESTUDO DA UPA.....	32
3.1.1	<b>Sistema de Cultivo</b> .....	34
3.1.2	<b>Sistema de Criação</b> .....	35
3.1.3	<b>Sistema de Produção</b> .....	35
3.1.4	<b>Sistema Social</b> .....	35
3.2	A OPERACIONALIZAÇÃO E AS ETAPAS DA PESQUISA .....	35
3.2.1	<b>A Pesquisa Bibliográfica</b> .....	36
3.2.2	<b>A leitura da paisagem e o zoneamento agroecológico</b> .....	36
3.2.3	<b>A História da Formação e Evolução Econômica e Social do município de Nova Esperança do Sul e a Tipologia das UPAs Familiares que desenvolvem a Pluriatividade</b> .....	38
3.2.4	<b>A utilização do Estudo de Caso</b> .....	40
3.2.5	<b>Os Indicadores Agroeconômicos utilizados para descrever e avaliar a agricultura familiar pluriativa de Nova Esperança do Sul</b> .....	42
3.2.6	<b>Compilação dos dados e análise dos resultados obtidos</b> .....	50
<b>4</b>	<b>ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL</b> .....	<b>51</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO JAGUARI E DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL .....	51
4.2	O SETOR AGROPECUÁRIO .....	52
4.3	O SETOR COUREIRO-CALÇADISTA .....	53
4.4	AS ZONAS AGROECOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL .....	54
4.4.1	<b>Geomorfologia</b> .....	56
4.4.2	<b>Clima</b> .....	58
4.4.3	<b>Solos</b> .....	59
4.4.4	<b>Hidrografia</b> .....	60
4.4.5	<b>Geologia</b> .....	62

4.4.6	<b>Formação Vegetal de Nova Esperança do Sul e sua utilização para a Agropecuária .....</b>	<b>63</b>
5	<b>A RECONSTITUIÇÃO DAS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA ECONOMIA E NA AGRICULTURA LOCAL .....</b>	<b>66</b>
5.1	<b>A ATUAL SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA ESPERANÇA DO SUL .....</b>	<b>72</b>
5.1.1	<b>A Tipologia dos agricultores familiares de Nova Esperança do Sul que desenvolvem a pluriatividade .....</b>	<b>73</b>
5.2	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE AGROECONÔMICA DAS UPAS REPRESENTATIVAS DOS DIFERENTES TIPOS DE UPAS FAMILIARES QUE DESENVOLVEM A PLURIATIVIDADE EM NOVA ESPERANÇA DO SUL.....</b>	<b>75</b>
5.2.1	<b>Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 1, que implementa sistema de produção baseado no cultivo de soja e trigo, com pluriatividade no serviço público .....</b>	<b>76</b>
5.2.2	<b>Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 2, que implementa sistema de produção de soja e pecuária de corte, com pluriatividade no setor coureiro-calçadista.....</b>	<b>82</b>
5.2.3	<b>Unidade de Produção Agrícola Familiar – Tipo 3, que implementa sistema de produção de uva e ovinos/suínos/bovinos, com pluriatividade no serviço público .....</b>	<b>89</b>
5.2.4	<b>Unidade de Produção Agrícola Familiar – Tipo 4, que implementa sistema de produção de pecuária de leite, com pluriatividade no setor coureiro-calçadista.....</b>	<b>97</b>
5.2.5	<b>Unidade de Produção Agrícola Familiar – Tipo 5, que implementa sistema de produção de pecuária de corte e arrendamento, com pluriatividade no turismo rural .....</b>	<b>104</b>
5.3	<b>ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NAS UPAS FAMILIARES QUE DESENVOLVEM A PLURIATIVIDADE .....</b>	<b>113</b>
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>123</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS INFORMANTES-CHAVE.....</b>	<b>128</b>
	<b>APÊNDICE B - DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DOS SISTEMAS PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - RS .....</b>	<b>129</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na problemática do desenvolvimento rural brasileiro, embasado na disseminação dos princípios da chamada “Revolução Verde”<sup>1</sup>, identifica-se que o modelo de produção agrícola adotado trouxe ao país problemas significativos de ordem econômica, social e ambiental, afetando principalmente a agricultura familiar.

Sabe-se, que na época uma parcela significativa dessa categoria social viu-se obrigada a migrar para os centros urbanos em busca de trabalho, melhores rendas e melhoria nas condições de vida.

Graziano da Silva (1998)<sup>2</sup> apud Mielitz Neto, Melo e Maia (2010), vai ao encontro dessa afirmação, quando afirma que na década de 1980 a modernização da agricultura expulsou “alguns” segmentos de produtores e esses acabaram não sendo absorvidos pela cidade. Segundo o autor, esse foi um dos poucos setores da economia que cresceu nesse período, porém, apenas os Complexos Agroindustriais (CAIs) e os grandes produtores tiveram acesso às linhas de crédito, ou seja, o Estado conduziu de forma errônea as políticas agrícolas e os instrumentos da época. Por isso, o autor classifica a década de 80 como a “década perversa”, pois acredita que foi uma das mais difíceis para a agricultura brasileira.

Atualmente, com o avanço dos anos tem-se percebido que tais desigualdades continuam abarcando uma série de discussões, tendo essas ganho intensidade e gerado repercussões nas mais variadas organizações, públicas e privadas, e nas mais diversas áreas do conhecimento.

Aliado a isso, o mundo contemporâneo vem passando pelas mais diversas transformações (tecnológicas, geopolíticas, sociais, econômicas e culturais) e essas à medida que vem ocorrendo têm afetado diretamente as comunidades envolvidas, estejam elas localizadas no perímetro urbano ou no meio rural.

Para Wanderley (2000)<sup>3</sup> apud Kageyama (2008), há uma crise instalada que

---

<sup>1</sup> Também conhecido como Processo de Modernização da Agricultura, foi um programa incentivado pelo EUA, que teve como objetivo o aumento da produção agrícola através do desenvolvimento de pesquisas em sementes e insumos, fertilização do solo e utilização intensa de máquinas e implementos visando o aumento significativo da produtividade.

<sup>2</sup> GRAZIANO DA SILVA, J. . **Turismo em áreas rurais:** suas possibilidade e limitações no Brasil. In: Almeida, J. A.; Froehlich, J. M.; Riedl, M. (Orgs.). Op. Cit., 2000.

<sup>3</sup> WANDERLEY, Maria Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, out/2000, p.87-145.

surgiu com o advento dessas transformações e a conseqüente implantação desse modelo produtivista que acabou culminado na modernização da agricultura. Segundo a autora, isso não significa o fim do mundo rural, pelo contrário, tais mudanças aliadas as recentes alterações do meio rural indicam o surgimento de uma nova ruralidade, agora caracterizada pela diversificação social, pela modernização do espaço rural, pela valorização dos patrimônios natural e cultural, pela diversificação das atividades dos agricultores, entre outros fatores.

Tais alterações geraram uma maior atenção e conseqüentemente uma ascensão às diversas temáticas relacionadas à agricultura familiar, não apenas no meio acadêmico, mas, também por parte dos formuladores de políticas públicas. Sem dúvida alguma, em ambos os casos, percebeu-se a relevância e importância da agricultura familiar para o processo de desenvolvimento rural brasileiro.

Na verdade, essa atenção originou-se ainda na década de 90, quando o Estado percebeu a necessidade de exercer um novo papel, afinal o modelo de desenvolvimento adotado na década anterior trouxe sérias conseqüências ao país, principalmente no que diz respeito às questões ambientais e sociais.

No período em questão, o Brasil já apresentava um meio rural diverso, com um lado concentrador de terras e uma agricultura intensiva destinada à exportação e de outro lado com um segmento marginalizado, desenvolvendo-se de forma independente e sem o auxílio das políticas públicas, o que culminou num crescente êxodo rural.

Com isso, as ações políticas da época foram no sentido de equilibrar as forças no setor, dando maior atenção às questões sociais do que as políticas anteriormente adotadas. Buscou-se ainda, destacar a importância econômica e social da agricultura no Brasil, além de garantir a segurança alimentar e definitivamente (re)organizar o espaço rural como um todo.

Idealizava-se também, um aumento das áreas destinadas à reforma agrária, contudo surgiram sérias críticas no sentido de que tais ações eram inviáveis, mediante a disponibilização de terras sem uma infraestrutura mínima de condições econômicas e sociais às famílias assentadas.

Mas, a agricultura familiar ganhou vez e voz no cenário nacional através da Constituição Federal (CF) de 1988, que garantiu a aposentadoria para o agricultor independentemente da contribuição à previdência. Além disso, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e

a promulgação da Lei da Agricultura Familiar em 24 de julho 2006 (BRASIL, 2006), políticas voltadas exclusivamente a essa categoria social, foram um marco na história da agricultura brasileira e uma resposta às pressões dos movimentos sociais, como o Grito da Terra, que ocorreram na década de 90.

A partir dos anos 2000, o Brasil torna-se um líder na América Latina, passando a ser respeitado pelas políticas públicas, principalmente as sociais, voltadas aos mais necessitados e pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado, tornando-se um exemplo em nível mundial.

As ações dos movimentos sociais voltados à agricultura intensificam-se, na sua maioria, com o objetivo de disponibilizar e expandir crédito agrícola e o apoio institucional às famílias de pequenos produtores rurais desassistidos (quilombolas, índios, mulheres, etc.) e às atividades (turismo, pesca, outros) que não foram atendidos pelas políticas públicas anteriormente adotadas. No mesmo período, ocorreu a criação do MDA para atender exclusivamente os agricultores familiares e desenvolver a reforma agrária, e de outros instrumentos facilitadores para o agricultor familiar brasileiro, como: PNAE, PNATER, Mais Alimentos, PAA, Seguro Agrícola, entre outros.

Os dados do IBGE (2010), referentes ao Censo Agropecuário 2006 indicam que a agricultura familiar contemporânea ocupa uma posição de destaque no espaço rural brasileiro, não apenas pela produção e oferta de produtos variados, mas principalmente por produzir boa parte dos alimentos que chegam às mesas das famílias do país.

Segundo essa pesquisa, dos quase 5,1 milhões de estabelecimentos agropecuários no país, mais de 4,3 milhões são caracterizados como agricultores familiares, representando 84% do total. Das 16,5 milhões de pessoas que exercem algum tipo de atividade rural, 12,3 milhões estão relacionadas de alguma forma à agricultura familiar, perfazendo 74% do total e dos 143,3 bilhões de reais gerados pelo setor agropecuário nacional, 54,3 bilhões são provenientes da Agricultura Familiar, alcançando 38% do total.

Esses dados, além de justificar a importância e atenção que o Estado tem dado nas últimas décadas às políticas públicas voltadas exclusivamente para essa categoria social, corroboram com a definição de Souza Filho e Batalha (2005), quando os autores afirmam que a agricultura familiar não está apenas relacionada as dimensões de áreas para as propriedades, mas, principalmente ao nível de

desenvolvimento tecnológico e aos sistemas de produção adotados nas mesmas.

Percebe-se, que essas mudanças (econômicas e sociais) impostas por uma economia globalizada e obviamente por essa nova ruralidade levaram a expansão desse setor econômico, fazendo com que suas formas de produção e comercialização tenham se adaptado as chamadas “leis do mercado”, o que é considerado uma exigência normal para os países capitalistas, como é o caso do Brasil.

Diante deste contexto, apresenta-se o Vale do Jaguari<sup>4</sup>, região composta pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda. Todos municípios caracterizados por possuírem atividades agropecuárias diversificadas e na sua quase totalidade realizadas por unidades produtivas tipicamente familiares.

Dados da FEE (2014) indicam que a região possui uma área total de 11.254,1 km<sup>2</sup>, onde destacam-se a produção de soja e a pecuária de corte, porém produtos oriundos da agricultura familiar como o arroz, leite, uva, fumo, aves, suínos, olericulturas, entre outras, também possuem importância para a economia local. No mesmo período, a região contava com aproximadamente 117.500 habitantes, possuindo um PIB per capita de R\$ 18.862 e com exportações na ordem de U\$ 61.563.266.

Para Anése (2009), nos últimos anos a região tem buscado possibilidades de desenvolvimento que levem em conta as potencialidades locais, mas essas muitas vezes esbarram na falta de estratégias suficientes para mobilizar determinados setores da economia. Segundo o autor, as instituições de abrangência regional como a URI, IF Farroupilha e o próprio COREDE<sup>5</sup> não conseguiram articular projetos que abrangessem o interesse comum de todos os municípios.

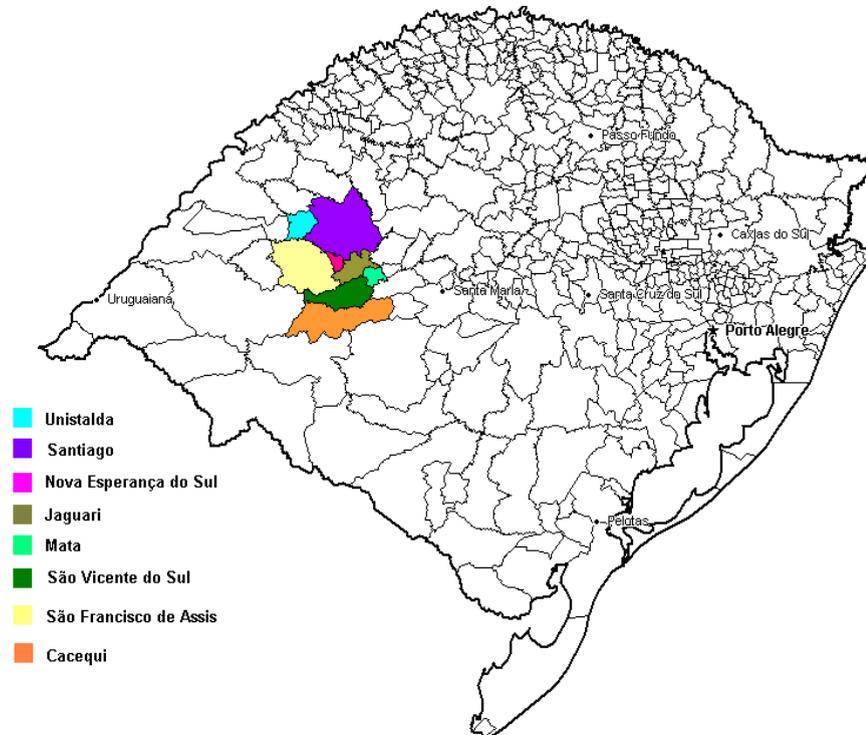
Desta forma, a agricultura familiar da região tem buscado adaptar-se às mudanças impostas pela economia e agricultura contemporâneas e pelas novas exigências do meio rural. Entre essas mudanças, é perceptível a crescente diversificação da produção e o aumento da ocupação da mão de obra com atividades consideradas não agrícolas, como é o caso da chamada pluriatividade.

---

<sup>4</sup> Os trabalhos de Perlin (2011) e Uberti (2012) caracterizam o processo de desenvolvimento e identificam o descobrimento da região do Vale do Jaguari/RS, respectivamente.

<sup>5</sup> Conselho Regional de Desenvolvimento: é um órgão de discussão, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos que visem à promoção do desenvolvimento econômico e social de uma determinada região do Rio Grande do Sul.

**Figura 1:** Mapa de localização da Região do Vale do Jaguari



**Fonte:** Anése (2009).

Schneider (2003) identifica cinco tipos de pluriatividade: a intersetorial; a de base agrária; a sazonal ou informal; a para-agrícola; e a tradicional-camponesa. O autor considera que este termo constitui um fenômeno social antigo que acontece não apenas pela produção, mas também através das relações com o mercado de trabalho, sejam elas atividades agrícolas e não agrícolas.

Atualmente, o melhor exemplo sobre essa busca pela pluriatividade na região, acontece em Nova Esperança do Sul<sup>6</sup>, município de típica colonização italiana, que atualmente é um grande produtor e exportador do setor coureiro calçadista, mesmo estando geograficamente afastado da região do Vale dos Sinos<sup>7</sup>.

Nas últimas décadas, o município tem expandido seu crescimento não apenas pela agropecuária, mas, também através do setor industrial, mais especificamente pela produção de calçados e o beneficiamento de couros e

<sup>6</sup> A obra intitulada **Nova Esperança do Sul – um relato histórico** (2010) de Vielmo D. A. e Vielmo H. A., conta a história do município desde a sua colonização até os dias atuais.

<sup>7</sup> A região do Vale do Sinos é conhecida como um polo do setor coureiro calçadista no Rio Grande do Sul e os trabalhos de Schneider (1999) e Fialho (2000) mostram pesquisas sobre a pluriatividade e as chamadas rendas não agrícolas, respectivamente, na referida região.

artefatos em geral.

Atualmente, a maior empresa local é o curtume da empresa Gobba Leather, que trabalha em três turnos, produzindo diariamente 2.500 couros e utilizando como matéria prima o couro verde ou *wet blue*<sup>8</sup>. A empresa atua na produção e beneficiamento de couros e raspas semi-acabados e acabados para as indústrias moveleira e automotiva e o destino de seus produtos é 15% para o mercado interno e os outros 85% exporta para os mercados do E.U.A, Europa e Ásia.

Em relação às demais empresas, consideradas menores, essas são produtoras das tradicionais botas de gaúcho, calçados femininos, artesanato em couro e artigos de selaria e montaria. Na sua maioria, são empresas tipicamente familiares que direcionam sua produção para o mercado interno brasileiro.

Devido essa forte expansão industrial no setor coureiro calçadista, Nova Esperança do Sul passou a ser conhecida na região do Vale do Jaguari e no Estado como a “Capital da Bota” e esse desenvolvimento social e principalmente econômico do município acabou atraindo parte da mão de obra disponível na região, inclusive pessoas oriundas do meio rural, integrantes da agricultura familiar, que viram no setor urbano e na atividade industrial uma forma de diversificar sua renda e melhorar sua qualidade de vida.

Deponti (2007), afirma que trabalhadores de outros municípios da região que não possuem tradição industrial valem-se do transporte coletivo oferecido pelo curtume para continuarem residindo em seus municípios de origem e diariamente trabalharem no curtume, sujeitando-se a este cansativo deslocamento diário porque o município não consegue oferecer moradias para alugar e vender conforme a demanda.

Acredita-se, que o mesmo pode estar ocorrendo com uma parcela significativa de agricultores familiares que residem em localidades do interior de Nova Esperança do Sul, ou seja, membros dessas famílias podem estar exercendo atividades tanto no curtume quanto nas outras empresas menores que são os ateliês, as fábricas de botas e as selarias.

Supõe-se ainda, que algumas pessoas pertencentes à agricultura familiar de Nova Esperança do Sul, possam estar trabalhando em outros setores da economia

---

<sup>8</sup> O couro *wet blue*, em inglês molhado-azul, é o tipo de couro que passou por um pré-curtimento, ou seja, os principais elementos poluidores como pêlos, sebo e restos de carne já foram retirados, o que facilita o próximo processo que é a curtição do mesmo.

local, como o comércio ou a prestação de serviços, e até mesmo no serviço público municipal ou estadual.

Sabe-se, que uma parcela menor da população rural do município já migrou para a zona urbana, fazendo com que alguns agricultores optassem por vender ou ainda arrendar suas terras. Aqueles que permanecem, mas, desenvolvem atividades pluriativas com certeza decidiram manter uma produção de menor escala em suas propriedades.

Supondo, que essa seja a realidade atual do município, isto, no entanto não significa que os agricultores familiares de Nova Esperança do Sul criaram barreiras para o desenvolvimento rural. Pelo contrário, através da pluriatividade eles podem estar implantando novas estratégias e mecanismos de diversificação das atividades rurais e da renda familiar, criando assim espaços de manobras perante possíveis crises do setor agrícola.

## 1.1 PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA

Tendo em vista os fatos apresentados, faz-se necessário os seguintes questionamentos:

- a) em quais setores da economia local a agricultura familiar de Nova Esperança do Sul desenvolve a pluriatividade?;
- b) como ocorrem as relações entre a agricultura familiar e as empresas do setor coureiro-calçadista do município?;
- c) como os agricultores familiares pluriativos organizam seus sistemas de produção e de criação afim de liberar mão de obra para a realização de atividades não agrícolas?

A realização de tal pesquisa justifica-se inicialmente pela importância e atenção que tem se dado nas últimas décadas aos temas da agricultura familiar e pluriatividade, no tocante ao processo de desenvolvimento rural. Aliado a isso, a pluriatividade tem sido considerada de suma importância, principalmente, por que é vista como uma fonte de ocupação da mão de obra do campo e conseqüentemente de permanência das famílias no meio rural.

Sabe-se, que apesar da região de estudo acompanhar o desenvolvimento tecnológico voltado às atividades agropecuárias, tem se percebido que cada vez

mais a agricultura familiar tem se envolvido em atividades consideradas não agrícolas. Desta forma, é importante se estudar a família como um todo, afinal é dentro deste sistema social que são tomadas as decisões e definidas as estratégias de reprodução.

Percebe-se ainda, que a agricultura familiar e a pluriatividade na região de estudo estão intimamente ligadas sobre diversos aspectos. Porém, os aspectos social e econômico precisam ser mais bem conhecidos e entendidos, não apenas no meio acadêmico, mas também pelos próprios agricultores, bem como pelos formuladores de políticas públicas, que teoricamente são os principais interessados em conhecer a realidade local, a fim de que possam ser implementados novos programas e projetos que contribuam com o desenvolvimento rural.

Desta forma, é justo afirmar que tal pesquisa é de extrema relevância social, mas também científica, pois, desconhece-se estudos e pesquisas que identifiquem a realidade da agricultura familiar, das rendas não agrícolas e da pluriatividade na região do Vale do Jaguari.

Portanto, tais justificativas corroboram para a realização deste estudo, que visa conhecer a agricultura familiar e a pluriatividade no município, e que apesar do seu ineditismo em nível regional, se apresenta como um trabalho totalmente exequível.

## 1.2 HIPÓTESES

- a) A pluriatividade tem papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar de Nova Esperança do Sul;
- b) o trabalho no setor coureiro-calçadista, em termos de benefícios econômicos e sociais e em número de trabalhadores, é o principal tipo de pluriatividade que ocorre entre os agricultores familiares no município.

## 1.3 OBJETIVO GERAL

Identificar e caracterizar os setores da economia de Nova Esperança do Sul, onde a agricultura familiar local desenvolve a chamada pluriatividade.

#### 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) reconstituir a evolução histórica da agricultura familiar de Nova Esperança do Sul;
- b) identificar e caracterizar os tipos de UPAs pluriativas e os sistemas de produção adotados nas mesmas;
- c) analisar as estratégias adotadas pelos membros dessas UPAs, para que os mesmos possa inserir-se no mercado não agrícola do município;
- d) realizar uma análise sobre as possibilidades futuras da agricultura familiar na região de estudo.

Diante do exposto, visando atender as questões da pesquisa, bem como os objetivos propostos, este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: o **capítulo 2** apresenta uma revisão bibliográfica sobre os temas agricultura familiar e pluriatividade, temas que norteiam a realização desta pesquisa. No **capítulo 3** encontra-se a metodologia, operacionalização e etapas desta pesquisa. Retrata ainda algumas definições sobre a abordagem sistêmica e o método do estudo de caso, conceitos esses empregados na realização deste trabalho. No **capítulo 4** encontra-se a caracterização e as primeiras informações sobre a região de estudo, assim como os dados obtidos através dos encontros e entrevistas com os informantes-chave. As transformações ocorridas ao longo das décadas, na economia e na agricultura de Nova Esperança do Sul, aparecem no **capítulo 5**, onde também pode-se identificar uma descrição da tipologia e dos estudos de caso das UPAs pluriativas encontradas no município, assim como a análise das estratégias adotadas nas mesmas. E finalmente, o **capítulo 6** aponta as considerações acerca dos dados e informações encontrados, mostrando o diagnóstico final acerca da agricultura familiar de Nova Esperança do Sul, identificando se as atividades desenvolvidas fora da unidade de produção agrícola são de fato importantes ao ponto de colaborarem para o processo do desenvolvimento rural sustentável deste pequeno município localizado no Vale do Jaguari.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

A seguir serão abordados na íntegra os principais temas que nortearam a realização deste trabalho, quais sejam: agricultura familiar e pluriatividade.

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Os conceitos acerca da agricultura familiar quase na sua totalidade caracterizam-na como sendo o trabalho e o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários, que usufruem na maior parte do tempo mão de obra exclusivamente familiar. Porém, sabe-se que no Brasil é grande e diversa a realidade rural, o que torna possível encontrar denominações das mais diversas para essa categoria social.

Sabe-se, que historicamente ao longo das décadas uma das principais características que diferem a agricultura familiar da chamada agricultura patronal, é que essa última caracteriza-se fortemente pela contratação de trabalhadores, fixos ou temporários, para desempenhar atividades diversas em propriedades de médio ou grande porte.

Abramovay (1997), considera que essa é uma oposição de natureza social, pois segundo o autor a agricultura familiar se apoia fundamentalmente na unidade entre gestão e trabalho de família, já a agricultura patronal é aquela em que gestão e trabalho são tratados separadamente. Aliado a isso, os países que mais prosperaram na agricultura foram aqueles nos quais a atividade teve base familiar e não a patronal, enquanto que os países que dissociaram gestão e trabalho tiveram como resultado social uma imensa desigualdade.

Para Wanderley (2009), a noção de agricultura familiar deve ser entendida de forma genérica como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho na unidade produtiva. Na opinião da autora, o agricultor familiar não é um personagem assim tão recente na sociedade atual e que mesmo tendo rompido com seu passado camponês, ainda guarda algumas características dos seus antepassados.

A verdade é que além das estratégias de ocupar a mão de obra familiar em atividades agrícolas e não agrícolas, os agricultores familiares frequentemente conciliam a mão de obra familiar com a contratada (temporária ou permanente) nas

atividades produtivas dentro das propriedades, quando há carência de mão de obra familiar. E isso geralmente ocorre em casos como quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas, a mão de obra familiar já perdeu seu potencial produtivo (predominância de idosos) e quando a propriedade pratica atividade produtiva altamente intensiva em mão de obra (SCHNEIDER, 1999).

Independentemente da nomenclatura ou das características específicas, sabe-se que foi a partir da década de 90 a agricultura familiar teve sua importância reconhecida no cenário econômico nacional, principalmente em virtude dos movimentos sociais da época exigirem a devida atenção para os chamados pequenos produtores, pois esses até então, na sua grande maioria, encontravam-se excluídos do processo de desenvolvimento.

No período citado, a agricultura familiar que entre as décadas de 60, 70 e 80 era analisada e caracterizada principalmente em função do tamanho da propriedade, passou a receber uma atenção especial por parte do mundo acadêmico que realizou vários estudos e passou a relacionar diversos temas com essa categoria social. Assim, da mesma forma agiu o Estado, criando e disponibilizando diversas políticas públicas voltadas especificamente a essa classe produtora.

Um exemplo significativo foi a criação da Política Nacional da Agricultura Familiar e a promulgação da Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006, que em seu Art. 3º caracteriza e considera agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele produtor que pratica atividades no meio rural e atende ao mesmo tempo os seguintes requisitos:

- I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
  - II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas diversas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
  - III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
  - IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006).

No parágrafo 2º do mesmo Artigo, a referida lei também considera agricultor familiar:

- I) silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

- II) aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III) extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;
- IV) pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.
- V) povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º;
- VI) integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (BRASIL, 2006).

Conforme Buainaim e Romeiro (2000) a identificação da agricultura familiar acontece, por que geralmente nessas propriedades são desenvolvidos sistemas de produção complexos, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado.

Em relação aos sistemas e estratégias adotadas, deve-se considerar que o que realmente caracteriza a agricultura familiar é a efetiva participação da mão de obra familiar nas atividades realizadas, sejam elas agrícolas ou não agrícolas, o que reforça a importância da diversificação da produção nas pequenas propriedades, Fialho (2000).

Schneider (2003), afirma que na agricultura familiar, a combinação entre a mão de obra familiar agrícola e não agrícola está relacionada à manutenção do estabelecimento agrícola assegurando sua reprodução socioeconômica. O trabalho agrícola e não agrícola exercidos de forma complementar pelos membros da família que residem na propriedade, frequentemente se deve a pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete sua renda, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda.

Essa composição das estratégias da Agricultura Familiar depende de aspectos importantes que compõem o meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. Afinal, ao se definir a agricultura familiar contemporânea é preciso que se leve em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não agrícola (pluriatividade) ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a essência da mão de obra familiar (agrícola ou não agrícola) seja preservada (SCHNEIDER, 2003).

Picolotto (2011) acredita que o reconhecimento da agricultura familiar tem se dado de três formas distintas, porém complementares entre si. A primeira está relacionada a importância política e dos atores que se constituíram como representantes da categoria, como FETRAF e CONTAG. A segunda diz respeito ao reconhecimento político e institucional oportunizado pelo governo, através de políticas públicas específicas e principalmente pela criação da Lei da Agricultura Familiar. A terceira é consequência do trabalho realizado a fim de reverter as qualidades negativas como atrasada, ineficiente e inadequada, ao qual a agricultura familiar era exposta. Para o autor, esse reconhecimento, mesmo que tardio, deu início ao processo de construção da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura contemporânea, fazendo com que o agricultor familiar passasse a ser reconhecido como um personagem político importante no cenário nacional.

Essa importância e reconhecimento vêm sendo ampliados nas últimas décadas e já havia sido identificada através dos dados do Censo Agropecuário de 2006. Na época, do total dos empreendimentos rurais existentes no país, 84,4% eram unidades de produção voltadas à agricultura familiar e apenas 15,6% eram empreendimentos rurais patronais. Nas propriedades familiares trabalhavam mais de 12 milhões de agricultores, ocupando mais de 24% da área total do Brasil. Em relação à força de trabalho da época, a agricultura familiar já respondia por quase 40% da renda gerada e empregava aproximadamente 75% da mão de obra existente no campo (IBGE, 2014).

Ademais, além da diversidade característica da agricultura familiar, outra importante qualidade dessa categoria social é a de adotar estratégias que possibilitem avanços significativos frente aos “espaços de manobra” que os mercados e o padrão tecnológico vem impondo aos processos produtivos nos últimos anos, Ploeg (2003).

Independentemente de uma definição analítica, tem-se percebido que apesar do crescimento e expansão da agricultura familiar nas últimas décadas, essa categoria social ainda não recebeu por parte de muitos setores da sociedade a importância merecida, como a que sempre foi dada aos produtos de grande escala e primordialmente voltados à exportação.

Contudo, nos dias atuais as atividades oriundas da agricultura familiar têm mostrado serem a garantia de um abastecimento interno alinhado às atuais demandas alimentares da população brasileira, conseguindo ainda criar um

ambiente propício para a redução da fome, ampliação do desenvolvimento rural e do bem estar no campo.

Desse modo, é necessário que esse seguimento produtivo do país seja cada vez mais fortalecido, tendo uma atenção importante para a produção e comercialização dos alimentos, mas, também como forma de preservação do patrimônio (social, cultural, ambiental) do meio rural.

## 2.2 PLURIATIVIDADE

Segundo Graziano da Silva (2000), os agricultores que detêm sua renda baseada em atividades tradicionais, acabaram por dependerem das variações climáticas, dos atravessadores, dos custos dos insumos, da diversificação da produção, entre outros fatores. Conforme o autor, a representação urbana passou a utilizar-se do espaço rural não só como um espaço de produção (de alimentos, de produtos primários), mas também como um espaço de biodiversidade, turismo, lazer e serviços, o que tem acarretado em “novas funções”<sup>9</sup> para este espaço.

Desta forma, sabe-se que a multifuncionalidade da agricultura é um fenômeno atual, onde as atividades agrícolas já não são as únicas fontes de renda para o produtor, por isso compete ao mesmo estar preparado e capacitado para essas mudanças, afinal produtores mais qualificados, tornam-se mais competitivos e conseguem entrar em mercados em que muitas vezes a escala produtiva, a alta tecnologia e até mesmo a diversificação das atividades são requisitos de sobrevivência.

Ellis (2000), ao tratar sobre a diversificação dos modos de vida no meio rural objetivando garantir o sustento familiar, indica que é preciso que ocorram mudanças nas ações dos indivíduos e das respectivas famílias. Para a autora, tal processo, é possível, entre outros fatores, quando se tem acesso aos capitais natural, humano, social, físico e financeiro.

Contudo, isso parece um tanto complexo se realizada a leitura de que, em se tratando de propriedades rurais que precisam produzir seu próprio sustento, o acesso a esses recursos, apresenta-se como um desafio quando se opta pela pluriatividade produtiva. Outra característica fundamental das famílias rurais nos

---

<sup>9</sup> Para um melhor entendimento sobre esse as “novas funções” do espaço rural acessar a obra: **O novo rural brasileiro** de José Graziano Silva da (2000).

países contemporâneos em desenvolvimento é a habilidade de adaptar-se com o objetivo de sobreviver, ou seja, de mudarem suas fontes de sustento em função das mudanças conjunturais que vão enfrentando (ELLIS, 2000).

Buainaim e Romeiro (2000) também acreditam que os agricultores familiares têm grande capacidade de adaptação e rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. Para esses autores, outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar nas últimas décadas é sem dúvida a pluriatividade.

Neste sentido, cabe ressaltar que é preciso estar atento para que não se confunda diversificação da produção com pluriatividade, afinal, essa última caracteriza-se pela dedicação de um tempo parcial do produtor ou de um membro da família na combinação de atividades agrícolas com não agrícolas, podendo essas serem realizadas dentro ou fora da unidade de produção agrícola.

Schneider (2003, p. 114) vai ao encontro dessa afirmação quando cita a importância da pluriatividade para a manutenção e sobrevivência da pequena propriedade:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências).

Portanto, reafirma-se que a pluriatividade não é a diversificação da produção, mas, sim a ampliação das atividades rentáveis da propriedade, pois é através dela que os membros das famílias de agricultores, que residem no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou ainda, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Os estudos de Baumel e Basso (2004, p. 139) identificam as características multidimensionais do meio rural e corroboram com a tese de que a pluriatividade auxilia no processo de desenvolvimento da agricultura familiar:

A pluriatividade se estabelece como uma prática social, decorrente da busca

de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura.

Pode-se ainda, considerar que a pluriatividade através de atividades agrícolas ou não-agrícolas, são de fato mecanismos de desenvolvimento, pois ambas contribuem para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção gere novos mecanismos de sobrevivência, de garantia de sua reprodução material, e até mesmo da ampliação de sua importância na estrutura social (BAUMEL; BASSO, 2004).

Outro aspecto importante e que cabe destacar é que alguns autores e pesquisas identificam que o que é chamado atualmente de pluriatividade, na verdade não é uma estratégia adotada assim tão recentemente no meio rural, independentemente da nomenclatura utilizada em cada período estudado.

Para Kageyama (1998), ainda na década de 1930 Rozman utiliza-se da terminologia “*part time farming*” (agricultura em tempo parcial), para se explicar alguns fenômenos ditos semelhantes na época. Segundo a autora, ocorreram ainda situações em que foram utilizadas outras terminologias, como por exemplo, “*multiple job-holding*” (empregos múltiplos), usada inicialmente por Fuguitt entre as décadas de 50 e 60. E a partir dos anos 80, na Europa, essa terminologia passou a ser utilizada como sinônimo de “*pluriactivité*” (pluriatividade).

Já Schneider (2003), considera que o fenômeno da pluriatividade começou a se expandir ainda na década de 1970 com a crescente diversificação das fontes de renda nas unidades de produção rurais.

Para o autor, “*part time farming*” significa a utilização de parte do tempo de trabalho da família ou de seus membros em atividades agrícolas, já o termo “*full-time farming*” (agricultura em tempo integral) é o oposto, pois significa a dedicação de todo tempo de trabalho dos membros da família para as atividades agrícolas. E “*pluriactivité*” refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional de um ou mais membros da família, tendo como contraponto o termo “*monoactivité*” (monoatividade) que significa o desempenho em apenas uma atividade, em tempo integral por parte dos membros da família (SCHNEIDER, 2003).

Schneider (2009) indica ainda que a hoje chamada pluriatividade já era pesquisada por Kautsky (1980) e Chayanov (1974) e que os mesmos já tentavam

explicar como os pequenos proprietários e camponeses utilizavam os recursos dos “trabalhos acessórios” e das “outras atividades não-agrícolas” no modo de funcionamento das formações sociais e das economias agrárias da sua época.

O autor reforça essa ideia de mudanças, quando cita que as mesmas, inclusive a pluriatividade, afetam diretamente o modo de ser da agricultura, enganando-se quem pensa ao contrário:

[...] Talvez o exemplo emblemático, entre outros, dessa mudança na “forma de ser” do rural seja a emergência e a expansão das “unidades familiares pluriativas”, pois é cada vez mais frequente que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dedique às atividades não-agrícolas, dentro ou fora das propriedades. A pluriatividade refere-se a emergência das situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se a um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2009, p. 27).

Desta forma, pode-se afirmar que a pluriatividade não se baseia única e exclusivamente nas questões ditas mais sociais, mas também na busca de novas atividades rentáveis dentro da própria unidade de produção familiar, ou seja, na diversificação do negócio da propriedade. É, portanto, o exercício de mais de uma atividade, não somente como forma de agregar valor ao produto, como no caso das agroindústrias, mas também de buscar diferentes tipos de renda através de outras atividades econômicas não agrícolas, como no caso do artesanato ou mesmo do turismo em espaços rurais.

Assim, a diversificação das atividades agrícolas aliadas ao complexo processo de desenvolvimento rural, sejam esses oriundos de políticas públicas ou mesmo dos movimentos sociais (Cooperativas, Sindicatos, ONGs), são desejáveis e importantes, porém, desde que efetivamente criem resultados positivos às famílias atingidas, minimizando desigualdades como a fome, a pobreza e o êxodo rural e consequentemente melhorando a qualidade de vida dessas pessoas.

Nussbaum e Sen (1996) indicam qualidade de vida como a representação de combinações de coisas que uma pessoa é capaz (capacitações) de fazer ou ser, e as suas funcionalidades, que representam partes do estado de uma pessoa – as várias coisas que ela faz ou é. Portanto, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar tais funcionalidades, como nutrir-se, ter saúde, ter trabalho, ter educação, integração social, entre outras (SEN, 2001). Segundo os

autores, o desenvolvimento humano em seu sentido mais amplo somente é alcançado à medida que os indivíduos de uma determinada sociedade passam a ter a liberdade de escolher e dispor de capacidades e meios para tal.

Schneider e Freitas (2013) vão ao encontro de tal afirmação e acreditam que a Abordagem das Capacitações estabelece um diálogo interessante e promissor com a perspectiva da diversificação dos meios de vida, fazendo que estudiosos do desenvolvimento rural passem a discutir mecanismos e estratégias de combate à pobreza e ao êxodo no meio rural, tendo por base a hipótese de que mais importante do que dar comida aos pobres seria dotá-los de recursos que estimulassem suas capacidades, fortalecendo os meios de que dispõem para realizar suas atividades,

Frente às constatações aqui apresentadas, que na sua totalidade evidenciam a pluriatividade como um vetor de desenvolvimento econômico e social, acredita-se que esses são apenas alguns dos motivos pelos quais ao longo dos anos esse tema vem destacado-se nas pesquisas rurais, assim como importante estratégia na busca de soluções concretas para os problemas sociais (como a geração de trabalho e melhoria da renda), que por vezes tem prejudicado a ascensão da agricultura familiar e conseqüentemente o desenvolvimento rural.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo descrever todo o processo metodológico adotado para desenvolver o presente trabalho, identificando o método utilizado, assim como a operacionalidade e as diversas etapas do mesmo.

#### 3.1 A ABORDAGEM SISTÊMICA NO ESTUDO DA UPA

Segundo o biólogo Ludwig von Bertalanffy (1975), criador da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), a mesma é interdisciplinar, isto é, pode ser utilizada para fenômenos investigados nos mais diversos ramos da pesquisa científica. Para o autor, tal teoria não se limita aos sistemas materiais, mas aplica-se a todo e qualquer sistema constituído por componentes em interação, podendo também ser desenvolvida em várias linguagens matemáticas, em linguagem escrita ou ainda computadorizada.

Dufumier (1996)<sup>10</sup> apud Cotrim (2003) cita que a abordagem sistêmica baseia-se na aquisição progressiva de conhecimento, partindo-se do geral para o particular. De acordo com esse conceito, a pesquisa parte das relações que o objeto de estudo tem com o mundo, com o país e a região onde esteja localizado, para conseqüentemente se chegar a unidade de produção agrícola a ser estudada.

Lima et al. (1995) corroboram com essa afirmação e consideram uma unidade de produção um sistema que se relaciona com o meio ambiente físico, econômico e cultural, retendo desse conjunto os elementos que determinam o funcionamento do mesmo. Para esses autores, a família e a propriedade constituem de fato um sistema.

Diante do exposto e visando atender os objetivos desta pesquisa, optou-se por utilizar os conceitos da abordagem sistêmica a fim de identificar os agricultores familiares pluriativos de Nova Esperança do Sul, seus principais sistemas de produção e as conseqüências para a UPA sempre que os mesmos optam por atividades não agrícolas.

O fato é que a realidade de uma unidade de produção, investigada a partir de conceitos da abordagem sistêmica propicia uma análise mais ampla e detalhada das

---

<sup>10</sup> DUFUMIER, M. Les Projects de Développement Agricole. Éditions Karthala – CTA, Paris. 1996. 354 p.

relações que esta unidade desfruta com o meio em que está inserida. Isso possibilita ao pesquisador uma maior segurança para analisar, entender e responder diversos aspectos, entre eles o fenômeno das rendas não agrícolas. Fenômeno esse que está relacionado ao principal ponto deste trabalho: a pluriatividade.

Silva Neto (2005) vai ao encontro desta ideia, ao citar que a abordagem sistêmica tem analisado e auxiliado a agricultura de forma significativa em trabalhos tanto de pesquisa como de extensão rural. Para esse autor, apesar de ter surgido como uma resposta a visões puramente disciplinares, essa abordagem tem se apresentado ao longo do tempo como um novo paradigma para questões relacionadas ao desenvolvimento rural, e que mesmo tendo sofrido diferentes mudanças, encontra-se consolidada, apesar de extremamente heterogênea.

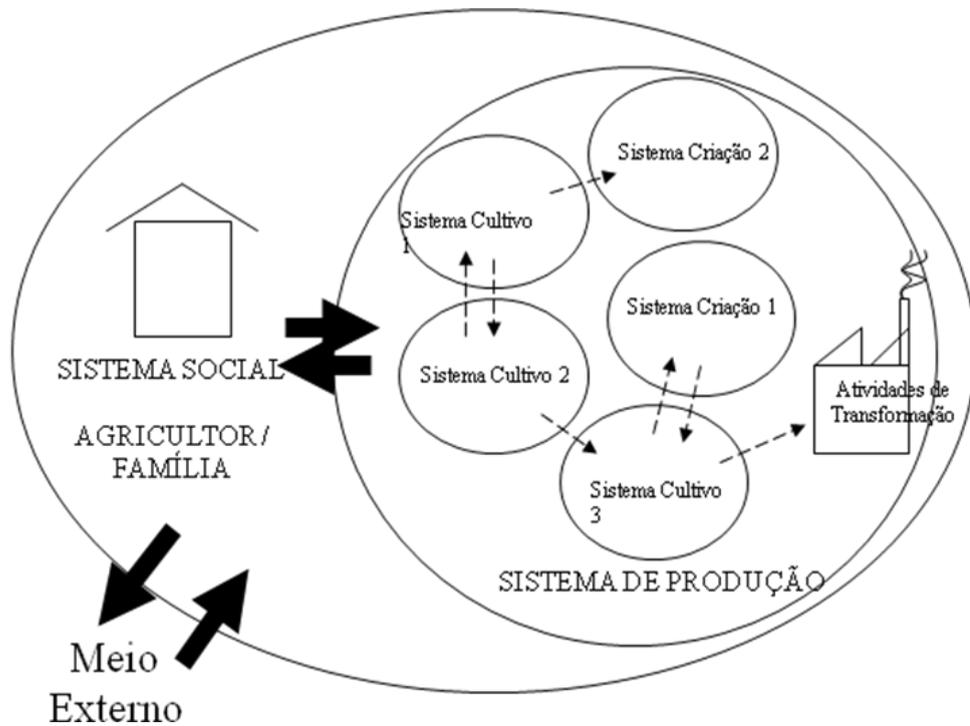
A figura 2 mostrada a seguir corrobora com as afirmações anteriores, pois identifica a representação esquemática de uma UPA segundo os conceitos da abordagem sistêmica, evidenciando que a mesma constitui-se de elementos diversos (produtor, fornecedores, meios de produção, animais, etc.) e que esses relacionam-se constantemente.

Desta forma, acredita-se que pesquisas relacionadas a temática do desenvolvimento rural, não podem ser realizadas de maneira que se tente responder de maneira isolada temas como produção, renda e pluriatividade

Por isso, ao se utilizar a abordagem sistêmica na realização deste trabalho, busca-se compreender a importância de cada componente e também identificar como ocorrem as inter-relações entre os vários elementos que compõem uma UPA na região de estudo.

Cabendo destacar ainda que a abordagem sistêmica também é importante para que se possa aprofundar os conhecimentos a cerca da origem e evolução da agricultura familiar local e regional.

**Figura 2:** Representação esquemática da Unidade de Produção Agrícola segundo a abordagem sistêmica:



Fonte: Miguel (2014).

Aliado a isso, a abordagem sistêmica aborda ainda outros conceitos que são de suma importância para o entendimento e elucidação dos resultados e análises apresentados neste trabalho porque eles permitem reconstituir e estudar e analisar a UPA. Sendo eles o sistema de cultivo, sistema de criação, sistema de produção e sistema social, todos descritos a seguir.

### 3.1.1 Sistema de Cultivo

Consiste na descrição dos cultivos (e seus itinerários técnicos específicos) realizados em nível de uma parcela e seguindo uma ordem de sucessão conhecida e recorrente. Um sistema de cultivo pode ser definido pelos tipos de cultivos; pela ordem de sucessão dos cultivos em nível da parcela assim como pelo itinerário técnico implementado em cada cultivo. (SEBILLOTE, 1990).

### **3.1.2 Sistema de Criação**

Pode ser definido pela combinação dos diferentes modos de condução (ou manejos) aplicados às diferentes categorias de uma espécie animal. Consiste nas atividades coordenadas pelo homem para valorizar produtos agrícolas ou não agrícolas através de animais para obter um produto (leite, carne, peles, trabalho, esterco, etc.) ou com outros objetivos (religião, status social, etc.) (LANDAIS; LHOSTE; MILLEVILLE, 1987).

### **3.1.3 Sistema de Produção**

É a combinação de sistema(s) de cultivo e/ ou sistema(s) de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção que uma unidade de produção agrícola dispõe (disponibilidade de força de trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.). Integra igualmente as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites da unidade de produção agrícola (DUFUMIER, 1996).

### **3.1.4 Sistema Social**

É concebido com um “sistema aberto” que se encontra em relações de interdependência com certo número de sistemas circundantes, interagindo nos seus mais diversos níveis, podendo ocorrer entre pequenos grupos, comunidades locais e até mesmo sociedades totais (PARSONS, 1968).

## **3.2 A OPERACIONALIZAÇÃO E AS ETAPAS DA PESQUISA**

Nesta etapa, estão descritos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, abordando-se criteriosamente cada uma das etapas realizadas, desde a leitura da paisagem, passando-se pelas entrevistas, cada um dos estudos de caso escolhidos e finalizando-se com a análise dos dados e das informações obtidas.

### **3.2.1 A Pesquisa Bibliográfica**

A primeira etapa do trabalho constituiu-se basicamente de uma revisão bibliográfica acerca dos temas agricultura familiar e pluriatividade. A partir de leituras de teses, dissertações e artigos diversos, foi possível caracterizar tais temas e ainda diferenciar de uma forma bem mais clara os conceitos de diversificação da produção e pluriatividade.

Posteriormente, a fim de conhecer e caracterizar a região do Vale do Jaguari e o município de Nova Esperança do Sul foram coletadas informações sobre a região de estudo. Tais dados foram obtidos através da Prefeitura Municipal, documentos históricos, artigos de jornais, revistas e publicações em geral. As informações sobre dados estatísticos e mapas, foram encontradas em *sites* de instituições reconhecidas como Emater, IBGE e FEE e da própria Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Sul.

Através desta etapa, que foi realizada de 10 de março a 02 de maio de 2015, conseguiu-se obter uma visão preliminar sobre a região de estudo, identificando-se informações importantes sobre sua colonização, economia, cultura, tipos de produtores, agricultura e produção existentes. As características do clima, relevo e hidrografia predominantes na região do Vale do Jaguari também começaram a ser analisadas durante esta etapa do trabalho.

### **3.2.2 A leitura da paisagem e o zoneamento agroecológico**

Após a análise dos dados secundários, a etapa seguinte constituiu-se de uma profunda observação e leitura da paisagem pelo interior de Nova Esperança do Sul.

Cabe destacar, que paisagem nem sempre é aquilo que enxergamos, nem sempre é aquilo que está frente dos nossos olhos, mas que tem muito a ver com nossa memória e com nossas experiências vividas.

Segundo Milton Santos (2004), paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Caracterizada por uma dada distribuição de formas-objetos, sendo que esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico.

Para Claval (2001) a paisagem traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades. Ela, a paisagem, é marcada pelas técnicas materiais que a sociedade domina e é moldada para responder às convicções religiosas, às paixões ideológicas ou aos gostos estéticos dos grupos, constituindo-se desta maneira um documento-chave para compreender as culturas, o único que subsiste frequentemente para as sociedades do passado.

Móseno (2008) indica que a leitura da paisagem consiste na identificação do espaço geográfico no qual a diversidade do meio natural e social articula-se de maneira organizada e finalizada.

Diante do exposto, cabe justificar que fez-se necessário uma “leitura da paisagem” pelo interior do município, a fim de que se pudesse identificar *in loco* a realidade rural local e também para que se pudesse confrontar algumas informações obtidas através dos dados secundários.

Já o zoneamento agroecológico serve para identificar a existência ou não de zonas homogêneas no município, possuindo ainda um papel fundamental para a verificação dos tipos de agricultores familiares existentes, bem como suas dinâmicas de produção, e as formas de uso e ocupação do solo.

Através de uma leitura da paisagem é que se consegue obter a definição de um zoneamento agroecológico local, o que justifica e explica a maioria das informações encontradas até o momento.

A construção de um zoneamento agroecológico, realizado através das saídas de campo, permitiu uma visão mais ampla da realidade agrícola do município, pois foram identificados elementos como o clima, o relevo, a fauna e a hidrografia. Também foi observado a ação antrópica em cada região, visando identificar e relacionar a mesma com os sistemas de produção e cultivo adotados pela agricultura familiar pluriativa.

Essa etapa do trabalho, realizada no período de 13 a 20 de abril de ano 2015, através de saídas de campo, teve como objetivo criar uma definição acerca das zonas agroecológicas existentes no município. Por isso, foi necessário conhecer as diversas localidades do interior de Nova Esperança do Sul, a fim de que se pudesse analisar e identificar características como o clima, o relevo, a hidrografia e o solo, além das formas de uso desses diferentes recursos naturais. Serviu também, para uma identificação dos tipos de agricultores existentes, os tipos de criações e culturas

por eles adotadas, e as técnicas praticadas em cada localidade visitada.

### **3.2.3 A História da Formação e Evolução Econômica e Social do município de Nova Esperança do Sul e a Tipologia das UPAs Familiares que desenvolvem a Pluriatividade**

Para esta etapa do trabalho, realizada entre os dias 02 e 17 de maio de 2015, utilizou-se do conhecimento e experiência de informantes-chave, ou seja, pessoas com profundo saber em relação não apenas a agricultura, mas também sobre a colonização e conseqüentemente a formação econômica e social da região do Vale do Jaguari e principalmente do município de Nova Esperança do Sul.

Para isso, foram realizadas entrevistas em grupos e individuais com os moradores mais antigos das localidades do interior. Também foram realizadas entrevistas na sede do município, com pessoas ocupantes de cargos e funções importantes nos mais diversos segmentos econômicos do município.

A busca e análise dessas informações foram imprescindíveis para que se pudesse confrontar com questões encontradas durante a leitura da paisagem, servindo também para que se pudesse entender e relacionar os distintos períodos vividos pelos principais setores da economia local, ou seja, a agricultura e setor coureiro-calçadista. E principalmente, para que se começasse a entender quando e de que forma a agricultura familiar do município passou a desempenhar atividades consideradas pluriativas, dentro ou fora da UPA.

Deste modo, o pesquisador utilizou-se de uma entrevista (Apêndice A), composta de um questionário com perguntas abertas, que serviram de base para que os informantes-chave pudessem descrever com melhor clareza a história, trajetória e evolução da agricultura e da economia do município. E se possível, ainda auxiliassem na identificação e descrição da agricultura familiar pluriativa de Nova Esperança do Sul.

Foram entrevistados os seguintes informantes-chave:

- a) secretário municipal de agricultura de Nova Esperança do Sul, Técnico Agrícola formado nos anos 80, pelo Instituto Federal Farroupilha;
- b) técnico agrícola da Emater, responsável pelo escritório local;
- c) engenheiro florestal da Emater, Supervisor Regional do Vale do Jaguari e da região de Santa Maria;

- d) presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Esperança do Sul;
- e) presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Couro de Nova Esperança do Sul;
- f) técnico agrícola, formado pelo Instituto Federal Farroupilha, empresário autônomo, prestador de serviços para a Prefeitura de Nova Esperança do Sul;
- g) engenheiro agrônomo, formado pela URI-Campus Santiago, empresário autônomo, prestador de serviços para a Prefeitura de Nova Esperança do Sul;
- h) empresário industrial, 73 anos, aposentado do setor coureiro-calçadista e atualmente pecuarista;
- i) professor aposentado, atualmente pecuarista, ex-prefeito da primeira administração do município;
- j) produtor rural e empresário, 70 anos, ex-vice prefeito da primeira administração do município;
- k) agricultor aposentado, 82 anos, membro da Associação de Moradores da localidade do Piquiri;
- l) agricultora aposentada, 78 anos, membra da Associação de Moradores da localidade do Piquiri;
- m) agricultor aposentado, 74 anos, membro da Associação de Moradores da localidade do Planalto;
- n) agricultor familiar, 48 anos, atualmente vereador e membro da Associação de Moradores da localidade do Capão Grande;
- o) agricultor aposentado, 66 anos, membro da Associação de Moradores da localidade do Rincão do Ouro;
- p) agricultor familiar, 71 anos, aposentado como motorista, membro da Associação de Moradores da localidade do Piquiri;
- q) agricultora familiar, 64 anos, membra da Associação de Moradores da localidade do Piquiri;
- r) agricultor aposentado, 70 anos, membro da Associação de Moradores da localidade da Linha 3;
- s) agricultora aposentada, 67 anos, membra da Associação de Moradores da localidade da Linha 3.

As visitas e entrevistas realizadas com os informantes-chave, citados anteriormente, tiveram como principal objetivo conhecer a história da colonização e das diversas mudanças ocorridas ao longo das décadas na agricultura e na economia do Vale do Jaguari, mas principalmente de Nova Esperança do Sul.

E tiveram ainda a intenção de identificar uma pré-tipologia das unidades de produção agrícola do município, que desempenham atividades pluriativas, dentro ou fora da UPA, nos mais variados segmentos econômicos.

A fim de obter-se uma definição clara e precisa, realizou-se uma pesquisa exploratória, através de um questionário (Apêndice A) contendo as seguintes perguntas relacionadas a tipologia e composição da agricultura familiar local:

- a) como você descreve a trajetória da agricultura familiar pluriativa ao longo do tempo em Nova Esperança do Sul?;
- b) quais as principais atividades pluriativas desenvolvidas em Nova Esperança do Sul pela agricultura familiar ao longo das décadas até os dias de hoje?;
- c) como você avalia a relação e a importância (econômico e social) do setor coureiro calçadista com a agricultura familiar de Nova Esperança do Sul?

Diante dos resultados, ficou evidente que em muitas unidades de produção agrícola, pelo menos um membro da família utilizava-se da pluriatividade como forma de obter um incremento na renda familiar. Basicamente o que diferencia um do outro são a distância da propriedade em relação à sede do município, o tipo de cultivo e produção adotados, a história e cultura da família e a zona agroecológica onde cada um está inserido.

Chegou-se então a uma tipologia, definida em consenso com os informantes-chave, que apontou a existência dos seguintes tipos de unidades de produção agrícolas familiares, que exercem atividades pluriativas, conforme mostra o Quadro 1 no item 5.2.

### **3.2.4 A utilização do Estudo de Caso**

Segundo Yin (2001) sempre que o pesquisador utiliza-se de estudos de caso, basicamente é por três motivos:

- a) por que o mesmo não possui nenhum controle sobre os eventos a serem pesquisados;
- b) quando busca responder questões do tipo “por que” e “como” e
- c) quando os temas a serem analisados são temas considerados atuais e contemporâneos.

No caso específico desta pesquisa, a opção de se utilizar como método o estudo de caso, deve-se ao fato de tentar-se descobrir *como* e *porque* a agricultura familiar da região de estudo tem utilizado a pluriatividade como estratégia de diversificação da renda, melhoria da qualidade de vida e permanência no meio rural.

Conforme Cotanda et al. (2008), ao utilizar-se do estudo de caso o pesquisador pode utilizar diversas formas de produção de dados como a observação, as entrevistas, histórias de vida, etc., devendo sempre estar atento ao tipo de informação que busca, assim como as pessoas a serem investigadas.

Segundo Yin (2001)<sup>11</sup> apud Mósena (2008) as pesquisas que utilizam-se do método de estudo de caso, agregam duas fontes de evidências poucas vezes utilizadas pelo pesquisador, que são a observação direta e a série sistemática de entrevistas.

Fritz Filho (2009) corrobora com tal afirmação quando afirma que analisar uma unidade de produção agrícola é algo que depende da variedade e tipos de UPAs encontradas, exigindo cuidados devido à complexidade deste tipo de trabalho.

Cabe destacar também que o pouco tempo disponível para que o pesquisador pudesse entrevistar todos representantes dos vários tipos de unidades de produção agrícola encontradas, fez com que se optasse pelo estudo de caso para realização da etapa final desta pesquisa.

Diante de tais considerações, para essa pesquisa definiu-se pela escolha de um representante de cada tipo de agricultor familiar pluriativo encontrado. A forma de escolha de cada um desses representantes deu-se de forma não aleatória, mas, direcionada e principalmente de acordo com a representatividade que cada UPA escolhida possui perante a comunidade onde está inserida.

Assim, para realizar o diagnóstico e análise dos sistemas de produção adotados em cada uma dessas UPAs, utilizou-se de um roteiro de estudo (Apêndice

---

<sup>11</sup> YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Brokmann, 2001.

B), com um questionário semiestruturado contendo os indicadores agroecômicos listados no capítulo a seguir.

Esse momento do trabalho ocorreu entre os dias 13 de junho e 17 agosto de 2015.

### **3.2.5 Os Indicadores Agroecômicos utilizados para descrever e avaliar a agricultura familiar pluriativa de Nova Esperança do Sul**

Aqui destacam-se os principais indicadores agroecômicos utilizados para descrever e avaliar os sistemas de produção adotados pelos agricultores familiares pluriativos da região de estudo. Tais indicadores são importantes na medida que deixam evidente a importância da decisão tomada pelos produtores de como e o que produzir.

Os indicadores, baseados em Miguel e Machado (2010), de uma maneira em geral, identificam de uma forma quantitativa, expressa em números, a realidade de uma UPA em um determinado ano agrícola, servindo também para que se possa fazer comparações dos resultados apresentados entre as diferentes UPAs pesquisadas.

No caso específico deste trabalho, mais importante ainda é identificar a importância da atividade pluriativa para cada UPA pesquisada, e também, saber de que forma esse tipo de atividade está interferindo do modo de vida dessas famílias.

Cabe destacar, que em uma UPA, considerada um modelo de sistema, os fatores de produção, terra (T), capital (K) e trabalho (W) interagem entre si e conseqüentemente resultam em bens e serviços destinados ao mercado ou a própria UPA.

Segundo Miguel e Machado (2010), esses indicadores permitem com maior exatidão uma comparação de resultados detectados em distintas UPAs. Dentre os principais indicadores utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa destacam-se:

**Superfície Total (ST):** equivale à área (em hectares) da UPA, independentemente do grau e da forma de utilização (com atividades agrícolas, inaproveitáveis, etc.) e de sua situação fundiária (propriedade titulada, posse, comodato, área arrendada, etc.). A Superfície Total (ST) inclui tanto áreas arrendadas de terceiros quanto áreas arrendadas para terceiros.

**Superfície Agrícola Útil (SAU):** é a área (em hectares) da UPA efetivamente explorada com atividades agrícolas, descontadas as áreas improdutivas, as áreas que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola e as áreas arrendadas ou cedidas a terceiros. As áreas arrendadas a terceiros somente em uma parte do ano agrícola são incluídas na SAU, desde que ponderadas segundo o período de disponibilidade (restevas de lavouras anuais). Cabe salientar que a Superfície Agrícola Útil (SAU) deve ser sempre equivalente ou inferior à Superfície Total (ST) da UPA.

**Mão de Obra Disponível (UTH):** é a disponibilidade de mão de obra na UPA, tanto familiar quanto externa (empregados fixos e diaristas). A Mão de Obra Disponível é medida em Unidade de Trabalho Homem (UTH). Uma UTH equivale a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias. A mão de obra terceirizada (empreitadas ou patrulha agrícola) ou a troca de mão de obra (“troca-dia”) não é contabilizada para fins de estimativa da Mão de Obra Disponível na UPA.

- a) Mão de Obra Disponível Familiar (UTHf):** é o somatório da mão de obra proporcionada pelos diferentes membros da família e utilizada de maneira direta ou indireta na UPA;
- b) Mão de Obra Disponível Contratada (UTHc):** é o somatório da mão de obra aportada por indivíduos externos à família (empregados fixos ou diaristas) e envolvidos de maneira direta ou indireta na UPA;
- c) Mão de Obra Disponível Total (UTHt):** somatório da mão de obra familiar (UTHf) e não familiar (UTHc) utilizada direta ou indiretamente na UPA.

**Produto Bruto (PB):** é o valor final dos produtos agrícolas e serviços (artesanato, agroindústria caseira, etc.) gerados no decorrer do ano agrícola na UPA. Integram o Produto Bruto a produção vendida ou utilizada na forma de pagamento de serviços de terceiros, a produção agrícola consumida pela família, a produção estocada (produtos agrícolas e animais prontos para abate/comercialização) e a produção utilizada na alimentação de empregados. Pode ser calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{PB} = (\text{QV } 1, 2, n \times \text{PV } 1, 2, n) + (\text{QEST } 1, 2, n \times \text{PV } 1, 2, n) + (\text{QCE } 1, 2, n \times \text{PV } 1, 2, n) + (\text{QCF } 1, 2, n \times \text{PC } 1, 2, n)$$

Onde:

**QV 1, 2, n** é a quantidade vendida do produto agrícola;

**PV 1, 2, n** é o preço pelo qual foi vendido ou avaliado o produto agrícola;

**QEST 1, 2, n** é a quantidade estocada do produto agrícola;

**QCE 1, 2, n** é a quantidade do produto agrícola consumida por empregados;

**QCF 1, 2, n** é a quantidade do produto agrícola que foi consumida pela família (autoconsumo da família);

**PC 1, 2, n** é o preço de compra no mercado local do produto agrícola consumido pela família (autoconsumo da família).

**Consumo Intermediário (CI):** é o valor dos insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos externos e destinados ao processo de produção na UPA, tanto agrícolas quanto utilizados na transformação da produção. São considerados intermediários por que através do trabalho e dos demais meios de produção, agregam valor num produto final.

**Valor Agregado Bruto (VAB):** corresponde à riqueza bruta produzida na UPA, ou seja, ao Produto Bruto descontado do valor dos insumos e serviços de terceiros utilizados no decorrer de um ano agrícola.

$$\text{VAB} = \text{PB} - \text{CI}$$

Onde: **PB** é o Produto Bruto e **CI** é o Consumo Intermediário.

**Depreciação (D):** corresponde à fração do valor dos meios de produção existentes na UPA e adquiridos de outros agentes (máquinas, equipamentos, benfeitorias, instalações, etc.) que não são integralmente consumidos no decorrer de um ciclo de produção. São os bens adquiridos, que sofreram desgaste e conseqüentemente perderam o valor. Exceto a terra, que não entra neste tipo de cálculo. Para isso, utiliza-se a seguinte fórmula:

$$\text{D} = \text{Valor do Ben Avaliado/Vida Útil Restante}$$

**Valor Agregado Líquido (VAL):** é a riqueza líquida produzida na UPA, ou seja, ao Valor Agregado Bruto descontado do valor correspondente à Depreciação

(Dep) dos equipamentos e benfeitorias.

$$\text{VAL} = \text{VAB} - \text{Dep}$$

Onde:

**VAB** é o Valor Agregado Bruto;

**Dep** é o somatório da depreciação dos equipamentos e das benfeitorias.

**Custo de Arrendamento (Arr):** corresponde à despesa realizada no decorrer de um ano agrícola em decorrência de arrendamento ou aluguel de áreas agrícolas de terceiros com fins produtivos, independentemente da existência de contratos legais ou da forma de pagamento (em espécie ou em produto).

**Despesas Financeiras (DF):** são as despesas realizadas no decorrer do ano agrícola em decorrência do pagamento de juros e outras despesas (taxas, seguros, etc.) relacionadas a empréstimos e financiamentos de custeio ou mesmo em investimento.

**Impostos e Taxas (Imp):** correspondem às despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em decorrência de impostos e taxas diretas e indiretas que afetam a UPA, podendo estar relacionados a um bem ou a um fator de produção (Imposto Territorial Rural, IPVA, Seguro, etc.), variando de acordo com o nível da atividade produtiva (ICMS, IR, contribuição sindical, etc.).

**Salários e Encargos Sociais (S/E):** são as despesas realizadas no decorrer de um ano agrícola em salários e encargos sociais decorrentes da remuneração dos empregados (fixos ou temporários), independentemente de seu vínculo formal (existência de carteira assinada ou contrato de trabalho). Incluem-se nesta rubrica custos salariais indiretos dos empregados (porcentagens ou bônus em decorrência do nível de eficiência do trabalho, ranchos comprados ou alimentos produzidos na UPA e disponibilizados para os empregados) e a contribuição previdenciária patronal (Funrural).

**Renda Agrícola (RA):** é a parte da riqueza líquida que permanece na UPA e que serve para remunerar o trabalho do proprietário e de sua família (a mão de obra familiar) e para realizar investimentos, ou seja, é o Valor Agregado Líquido (VAL) descontado dos custos de Arrendamento (Arr), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos (Imp) e de Salários e Encargos Sociais (S/E).

$$\mathbf{RA = VAL - Arr - DF - Imp - S/E}$$

Onde:

**VAL** é o Valor Agregado Líquido;

**Arr** é o Custo de Arrendamento;

**DF** são as Despesas Financeiras;

**Imp** são os Impostos e Taxas;

**S/E** são os Salários e Encargos Sociais.

**Rendas das Atividades Não-Agrícolas (Raña):** são as rendas auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes no estabelecimento agrícola que tenham como origem atividades realizadas dentro ou fora da UPA, independentemente de sua frequência ou intensidade (prestações de serviços, atividades assalariadas, empreitadas, etc.).

$$\mathbf{Raña = Aña \times Rem}$$

Onde:

**Aña** é a quantidade (dias/meses) de realização de determinada atividade não agrícola por ano;

**Rem** é a remuneração auferida (dia ou mês) com atividade não-agrícola realizada.

Através desse indicador, é possível mensurar a contribuição estimada das rendas oriundas da pluriatividade, um dos principais temas desta pesquisa.

**Rendas de Aposentadorias (RAPOS):** são as rendas decorrentes de benefícios de aposentadorias e pensões auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes na UPA no decorrer do ano agrícola.

$$\mathbf{RAPOS = Temp \times VBen}$$

Onde:

**Temp** é a quantidade (em meses) de recebimento do benefício de aposentadorias

e pensões no ano;

**VBen** é o valor mensal em reais do benefício de aposentadorias e pensões.

**Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS):** correspondem a rendas decorrentes de transferências sociais de origem externa (bolsas, auxílios sociais, indenizações públicas, subsídios em dinheiro ou produtos, seguro agrícola, etc.) auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes na UPA no decorrer do ano agrícola.

$$\text{ROTS} = \text{Temp} \times \text{VBen}$$

Onde:

**Temp** é a quantidade de tempo de recebimento das transferências sociais no ano;

**VBen** é o valor unitário em reais das transferências sociais.

**Rendas Externas (Rex):** são as rendas não-agrícolas decorrentes de receitas não-agrícolas (arrendamentos recebidos, receitas de aluguel, rendimentos financeiros, doações, heranças, etc.) auferidas pelo chefe ou por outros membros da família residentes na UPA no decorrer do ano agrícola.

$$\text{REx} = \text{Temp} \times \text{VBen}$$

Onde:

**Temp** é a quantidade de tempo recebendo rendas externas não-agrícolas no ano;

**VBen** é o valor unitário em reais das rendas externas.

**Rendas Não-Agrícolas (RÑA):** correspondem ao somatório da totalidade das rendas e benefícios auferidos pelo chefe ou por outros membros da família residentes na UPA. Integram as Rendas Não-Agrícolas (RÑA) as Rendas das Atividades Não-Agrícolas (Raña), as Rendas de Aposentadorias (RAPOS), as Rendas de Outras Transferências Sociais (ROTS) e as Rendas Externas (REx).

$$\text{RÑA} = (\text{Raña} + \text{RAPOS} + \text{ROTS} + \text{REx})$$

Onde:

**Raña** são as Rendas das Atividades Não-Agrícolas;

**RAPOS** são as Rendas de Aposentadorias;

**ROTS** são as Rendas de Outras Transferências Sociais;

### **REx são as Rendas Externas.**

**Renda Total (RT):** A Renda Total (RT) corresponde à soma da totalidade de rendas agrícolas e não-agrícolas auferidas pelo chefe e pelos demais membros da família residentes na UPA, ou seja, é o somatório da Renda Agrícola (RA) com as rendas não-agrícolas (RÑA). A Renda Total corresponde à renda de que o agricultor e sua família dispõem e que tem como finalidade remunerar o trabalho familiar.

$$RT = RA + RÑA$$

Onde: **RA** é Renda Agrícola e **RÑA** são as Rendas Não-Agrícolas.

**Capital Imobilizado (KI):** corresponde ao somatório do valor do patrimônio imobilizado para a atividade produtiva (terra, equipamentos, benfeitorias, efetivo dos rebanhos) e das despesas decorrentes de Consumo Intermediário (CI), de Despesas Financeiras (DF), de Impostos e Taxas (Imp), de Arrendamento (Arr) e de Salários e Encargos (S/E) realizadas no decorrer do ano agrícola em questão.

$$KI = (Q_{1, 2, n} \times BENF_{1, 2, n}) + (Q_{1, 2, n} \times MAQ_{1, 2, n}) + (Q_t \times Terra) + CI + DF + S/E + Arr + Imp$$

Onde:

**Q 1, 2, n** é a quantidade de benfeitorias ou equipamentos;

**BENF 1, 2, n** é o valor atual das benfeitorias;

**MAQ 1, 2, n** é o valor atual dos equipamentos;

**Qt** é a área em terra própria;

**Terra** é o valor estimado da terra;

**CI** é Consumo Intermediário;

**DF** são as Despesas Financeiras;

**S/E** são os Salários e Encargos Sociais;

**Arr** é o Custo de Arrendamento;

**Imp** são os Impostos e Taxas.

Existem ainda, os chamados Indicadores combinados, que foram elaborados a fim de identificar e analisar mais detalhadamente o grau de importância e a participação efetiva das rendas oriundas da pluriatividade sobre a renda total.

[ **UTHf / UTHt** ]: corresponde ao grau de participação da mão de obra familiar em relação as necessidades totais em mão de obra do estabelecimento agrícola. Busca avaliar a importância da participação da mão de obra familiar.

[ **SAUt / UTHt** ]: corresponde a Superfície Agrícola Útil (SAU) que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar. Busca avaliar a eficiência da utilização da mão de obra no estabelecimento agrícola.

[ **VAAt / UTHt** ]: é a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Este indicador permite avaliar a Produtividade do Trabalho no estabelecimento agrícola.

[ **VAAt / SAUt** ]: corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Valor Agregado. Busca avaliar a capacidade de geração de riqueza da área do estabelecimento agrícola. Este indicador permite avaliar a Produtividade da Terra no estabelecimento agrícola.

[ **RA / UTHt** ]: é a contribuição de cada unidade de trabalho homem em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da mão de obra empregada no estabelecimento agrícola. Este indicador permite avaliar o Rendimento do Trabalho no estabelecimento agrícola.

[ **RA / SAUt** ]: corresponde a contribuição de cada unidade de área em termos de Renda Agrícola. Busca avaliar a capacidade de geração de renda agrícola da área do estabelecimento agrícola. Este indicador permite avaliar o Rendimento da Terra no estabelecimento agrícola.

[ **RA / RT** ]: corresponde a contribuição das Rendias Agrícolas na composição da Renda Total. Este indicador permite avaliar a importância da contribuição das Rendias Agrícolas na composição da Renda Total.

[ **RÑA / RT** ]: corresponde a contribuição das Rendias Não Agrícolas na composição da Renda Total. Este indicador permite avaliar a importância da contribuição das Rendias Não Agrícolas na composição da Renda Total.

**Taxa de Lucro [ TL ]**: corresponde à uma avaliação da capacidade de geração de renda do sistema de produção (incluindo ou não as rendas ditas não agrícolas e de aposentadorias) em relação ao capital imobilizado (KI). Permite avaliar o grau de eficiência da utilização dos recursos econômicos investidos na atividade agrícola.

$$TL = Rn / KI * 100$$

Onde: **Rn** é a Renda obtida (Agrícola e Total) e **KI** é o Capital Imobilizado.

Detalhamento:

- a) **Taxa de Lucro Agrícola (TLa)**: avalia unicamente a renda agrícola em relação ao Capital Imobilizado;
- b) **Taxa de Lucro Total (TLt)**: avalia a renda total (renda agrícola, renda não-agrícola e renda de aposentadorias) em relação ao Capital Imobilizado.

### 3.2.6 Compilação dos dados e análise dos resultados obtidos

A coleta e sistematização dos dados agroeconômicos encontrados na referida pesquisa de campo foram registrados, calculados e analisados em uma Planilha do Software Excel, adaptada pelo pesquisador de forma a atender as necessidades desta pesquisa. A utilização deste tipo de planilha permitiu criar uma planilha matriz onde foram inseridos os dados quantitativos encontrados em cada UPA escolhida como o estudo de caso, durante a aplicação do roteiro de estudo (Apêndice B).

Visando ainda atender os critérios definidos para o presente trabalho, criou-se uma outra planilha vinculada a planilha matriz, porém essa última com fórmulas que apresentam os resultados de cada um dos indicadores utilizados para a pesquisa, inclusive os indicadores combinados que tem como objetivo identificar os tipos e valores das rendas encontradas em cada UPA.

Nessa perspectiva, a planilha Excel mostrou os resultados encontrados e ainda permitiu que o pesquisador ao analisar tais resultados pudesse criar as tabelas que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

Para a análise e restituição das informações de cada UPA utilizada como estudo de caso apresentam-se as principais características e a estrutura das mesmas, assim como os principais indicadores agroeconômicos em especial aqueles relacionados às rendas e que destacam a importância da pluriatividade, tais como: RT, RA, RNA, RÑAD, RAPOS E Raña.

Cabe destacar, que o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva que busca responder questões apontadas anteriormente e outras que possam surgir com o desenvolvimento do mesmo.

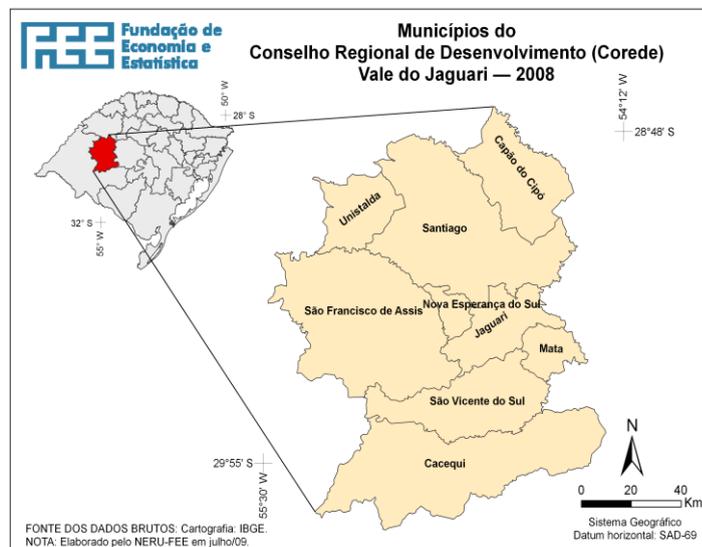
## 4 ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL

Nesta etapa do trabalho são descritos as diversas características agroecológicas do local, identificando-se o clima, relevo, hidrografia, tipos de solo, entre outros atributos da região de estudo.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO VALE DO JAGUARI E DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL

O Vale do Jaguari está localizado na região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul, uma região que possui posição estratégica privilegiada, tanto na geopolítica quanto na economia e que faz parte ainda da denominada “Metade Sul” do Estado, que concomitantemente se apresenta como corredor entre a serra gaucha e a região da campanha.

**Figura 3:** Municípios que compõem o Corede Vale do Jaguari



**Fonte:** Anese (2009).

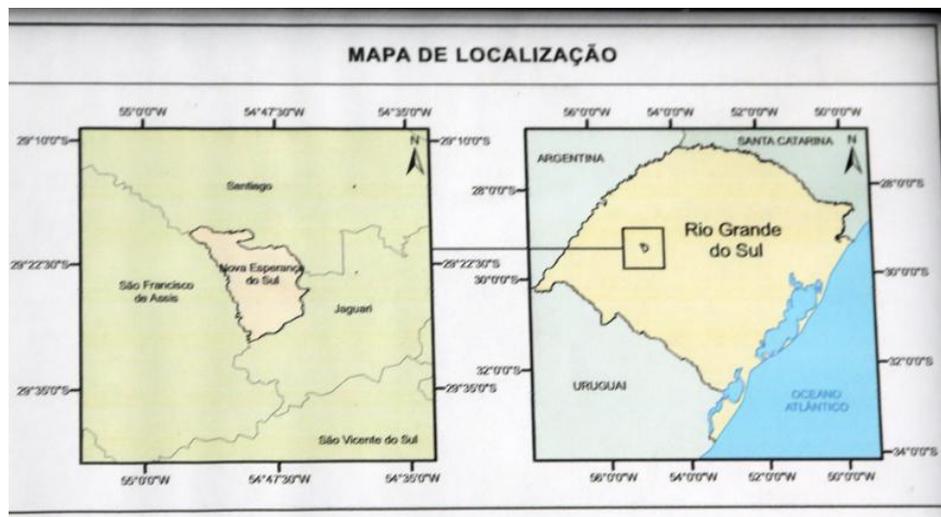
Todos os municípios da região são caracterizados por possuírem uma agricultura marcada pela diversificação das atividades agropecuárias, onde destacam-se o gado de corte e de leite, uva, fumo, aves, suínos, olericulturas, entre outras. Atualmente, a soja é o principal produto na maioria dos municípios da região, mas, apesar dessa produção diversificada, a região do Vale do Jaguari ainda é tida como atrasada do ponto de vista econômico, social e cultural, em relação a outras

regiões do Estado, Anése (2009).

Já o município de Nova Esperança do Sul está localizado entre as coordenadas geográficas  $54^{\circ} 49' 50''$  S e  $29^{\circ} 24' 24''$  W. Limita-se ao norte com o município de Santiago, ao sul com São Francisco de Assis e Jaguari, a leste com Jaguari e a oeste com São Francisco de Assis.

Sua altitude é de 320 metros e extensão territorial de 191 km<sup>2</sup>. Encontra-se distante 440 km de Porto Alegre a capital do Estado e 138 km de Santa Maria/RS, sendo que o acesso ao município ocorre através da rodovia BR 287 e VRS 325, bem como a RS 377.

**Figura 4:** Localização do município de Nova Esperança do Sul



**Fonte:** Nova Esperança do Sul. Prefeitura Municipal (2015).

Segundo dados do IBGE (2014) o município estimava em torno de 4793 habitantes, a maioria residente na zona rural, com uma expectativa de vida é 75,89 anos e uma densidade demográfica de 25,1 hab/Km<sup>2</sup>.

Além da sede, os principais distritos do município são Coxilha Alta, Capão Grande, Rincão dos Lencine, Rincão do Ouro, Coxilha Alegre, Linha 1, Linha 3, Piquiri, Planalto, São João, São Luiz, e Rincão dos Lopes.

## 4.2 O SETOR AGROPECUÁRIO

Em relação à agropecuária, Deponti (2007) indica nos dias atuais esta é uma atividade bastante intensa no município, desenvolvida na sua grande maioria em

pequenas e raramente em médias propriedades rurais. Contudo, é visível que no município há uma absoluta predominância de minifúndios, que adotam sistemas de produção embasados no modelo tecnológico da chamada Revolução Verde.

Os dados do IBGE (2010) indicam que o PIB do município a época era composto 13% pelo setor agropecuário, 34% pela indústria e 53% pelo setor de serviços. Os mesmos dados mostraram que na pecuária destacava-se a bovinocultura de leite (média diária de 2.500 litros diários), considerada na época a segunda atividade econômica do meio rural, havendo também a criação de suínos (1.419 cabeças) e de bovinos (13.812 cabeças) sendo que bovinos de corte (13.556 cabeças).

Mais recentemente, de acordo com informações da Secretaria Municipal da Fazenda o setor agropecuário do município é representado basicamente pelos seguintes produtos, por ordem de produção: soja, bovinos, fumo, milho, arroz, leite, aveia, azevém, lenha e mel, porém, ainda existem outros produtos que também são produzidos no município, tais como: peixes, ovinos e caprinos, lã, trigo, legumes, frutas, hortaliças, entre outros.

#### 4.3 O SETOR COUREIRO-CALÇADISTA

Esse tipo de atividade surgiu poucos anos após a chegada dos primeiros imigrantes e a instalação na localidade deu-se principalmente em função do fácil acesso à água para lavagem e curtimento dos couros. Sabe-se que teve início através de uma pequena fábrica de botas de couro da Família Frizzo, a qual posteriormente evoluiu para uma pequena unidade de curtimento e acabamento de couros, favorecendo o surgimento de diversas outras microempresas.

Na época, o curtimento do couro era totalmente artesanal e realizado pela própria família do fundador Redêncio Frizzo, que com o crescente comércio do couro no início do século, percebeu a viabilidade de ampliar o negócio, uma vez que a região possuía demanda para diversos tipos de artefatos originários do produto.

Na época, a fábrica era a principal indústria do local, empregando muitas pessoas que aprenderam o ofício da fabricação da bota de gaúcho. Com o passar do tempo, a empresa mudou seu produto, bem como seus proprietários, mas os que ali trabalhavam, então, começaram a montar pequenas fábricas que até os dias atuais

fabricam a tradicional bota de gaúcho e de uma qualidade reconhecida em todo Brasil, assim como nos países do Uruguai e Argentina.

Já há alguns anos, por exigências do mercado, o curtume mudou seu escopo e foco de atuação, passando a fabricar e exportar assentos para móveis e automóveis.

Os ateliês existentes prestam serviços de terceirização para grandes empresas nacionais, confeccionando botas e sapatos femininos.

As demais empresas de pequeno porte existentes fabricam botas e chinelos de couro, selas e artigos para montaria, cintos, cinturões (guaiacas) e mais recentemente artesanato em couro, roupas de couro e outros produtos, são fabricados em escala semi-industrial ou de forma artesanal.

Atualmente, as empresas que são heranças da época da fábrica Frizzo são: Botas Charrua, Botas Nicola, Botas Silva, Sapataria São Jorge, Botas Bortollo, Botas Lavarda, Calçados Chechi, Botas Soares, Calçados Balbom ME, Calçados da Terra Ltda, NH calçados LTDA, Marcelo Fumaco calçados – ME, bem como selarias que dali também fazem parte da história: Selaria dos Pampas, Selaria Querência, Selaria Kalemarti e Selaria Crioula.

Sabe-se ainda, que os quatro ateliês existentes são prestadores de serviços de renomadas empresas do ramo, como Azaléia e Beira Rio, já a maioria das outras empresas realizam vendas no atacado e em outras regiões do Brasil, mas principalmente para os comerciantes da Região da Fronteira- Oeste do Rio Grande do Sul.

Aliado a isso, todo este envolvimento do município com o setor coureiro calçadista faz com que atualmente o setor gere em torno de 2.500 empregos diretos e indiretos e responda por aproximadamente 30% do ICMS arrecadado, fazendo assim com que Nova Esperança do Sul nível de Estado carregue o título de “Capital da Bota”.

#### 4.4 AS ZONAS AGROECOLÓGICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL

Em virtude das diversas características detectadas, através da leitura da paisagem, foram identificadas a existência de duas zonas agroecológicas distintas em Nova Esperança do Sul.

A primeira, localizada a centro-norte do município, nas divisas com os municípios de Santiago e São Francisco de Assis: as **Terras Altas**. É originalmente coberta por uma Floresta Estacional Decidual, sendo atualmente é caracterizada por uma topografia de morros e ocupando cerca de 60% da área total do município.

Possui solos com um horizonte subsuperficial argiloso e geralmente profundos e bem drenados, mas, podem apresentar limitações químicas devido à baixa fertilidade natural, forte acidez e alta saturação por alumínio. São solos originados de diversos tipos de materiais, tais como basalto, granito, arenitos, argilitos e siltitos, sendo também de alta suscetibilidade à erosão e degradação.

Nesta região, estão as comunidades de Coxilha Alta, Capão Grande, Rincão dos Lencine, Coxilha Alegre, entre outras. Na mesma, predominam culturas como a soja, milho e trigo, além da criação de gado de corte, suínos e ovinos.

A segunda está localizada a sul-leste do município, fazendo divisas com os municípios de São Francisco de Assis e Jaguari, são as chamadas **Terras Baixas**, originalmente cobertas por uma vegetação estepe, nos dias atuais é caracterizada fortemente pela existência de planícies cobertas por gramíneas e ocupa aproximadamente 40% da área do município.

Possui solos considerados férteis e ricos em nutrientes, perceptíveis em áreas de relevo suave, ondulados ou planos e mal drenados. Normalmente aparecem nas margens dos rios e lagoas, neste caso Piquiri e Jaguarzinho, sendo propícios principalmente para a plantação de arroz.

Nesta região, encontram-se as comunidades do Piquiri, São João, São Luiz, Rincão dos Lopes, entre outras. Percebe-se ainda a predominância do fumo, hortifrutigranjeiros, criação de gado de leite e atividades de turismo rural.

**Figura 5:** Representação esquemática das zonas agroecológicas



**Fonte:** O Autor (2016).

A seguir são descritos os principais elementos que constituem essas duas zonas agroecológicas do município de Nova Esperança do Sul.

#### 4.4.1 Geomorfologia

Para o professor Jurandir Ross (2001), o relevo brasileiro deve ser dividido em planaltos, planícies e depressões; utilizando já as imagens de satélites e levando em conta a base geológica, sua classificação se faz mais detalhada e combina as 3 (três) grandes estruturas geomorfológicas:

- a) *morfoestrutura*: as estruturas geológicas influenciando as formas de relevo;
- b) *morfoclimática*: os diversos climas influenciando a modelagem do relevo;
- c) *morfoescultura*: os paleoclimas e os climas atuais influenciando na configuração do relevo com suas marcas na paisagem.

Já o Rio Grande do Sul concebe as unidades denominadas:

- a) Planaltos: da Bacia do Paraná e o Sul-Rio-Grandense;
- b) Depressão Periférica Sul - Grandense;
- c) Planícies: das Lagoas dos Patos e Mirim.

A geomorfologia do sítio do município de Nova Esperança do Sul é de fisionomia, necessariamente acidentada visto compartilhar tais compartimentos do

relevo, e está assentada em uma área de 190,8 km<sup>2</sup> segundo EMATER/RS (2007).

Em relação à altimetria, conforme dados do Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009) as altitudes maiores podem chegar a 430 metros ao noroeste do município, na localidade de Coxilha Alta, na zona de **Terras Altas**. Já as altitudes menores aparecem na parte mais baixa a 100 metros, ao sul na localidade de São Luís, na zona de **Terras Baixas**, junto à várzea do rio Jaguarizinho. Na área de transição entre essas altitudes, localizam-se as maiores declividades do município, dificultando qualquer atividade ligada ao uso do solo.

Possuidor de uma rica rede de drenagem, e por seu sítio se localizar nesta confluência de fisionomias topográficas e geologia, o município de Nova Esperança do Sul, apresenta belos espetáculos de paisagem natural, com cachoeiras e cascatas nas suas mais diversas localidades.

Neste sentido, para Deponti (2007) o município também poderia ser reconhecido como: “o refúgio das cascatas e cachoeiras”, uma vez que, a cada passo dado pelo interior, uma nova e bela paisagem é descoberta, pois, são muitas e diferentes as paisagens naturais existentes no local.

Nesta etapa do trabalho, observou-se ainda que a área central do município é a mais propícia ao desenvolvimento da agropecuária, por possuir baixas declividades, em comparação as áreas periféricas de Nova Esperança do Sul.

Conforme dados do Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009), com esta distribuição distinta, entram em jogo outras peculiaridades do município, entre estas, a questão geológica e pedológica. Ainda que complexos, são estes os fatores que determinam que o setor primário, agricultura e a pecuária, seja à base da economia do município. Destacando-se as culturas da soja nos terrenos ondulados mecanizáveis (**Terras Altas**) e do arroz nos terrenos de várzea (**Terras Baixas**).

**Figura 6:** Imagem aérea do município



**Fonte:** LuLi Foto e Vídeo (2014).

#### **4.4.2 Clima**

De acordo com a classificação de Köppen, o Rio Grande do Sul apresenta um clima temperado chuvoso e quente úmido.

No município, não foram identificadas diferenças climáticas significativas entre as Terras Altas e as Terras Baixas. Já o verão caracteriza-se por ser quente, abafado e seco, o que implica diretamente na produção das culturas anuais, principalmente a soja e o milho. Já o inverno é identificado pela alta umidade, abundância de neblina e formação constante de geadas, afetando diretamente as pastagens e consequentemente a alimentação do gado.

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Agricultura (2010), o município apresenta grandes variações de temperatura, sendo a temperatura máxima por volta de 38 °C e a mínima de -3 °C, já a média encontra-se por volta de 17,8 °C.

As chuvas aparecem bem distribuídas ao longo do ano. No período de 2010, por exemplo na região choveu 1.758mm, com a média de 46.5 mm/mês. Os meses de maior intensidade de chuvas foram abril com 287 mm e outubro com 280 mm, porem no mês de novembro registrou o menor índice com 32 mm. A umidade relativa do ar é de 30% a 95% no ano e os ventos Minuano e o Norte são os mais significativos no município e na Região do Vale do Jaguari.

#### 4.4.3 Solos

Segundo o Mapa de Solos do Estado do Rio Grande do Sul, fornecido pela EMATER (2008) a região do sítio do município de Nova Esperança do Sul, tem como predominância cinco perfis de solos classificados como: - *Argissolo Vermelho Distrófico* (PVd2), - *Argissolo Vermelho Distrófico com Afloramento Rochoso* (PVd2 AR), - *Argissolo Brumo-Acinzentado Alítico* (PBACal), - *Neossolo Regolítico Eutrófico* (RRe1) e *Planossolo Háptico Eutrófico* (SXe4), respectivamente, na topo sequencia dos solos na região.

No entanto a EMBRAPA, através do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS), para melhor categorizá-los adotou a seguinte estrutura, organizando-os em Níveis de Categorias (NC), que vão até o 6º nível, entretanto a terminologia aplicada vai até o nível 4º, pois os outros dois estão em fase de definição, carecendo de maiores detalhamentos (EMBRAPA, 2006 apud STRECK et al., 2008).

Dados do Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009), obtidos através da Secretaria Municipal de Agricultura, indicam que durante a elaboração do referido plano, foram identificados no município:

- a) Argissolos:** possuem um horizonte subsuperficial argiloso e são solos geralmente profundos e bem drenados, podendo ser originados de diversos tipos de materiais, tais como basalto, granito, arenitos, argilitos e siltitos. Ocorrem em relevos suaves e ondulados na depressão Central, Campanha e na Encosta do Planalto Meridional, e podem apresentar limitações químicas devido à baixa fertilidade natural, forte acidez e alta saturação por alumínio, sendo também de alta suscetibilidade à erosão e degradação. Podem ser usados com culturas anuais e campo nativo, preferencialmente com plantio direto e em rotação de culturas com plantas protetoras e recuperadoras do solo durante o inverno. No sítio do município de Nova Esperança do Sul os NCs que foram encontrados destes solos são os seguintes: 2º NC – *Vermelho* e *Bruno-Acinzentados* - resultante da cor predominante do horizonte B; 3º NC – resultante das características químicas, onde: os *Alíticos* (Al extraível  $\geq 4$  cmol<sub>c</sub>/kg, saturação por Al  $\geq 50\%$  e atividade de argila  $\geq 20$  cmol<sub>c</sub>/kg de argila). *Distrófico* (saturação por base  $< 50\%$ ); 4º NC – resultante de serem solos intermediários entre duas classes, tenham características extraordinárias ou típicas, exemplo:

arênicos, espessarêmicos, abruptos, latossólicos, úmbricos, plínticos ou típicos. Estes são os principais solos encontrados na zona das terras altas, ao norte, oeste e nordeste do município;

- b) Neossolos:** são pouco desenvolvidos e normalmente rasos, de formação muito recente, encontrados nas mais diversas condições de relevo e drenagem. O uso está restrito ao relevo e a baixa profundidade, exigindo práticas conservacionistas severas. Em geral as áreas de relevo suave ondulado e ondulado podem ser utilizadas para pastagens permanentes e nas regiões de relevo forte ondulado para reflorestamento e fruticultura. As áreas muito íngremes devem ser reservadas para preservação permanente; no sítio do município de Nova Esperança do Sul os NCs que foram encontrados são os seguintes: 2º NC *regolítico* – resultante do horizonte A do solo estar assentado sobre a rocha totalmente alterada; 3º NC – *Eutrófico* - resultante de terem alta saturação por base  $\geq 50\%$ . Este tipo de solos são encontrados nas duas zonas agroecológicas do município, porém em proporções menores;
- c) Planossolos:** são solos localizados em áreas de relevo suave, ondulados ou planos e mal drenados. Normalmente aparecem nas margens dos rios e lagoas como na Depressão Central e junto a Planície Costeira. São aptos para o cultivo de arroz irrigado e, com sistemas de drenagem eficientes, também podem ser cultivados com milho, soja e pastagens. Em Nova Esperança do Sul os NCs que foram encontrados são os seguintes: 2º NC *Háplico* – não tem um significado específico, no entanto serve como uma subordem; 3º NC - *Eutrófico* - resultante de terem alta saturação por base  $\geq 50\%$ . Na zona de terras baixas, ao sul, sudeste e sudoeste, estes tipos de solos são os mais encontrados.

#### 4.4.4 Hidrografia

De acordo com o mapa de bacias do Departamento de Hidrografia da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) a região do Vale do Jaguari está inserida na Bacia do Rio Ibicuí (RIO GRANDE DO SUL, 2009). E conforme informações do IBGE (2014), essa Bacia possui uma área de drenagem de 35.439,25 km<sup>2</sup> abrangendo 30 municípios, inclusive Nova Esperança do Sul.

Na figura abaixo apresenta-se a Bacia do Ibicuí.

**Figura 7:** Bacia do Ibicuí – U50.



**Fonte:** Nova Esperança do Sul (2009).

Esta Bacia tem como seus principais formadores os rios Toropi, Jaguari, Ibicuí Mirim, Ibirapuitã e Santa Maria, tendo sido criada através do Decreto Estadual nº 40.226 em 07 de agosto de 2000, conforme dados da SEMA (RIO GRANDE DO SUL, 2009). Pertence à região hidrográfica do Uruguai e situa-se a oeste do Rio Grande do Sul, situada entre as coordenadas geográficas de 28°53' a 30° 51' S e 53°39' a 57°36' W, INPE (2009).

Em Nova Esperança do Sul destacam – se os seguintes cursos d'água:

- a) **Rio Jaguarzinho:** situado a leste do Município fazendo divisa com a cidade de Jaguari, abastece a zona das terras baixas, com extensão de aproximadamente 20 km. Surge após a junção do Rio Curuçu com o Rio Rosário. Seu afluente nasce dentro do município, quando chega ao perímetro urbano recebe a denominação de Arroio Mossorongo, posteriormente recebe a denominação de Arroio São João desembocando no Rio Jaguarzinho, sendo bastante utilizado para a cultura do arroz;
- b) **Rio Curuçu:** limita-se com o município de Santiago e seu curso d'água margeia o município por aproximadamente 15 km. Nasce ao norte, na zona das terras altas, como uma sanga denominada Teodora e durante seu percurso recebe um afluente denominado Calça–Botas;
- c) **Rio Piquiri:** situado entre às margens Nordeste a Sul do município, sua extensão é de aproximadamente 30km, abrangendo as duas zonas

agroecológicas do local. Nasce na divisa dos municípios de Nova Esperança do Sul com São Francisco de Assis e desemboca no Rio Jaguari, nas divisas das cidades de Jaguari e São Vicente do Sul. É utilizado na produção do arroz (terras baixas) e no abastecimento de água para a criação de gado. No verão, também é utilizado por algumas famílias nos balneários e para esportes náuticos, além das práticas do turismo em áreas rurais.

#### **4.4.5 Geologia**

É impossível falar de Nova Esperança do Sul e não falar de sua exuberante formação geológica. Segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura, os dados obtidos para criação do Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009), identificaram que a especificidade da geologia da área do município está associada ao derrame basáltico no Planalto Meridional, ocorrido sobre o paleodeserto denominado Formação Botucatu, este considerado o maior depósito eólico do mundo, cobrindo uma área desde o Estado de Goiás até o Rio Grande do Sul, atingindo ainda o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

A formação e constituição geológica do município é considerada de extrema riqueza, podendo ser vista especialmente na localidade de Linha 1, onde encontra-se o principal atrativo turístico natural da região do Vale do Jaguari, a Gruta Subterrânea Nossa Senhora de Fátima, que possui 10 metros de profundidade e uma área de 7.200 m<sup>2</sup> e é considerada a maior da América Latina em extensão de área coberta em rocha arenítica.

**Figura 8:** Vista parcial do interior da Gruta Nossa Senhora de Fátima



Fonte: LuLi Foto & Vídeo (2014).

#### 4.4.6 Formação Vegetal de Nova Esperança do Sul e sua utilização para a Agropecuária

O município de Nova Esperança do Sul situa-se na região fitoecológica da Floresta Estacional Decidual, que ocorre na porção noroeste e central do Estado do Rio Grande do Sul, sendo caracterizada pela quase integral decidualidade da cobertura emergente da floresta. A porção central está presente na vertente sul da Serra Geral e em diversas áreas dos rios Jacuí, Ijuí e Ibicuí (LEITE; KLEIN, 1990).

Em Nova Esperança do Sul, percebe-se que a ação antrópica sobre as florestas, ocorreu de forma mais intensa na zona denominada Terras Altas. No início, a madeira foi utilizada para a construção das casas de moradia e em cercas e como lenha para as famílias. Mas, desde aquela época no lugar dessas florestas foram sendo construídas as lavouras diversas e mais tarde instalada a pecuária de corte. O que percebe-se, ocorre até os dias de hoje. Nas saídas de campo, observou-se basicamente a presença de florestas, campo limpo, campo sujo e mata arbustiva.

Segundo dados do Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009), realizado pela Secretaria Municipal da Agricultura, atualmente os habitantes do interior tem uma conscientização ambiental mais apurada, pois tal relatório identificou na época que a prática das queimadas representa apenas 1 (um) ha/ano.

Na zona das **Terras Altas**, predominam os campos, formados basicamente de pastagens compostas por gramíneas e espécies forrageiras nativas da própria região. Em algumas áreas, encontram-se pequenos capões rodeados de campo nativo, assim como ocorre à presença de pequenas florestas as margens dos rios e

arrosios da região. Nesta zona, a utilização do solo está voltada basicamente para a produção da soja e outras culturas anuais. A pecuária de corte também é praticada, o que explica a presença de pastagens cultivadas.

**Figura 9:** Campo nativo em Nova Esperança do Sul



**Fonte:** Nova Esperança do Sul (2009).

**Figura 10:** Vegetação arbustiva em Nova Esperança do Sul.



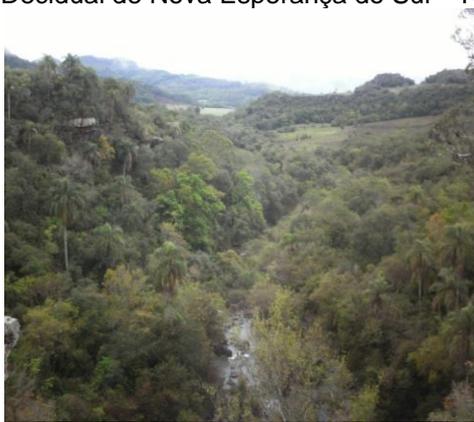
**Fonte:** Nova Esperança do Sul (2009).

Na zona das **Terras Baixas**, encontram-se as maiores áreas de florestas do município de Nova Esperança do Sul, formadas por fragmentos extensos de mata, alguns ainda em bom estado de conservação. Mas, de acordo com relato dos próprios moradores, nas últimas décadas essa zona tem sido bastante afetada pela ação do Homem, basicamente para a introdução de culturas como o fumo e a soja, competindo assim com o arroz que continua sendo um dos principais cultivos desta zona agroecológica. Na mesma, ocorre ainda a criação do gado (corte e de leite), o que explica a presença de pastagens. Mais recentemente, houve um acréscimo na produção dos hortifrutigranjeiros, o que oportunizou a criação de algumas

agroindústrias familiares.

Conforme dados do Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009) nas áreas mais conservadas, como declives e matas ciliares pode-se notar um estágio sucessional avançado com um extrato emergente bem representativo de árvores altas com grandes copas. As formações de pioneiras ocorrem nas bordas dos fragmentos das florestas.

**Figura 11:** Floresta Estacional Decidual de Nova Esperança do Sul – RS



**Fonte:** Nova Esperança do Sul (2009).

Predominam nas florestas do município espécies como o gerivá, timbaúva e o camboim. No estágio inicial de regeneração a predominância é de pitangueira e branquilha. Elementos de paineira, cedro, açoita-cavalo, canela-de-veado, camboatá-vermelho e umbu são encontrados nos extratos avançados nas áreas mais conservadas. Ainda há nessas florestas elementos de árvores nativas do Rio Grande do Sul, como o *Podocarpus lambertii* (pinheiro-bravo) e *Araucaria angustifolia* (Pinheiro-brasileiro), Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009).

Ainda, percorrendo-se algumas localidades do interior, consideradas preservadas pelos moradores, pode-se observar a introdução de espécies exóticas como a uva-do-japão, a amora, o cinamomo, e algumas espécies de *citrus* completam as espécies exóticas mais introduzidas nas zonas rurais.

Conforme dados obtidos através do Plano Ambiental Municipal (NOVA ESPERANÇA DO SUL, 2009), a área plantada de Eucaliptos em Nova Esperança do Sul é de apenas 0.23 km<sup>2</sup>.

## **5 A RECONSTITUIÇÃO DAS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA ECONOMIA E NA AGRICULTURA LOCAL**

Conforme Uberti (2012), a respeito do Vale do Jaguari, os relatos do francês Auguste Saint-Hilaire, que o transpôs entre o final de março e o princípio de abril de 1821, dizem que o mesmo ficou impressionado com “o verde encantador” serpenteado por montanhas e cortado por cursos d’água. O botânico escreveria ainda em seu diário os nomes dos principais rios que se constituíam nos delimitadores do Vale e fornecedores de boas aguadas para o pastoreio que se desenvolvia no entorno de suas margens. No sentido norte, o rio Jaguari, no sul o rio Toropi e pelo oeste o Ibicuí.

Segundo o mesmo autor, anterior a 1700 AP – a região do Vale do Jaguari era berço da fundação de dezoito povoados indígenas, das tribos Gês e Tupi-guarani. Assim, o sistema agrário utilizado na época era o Sistema Agrário Indígena (SAI), porém tal sistema agrário não era característico apenas desta região, mas de grande parte do Brasil, assim como do mundo, Uberti (2012).

Tais afirmações vão ao encontro do histórico do município, que relata da chegada dos primeiros imigrantes à localidade em 1890. Segundo consta, os mesmos foram abrindo clareiras, plantando os produtos básicos de subsistência como o feijão, o trigo e o milho. Ao prepararem a terra para o cultivo, esses colonizadores encontraram urnas, pratos, castiçais e outros utensílios usados por indígenas, o que indicava a presença, no local, desses habitantes no passado (IBGE, 2014).

No ano de 1900, a localidade já integrava o 4º distrito do município de São Francisco de Assis, sendo que as terras que hoje separam os municípios limítrofes de Jaguari, Santiago e São Francisco de Assis foram doadas à Mitra Diocesana de Santa Maria que mandou construir uma paróquia no local. À mesma época foi criada a Sociedade Comercial e Industrial São José que, entre outras atividades afins, intermediava e vendia glebas de terra às famílias de imigrantes que já residiam no local.

Em 1905, já com o passar do tempo e pelo fato de trazerem consigo a esperança de um futuro promissor, os moradores denominaram a localidade Nova Esperança. Em 1920, com a emancipação da cidade de Jaguari, que desmembrou-se do hoje município de São Vicente do Sul, antiga cidade de General Vargas,

anexando partes dos municípios de Santiago e São Francisco de Assis, Nova Esperança passou a integrar o novo município de Jaguari como o seu 2º distrito e a sede do povoado foi elevada a categoria de vila, no mesmo ano (IBGE, 2014).

Já os relatos dos informantes chave indicam que por volta de 1930, a localidade ainda andava a passos lentos, mas seus habitantes buscavam incrementar a economia e melhorar a vida no local, apesar das dificuldades enormes que existiam. As estradas praticamente não existiam, por isso as poucas da época eram feitas pelos próprios colonos, sendo abertas a pá e a picão. E o transporte eram o cavalo e a carreta puxada a boi. Derrubava-se a capoeira (mato) a machado ou facão, queimava-se o mesmo e a terra era preparada com arado puxado a boi, guiado pelo colono. O pouco que se plantava era de forma manual, assim como a colheita, que muitas vezes era feita a foice. A criação era escassa, basicamente de suínos e aves. Pela falta de energia da época, quando carneado algum animal, cortava-se os pedaços, que primeiramente eram fritos e só depois guardados na banha para conservarem-se por mais tempo.

No mesmo período, além do curtimento quase artesanal de couros e peles o ramo industrial trabalhava com a fabricação de botas, chinelos e tamancos de couro, assim como alguns artigos de selaria. Parte da produção da indústria já era direcionada para a fronteira do Estado, mais precisamente para Itaqui e Uruguiana. Foi neste período que surgiram os primeiros carreteiros do local, viajantes que desbravavam a fronteira entregando o que era produzido na região e trazendo mantimentos de fora para os habitantes do local.

Entre 1940 e 1950, um produto começa despontar na agricultura a ponto de incrementar a economia local e regional: o fumo em corda. Por muito tempo, esse produto foi considerado o carro-chefe da agricultura local, mesmo dando muito trabalho, pois necessitava de cuidado o ano todo. A produção e colheita seguiam os padrões da época, sendo que parte do produto era levada pelos carreteiros até a fronteira para ser vendido, sendo muitas vezes também trocado por mercadorias como alimentos e tecidos. Mas, a maior fatia da produção de fumo em corda era entregue num armazém local que o transportava de carreta até a localidade do Curussu onde existia uma estação férrea e desta o produto seguia de trem para que fosse exportado para o Uruguai.

Um segundo produto que teve significativo valor de mercado para a agricultura da época foi a linhaça, também conhecido popularmente na região por

linho. Esse era produzido nos meses mais frios do ano, entre junho e julho, e era colhido no verão entre outubro e dezembro, tudo feito manualmente. A linhaça tinha suas sementes vendidas para um representante local que repassa o produto para a indústria, que posteriormente a transformava em óleo. Era um cultivo considerado destruidor da terra, por isso o plantio do mesmo era feito em determinado local somente durante 2 ou 3 anos e depois procurava-se outra terra para transformar em lavoura. Isso acontecia, por que na época a região ainda não conhecia nenhum tipo de adubo ou defensivo agrícola.

Cabe destacar que na época, tanto o fumo em corda quanto a linhaça, eram produzidos em pequenas áreas, pois não existiam grandes propriedades, sendo a mão de obra basicamente familiar, ocorrendo seguidamente no período de colheita, mutirões entre os vizinhos para que um ajudasse o outro.

Em relação ao gado bovino, eram poucos os rebanhos existentes na localidade, pois o campo era impróprio, ou seja, não existiam pastagens apropriadas para a criação. Raramente se abatia um animal para consumo, mas quando isso acontecia o agricultor dono do animal abatido dividia a carne do mesmo com os vizinhos e familiares mais próximos. E esses adotavam o mesmo procedimento quando chegava sua vez de abaterem. Já as vacas de leite produziam basicamente para o consumo familiar e a produção de queijo e doces. Os produtos básicos de subsistência como feijão preto, trigo e milho passam a ter seus excedentes de produção vendidos para a população local e regional.

No setor industrial, surge no curtume a segunda geração de empreendedores, que fundam em 1947 a empresa Irmãos Frizzo e Cia Ltda, agora mais especializada no curtimento de couros e na fabricação de botas gauchas. Porém, ainda mais forte na fabricação cintos, guaiacas e artigos de selaria e montaria, além da venda de indumentária gaúcha. Nesse mesmo período, aconteceu o primeiro reflorestamento de acácia negra que se tem notícia no local. Na época o produto tinha sua casca utilizada para a produção de tanino (tinta) e sola, já a lenha servia para abastecer a caldeira da empresa.

Na agricultura o período entre 1960 e 1970 marca a chegada dos primeiros implementos agrícolas na localidade, usados principalmente para limpar e preparar a terra. Apesar desse avanço, os plantios de fumo em corda e de linhaça encontravam-se em decadência, sendo que em algumas propriedades as lembranças são de que a última safra ocorreu em 1974.

Com o cooperativismo em ascensão no Estado, cria-se a primeira cooperativa local, que basicamente servia para receber e armazenar os principais produtos da época. Alimentos como o milho e o trigo, que até então eram moídos manualmente em pilão ou fora de Nova Esperança, passam a ser moídos na própria localidade que nessa época já contava com alguns moinhos. Surgem também os primeiros veículos automotores da localidade e o transporte desses produtos que até então era feito por carretas passa a ser feito por caminhões.

É neste período que ocorre a introdução de soja no local, com sementes oriundas da região norte do Estado. Alguns produtores na época receberam as primeiras sementes gratuitamente, porém essas vinham acompanhadas de adubo, até então desconhecido, mas que era pago após a colheita. Nas primeiras safras do produto, o preparo do solo ainda era feito a tração animal e o tanto o plantio quanto a colheita eram realizados manualmente.

Com o advento da soja, surgem as primeiras experiências de plantios feitos de modo consorciado, sendo a soja plantada no “tarde” e o milho no “cedo”, ou seja, tão logo o milho estava pronto e era colhido a terra era liberada para ser plantada a soja.

O pacote tecnológico adotado com a soja trouxe junto os primeiros defensivos agrícolas, esses em pó e utilizados para o combate de lagartas e percevejo. Mais tarde chegaram outros a base de trifluralina<sup>12</sup>, usados para eliminar plantas e ervas daninhas.

Também dá-se início de maneira modesta ao processo de mecanização da agricultura, com o surgimento das primeiras plantadeiras que na época eram usadas exclusivamente em terra arada.

Durante os anos 70, que Nova Esperança desponta no cenário econômico da região centro-oeste do Rio Grande do Sul, principalmente pelo sucesso dos produtos e artigos produzidos pelo setor coureiro-calçadista do município. É uma época em que a história e cultura Estado estão em evidência, ganhando *status* em nível nacional, aumentando as vendas e fazendo com que os empresários do ramo visualizem novos mercados.

A partir dos anos 80, a agricultura local encontra-se melhor estruturada, com

---

<sup>12</sup> Tipo de herbicida em forma líquida, que quando incorporado ao solo, antes do plantio, tem efeito positivo no controle das pragas (gramíneas).

o incremento de outros produtos como o arroz, fumo, pastagem, cana, entre outros. Surgem os primeiros rebanhos de ovinos e caprinos, dá-se início a piscicultura e a criação de bovinos de corte e leite. Os produtores locais passam a serem atendidos por funcionários da Emater do escritório local de Jaguari, com isso as criações e cultivos passam a ser trabalhados de forma mais profissionalizada.

Surge no município, a primeira a fábrica de calçados femininos para exportação, desmembrada do curtume. Ambas as empresas passam por profunda transformação com aquisição de novos representantes comerciais e a expectativa de inserção nos maiores mercados do Brasil, o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul e Franca, no Estado de São Paulo. Assim, são definidos novos organogramas para essas empresas, a mão de obra da indústria local passa a ser ainda mais especializada e são contratados técnicos especializados nas áreas de curtimento, química e segurança do trabalho, tanto para o curtume quanto para a fábrica de calçados.

Em 13 de abril de 1988, o então distrito de Nova Esperança emancipou-se de Jaguari, sendo criado o município de Nova Esperança do Sul, através da Lei Estadual nº 8.559 (IBGE, 2015a).

A emancipação fez com que Nova Esperança do Sul adentrasse os anos 90 melhor estruturado em vários setores da economia, inclusive no setor agropecuário. Esta afirmação justifica-se, pelo fato de que somente após a emancipação houve uma melhoria significativa neste setor. Desencadeada principalmente pela realização de ações, programas e projetos, tais como:

- a) implantação do escritório local da Emater;
- b) criação da Secretaria Municipal de Agricultura;
- c) criação do Conselho Municipal de Agricultura;
- d) criação da ASDECONES (Associação de Desenvolvimento Econômico de Nova Esperança do Sul);
- e) melhoramento genético do rebanho bovino;
- f) criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- g) criação da patrulha agrícola local;
- h) criação da patrulha agrícola local;
- i) introdução do plantio direto no município;
- j) aquisição de máquinas e equipamentos para a patrulha agrícola do município;

- k) aquisição e distribuição de calcário para melhoria do solo;
- l) construção de pequenos silos de alvenaria em parceria entre prefeitura e produtor rural;
- m) facilidades de acesso a políticas públicas como PRONAF, PNAE, Mais Alimentos, Minha Casa Minha Vida, etc.;
- n) criação da Feira do Produtor do município;
- o) incentivo a implantação de hortifrutigranjeiros, piscicultura, agroindústrias familiares, entre outros.

Atualmente, os principais produtos do setor agropecuário de Nova Esperança do Sul são a soja, bovinos (corte e leite), milho, fumo e arroz. Existem aproximadamente 460 estabelecimentos rurais no município, sendo que destes em torno de 80% são considerados agricultores familiares, pois suas propriedades limitam-se em até 88 hectares, ou seja, 4 módulos rurais conforme determina a Lei 11326/2006. Destes, 102 produtores realizaram 114 projetos na linha do Pronaf Mais Alimentos, no ano de 2014, obtendo recursos num total de R\$ 3.156.605,38 (IBGE, 2015b).

O setor coureiro-calçadista, ao longo das décadas, passou por diversas crises econômicas, a última ocorrida em 2008 acabou fechando a fábrica de calçados, surgida do curtume, demitindo quase 500 funcionários. Porém, desta antiga fábrica surgiram três novas empresas (ateliês menores), administradas nos dias de hoje por ex-gerentes da antiga fábrica.

Já o curtume, que tinha em torno de 1000 funcionários, com a crise de 2008 teve seu quadro reduzido em quase 40%. Mesmo assim, manteve-se produzindo os mesmos produtos e artigos. Muitos acreditam que seu funcionamento deve-se ao fato de seus acionistas terem realizado uma parceria com uma grande empresa do ramo e que tem sua sede localizada na região centro-oeste do país.

As demais empresas, menores e tipicamente familiares, são em torno de quinze. Trabalham de modo artesanal, produzindo artigos como botas de gaúcho, cintos, chinelos, guaiacas e artigos de selaria e montaria em geral, produtos esses que não são produzidos e nem comercializados pelas empresas maiores do município, ou seja, o curtume e os ateliês de calçados.

É perceptível que em Nova Esperança do Sul, a relação entre sua comunidade, o couro e principalmente a bota do gaúcho, está fortemente enraizada.

Pois, apesar das maiores empresas produzirem, há vários anos, outros tipos de calçados e até mesmo outros tipos de produtos, a bota já faz parte da identidade<sup>13</sup> deste lugar.

Apesar de nos últimos anos, terem vindo residir no município, pessoas de diversos lugares da região e do Estado, crescendo assim a miscigenação de culturas, isso em nada prejudicou ou acabou descaracterizando o município como a Capital da Bota, pelo contrario as pessoas que chegam é que se adaptam a essa realidade.

Percebe-se que nos dias de hoje, todas essas empresas (curtume, ateliês e empresas menores), assim como alguns órgãos públicos (Prefeitura Municipal, Emater, Brigada Militar, entre outros) possuem em seu quadro de funcionários, pessoas oriundas também da agricultura familiar. Destes, alguns já residem na sede do município, mas ainda possuem propriedade no meio rural e continuam utilizando-se da mesma. Já outros utilizam-se do transporte diário oferecido pelas empresas para deslocarem-se até seu local de trabalho, onde desempenham suas funções num determinado turno do setor industrial e posteriormente retornam para o meio rural a fim de desenvolverem atividades em suas propriedades.

## 5.1 A ATUAL SITUAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVA ESPERANÇA DO SUL

Assim como em grande parte do Estado e do país, a agricultura familiar do município tem se destacado como uma das áreas da economia que mais cresce. Através da sua produção diversificada de alimentos o setor vem gerando divisas, melhorando a renda das famílias locais e conseqüentemente auxiliando no processo de um desenvolvimento rural sustentável.

Como visto no decorrer do trabalho, os relatos com os informantes chave, as saídas de campo, assim como a leitura da paisagem, possibilitaram para que se percebesse que a agricultura familiar do município possui uma forte ligação com os diversos setores da economia local, inclusive o setor coureiro calçadista.

O capítulo a seguir, apresenta a tipologia dos agricultores familiares pluriativos

---

<sup>13</sup> Para um melhor entendimento sobre esse conceito acessar os trabalhos de Medeiros (2006) e Saquet (2009), entre outros.

encontrados na pesquisa, indicando a ligação dos mesmos com outros segmentos econômicos e evidenciando que o recurso da pluriatividade além de proporcionar um incremento na renda dessas famílias, facilita e estimula sua permanência no meio rural.

### **5.1.1 A Tipologia dos agricultores familiares de Nova Esperança do Sul que desenvolvem a pluriatividade**

As entrevistas com os informantes-chave além de resgatar a história e evolução econômica de Nova Esperança do Sul, deixaram evidente que apesar do município ser relativamente pequeno, existe uma certa diferenciação entre os agricultores familiares do local. Essa distinção se identifica um pouco pelo tamanho da UPA conseqüentemente na variedade de cultivos e criações, que acabam por interferir significativamente na obtenção de novas tecnologias e no desenvolvimento de cada uma delas.

Nesta fase da pesquisa, foram identificados entre os agricultores familiares de Nova Esperança do Sul um número de cinco tipos de UPAs que desenvolvem atividades pluriativas, conforme veremos sucintamente a seguir.

**Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 1:** Nestas UPAs, que possuem área entre 15 e 35 hectares, é implementado um sistema de produção baseado no cultivo da soja no verão e trigo no inverno. Estas UPAs podem ser encontradas tanto nas zonas agroecológicas I (**Terras Altas**) como na II (**Terras Baixas**). Em termos de renda não agrícola, desenvolvem a pluriatividade tanto no serviço público quanto no setor coureiro-calçadista. Atualmente, na maioria destas propriedades, os filhos já saíram para estudar ou mesmo para trabalhar fora, permanecendo apenas os pais e alguns casos também os avós. Desta forma, dependem do serviço de terceiros nos períodos de plantio e colheita e em função de possuírem pouquíssimas máquinas e implementos agrícolas. Criam poucos animais e plantam poucos hortifrutigranjeiros, basicamente para o auto consumo.

**Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 2:** Estas UPAs caracterizam-se por pequenas e médias propriedades que variam entre 15 e 25 hectares e que complementam sua renda desenvolvendo a pluriatividade, na sua grande maioria com atividades no setor coureiro-calçadista. Localizam-se nas duas zonas agroecológicas, produzindo soja e complementando suas atividades agrícolas com a

criação de gado de corte. Prevalece nessas propriedades, a utilização exclusivamente da mão de obra familiar, sendo na maioria dos casos o chefe da família (proprietário) quem trabalha fora. Todavia, em algumas situações a esposa também desenvolve atividades pluriativas fora da UPA. Esses agricultores possuem poucos maquinários e implementos agrícolas, mas, alguns possuem equipamentos recebidos de herança, já outros adquiriram através de compras em parceria.

**Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 3:** Nestas UPAs, localizadas na zona agroecológica II, adota-se um sistema de produção baseado na vitivinicultura. A mão de obra é familiar com contratações sazonais, principalmente em períodos de colheita. Possuem uma renda não-agrícola oriunda tanto de trabalho desenvolvido no serviço público quanto no setor coureiro-calçadista. Essas propriedades variam entre 10 e 35 hectares e seus proprietários complementam suas atividades agrícolas com a criação de ovinos, suínos ou bovinos. Uma boa parte deste grupo, em torno de 40%, residem na sede do município e deslocam-se uma ou duas vezes por semana até a propriedade, sendo que essa frequência aumenta em épocas de plantio e colheita. Em relação ao sustento familiar, pode-se dizer que a produção para o autoconsumo é baixa, com a exceção de algumas hortas ou mesmo alguns pomares, o que acarreta no plantio de poucas variedades de verduras, hortaliças e frutas.

**Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 4:** Essas UPAs, encontram-se basicamente na zona agroecológica II e o tamanho das propriedades variam entre 15 e 25 hectares. Adotaram um sistema de criação de gado de leite e sua renda não agrícola tem origem nas atividades pluriativas desenvolvidas principalmente no setor coureiro calçadista do município. Utilizam-se da mão de obra essencialmente familiar, possuindo um aparato tecnológico bastante atualizado para produção, conservação e comercialização do leite. Em grande parte deste tipo de UPA a esposa é a principal responsável pelo trabalho realizado com o leite, cabendo ao marido o serviço fora da propriedade. Este grupo retira da UPA a maior parte dos seus produtos de subsistência, principalmente as frutas, hortaliças e leguminosas.

**Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 5:** Essas UPAs, adotaram um sistema de produção que tem como centralidade a pecuária de corte e o arrendamento. Sua renda não agrícola origina-se na própria propriedade, mais especificamente nas atividades pluriativas desenvolvidas no turismo rural. Na sua maioria, são pessoas já aposentadas e que criam poucos animais, basicamente

gado de corte, suínos e aves. Pela idade avançada, arrendam a maior parte de suas propriedades, que variam entre 20 e 45 hectares, geralmente para algum familiar ou mesmo outro agricultor lindeiro<sup>14</sup>. A maior parte da renda total deste grupo, aproximadamente 2/3, origina-se da pluriatividade, do arrendamento e da aposentadoria.

Em relação aos produtos de subsistência, para o autoconsumo da família este grupo utiliza principalmente os de origem animal e alguns de origem vegetal. Durante o ano desenvolvem atividades de turismo rural em parceria com o setor público local (prefeitura) e privado (empresas), utilizando exclusivamente a mão de obra familiar.

## 5.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE AGROECONÔMICA DAS UPAS REPRESENTATIVAS DOS DIFERENTES TIPOS DE UPAS FAMILIARES QUE DESENVOLVEM A PLURIATIVIDADE EM NOVA ESPERANÇA DO SUL

Após a identificação de um número de cinco (5) tipos de unidades de produção agrícola familiar que se utilizam da pluriatividade, definiu-se que para cada tipo de UPA encontrada seria escolhida e entrevistada apenas uma propriedade.

A seguir, são apresentados e descritos integralmente os principais dados e as informações das cinco propriedades utilizadas como estudo de caso, sendo que cada uma delas representa um dos cinco (5) tipos de UPAs descritas resumidamente no capítulo anterior.

**Quadro 1:** Tipos de Unidades de Produção encontrados que desenvolvem a pluriatividade

<b>Tipos de UPA</b>	<b>Principais Sistemas de Produção</b>	<b>Tipo de Pluriatividade</b>	<b>Localização (Zona Agroecológica)</b>	<b>Tamanho Médio (ha)</b>
<b>Tipo 1</b>	Soja + Trigo	Serviço público Setor Coureiro	I II	25
<b>Tipo 2</b>	Soja + Pecuária de corte	Setor Coureiro Serviço público	I II	35
<b>Tipo 3</b>	Uva + Ovinos/Suínos/Bovinos	Serviço público Setor Coureiro	II	20
<b>Tipo 4</b>	Pecuária de leite	Setor Coureiro Artesanato	II	20
<b>Tipo 5</b>	Pecuária de corte + Arrendamento	Turismo Rural	I II	30

**Fonte:** pesquisa de campo (2015).

<sup>14</sup> Diz-se daqueles agricultores que fazem limite e estão na divisa das terras de um outro.

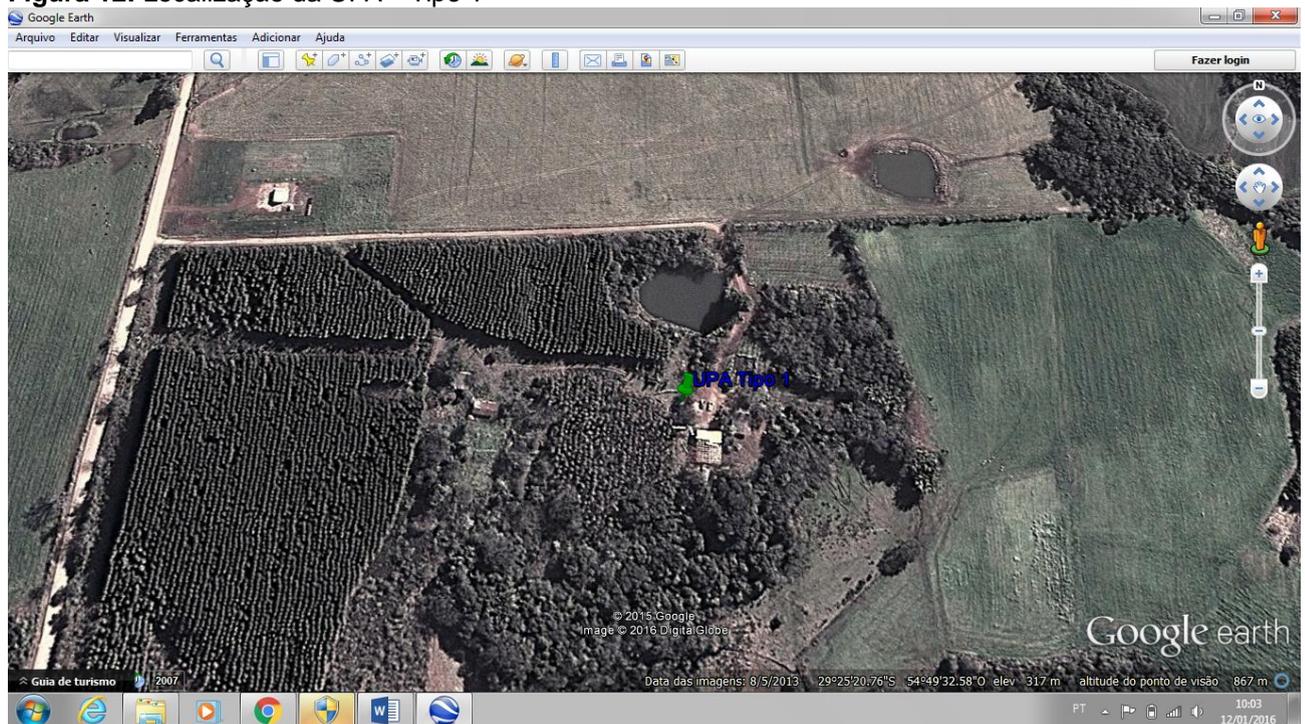
### 5.2.1 Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 1, que implementa sistema de produção baseado no cultivo de soja e trigo, com pluriatividade no serviço público

Esta propriedade, localizada na localidade do Planalto encontra-se a 6 km da sede do município. Atualmente, residem nas mesma apenas 4 pessoas, pois o filho e a filha mais velhos saíram para estudar, constituíram família e não mais residem na UPA. Dos quatro que residem na UPA, a mãe do proprietário é aposentada e não desenvolve nenhuma atividade agrícola. O filho menor estuda em um turno e por isso dedica pouco tempo à mesma. Os demais, ou seja, o proprietário e a esposa, principais responsáveis pelas atividades produtivas na UPA, desenvolvem diariamente atividades pluriativas no setor público.

A família, de origem italiana, ajudou na colonização do município e possui a propriedade a mais de 80 anos, tendo a mesma primeiramente pertencido ao avô e depois ao pai do atual proprietário.

A propriedade localiza-se na zona das terras altas, possuindo um relevo levemente ondulado coberto de campo nativo e cercado por uma pequena extensão de árvores. É bem perceptível a ação antrópica especificamente nesta UPA.

**Figura 12:** Localização da UPA – Tipo 1



Fonte: Planalto (2015).

A tabela abaixo mostra o resultado dos principais indicadores utilizados e a seguir constam as informações mais gerais desta UPA escolhida como estudo de caso:

**Tabela 1:** Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 1

<b>Tipo de Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Objetivo do Indicador</b>	<b>Valor encontrado na UPA</b>
<b>Superfície Total</b>	ST	Indica em hectares a área da UPA, independentemente do grau, da forma de utilização ou da situação fundiária.	25 ha
<b>Superfície Agrícola Útil</b>	SAU	Indica em hectares a área da UPA que é efetivamente utilizada para as atividades agropecuárias.	16 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem</b>	UTH	Identifica a disponibilidade de mão de obra existente na UPA. Cada UTH equivale a 300 dias de trabalho com 8 horas diárias.	1,38 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem Familiar</b>	UTHf	Identifica a mão de obra familiar disponível na UPA.	1,38 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{SAU}{UTH}$	Identifica a superfície agrícola útil que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar.	11,64 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{SAU}$	Identifica a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola.	R\$ 1.517,55
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{UTH}$	Identifica a riqueza que cada mão de obra (UTH) consegue produzir na UPA.	R\$ 17.658,72
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{SAU}$	Identifica quanto que cada hectare contribui financeiramente para a renda agrícola da UPA.	R\$ 1.281,06
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{UTH}$	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola da UPA.	R\$ 14.906,90
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RT}{SAU}$	Indica o valor da contribuição de cada hectare cultivado em relação a renda total	R\$ 4.731,06

Tipo de Indicador	Sigla	Objetivo do Indicador	Valor encontrado na UPA
<b>Indicadores Combinados</b>	SAU	da UPA.	R\$ 55.052,35
	RT	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a	
	UTH	renda total da UPA.	

Fonte: Pesquisa (2015).

Possui uma área total de 25 ha (ST), mas apenas 16 são aproveitáveis (SAU). Do que é utilizado para produção agrícola, 14 ha são utilizados para o cultivo de soja e trigo, 2 são usados para plantio da uva e o restante da área estão assim divididos: 2 hectares são inaproveitáveis, 2 possuem mato e florestas, em 2 estão as benfeitorias, outros 2 são de açudes e 1 hectare atualmente está sem utilização.

Os proprietários dedicam boa parte do seu tempo para as atividades no serviço público, o que explica a força de trabalho na propriedade ser de apenas 1,38 UTH, utilizando basicamente mão de obra familiar.

Avaliando-se a eficiência na utilização da mão de obra percebe-se que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar com 11,64 ha da área utilizada para o cultivo na propriedade. Fato que é justificado por que a plantação e colheita tanto da soja quanto do trigo são realizadas com o uso dos implementos agrícolas de vizinhos ou da patrulha agrícola do município.

Já em relação a produtividade da terra, identificou-se R\$ 1.517,55 como sendo o valor correspondente a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola.

Analisando-se a produtividade do trabalho realizado, ou seja, a riqueza que cada mão de obra (UTH) consegue produzir encontrou-se um valor de R\$ 17.658,72.

Ao analisarmos a capacidade de geração de renda desta UPA (RA/SAU) identificou-se que cada hectare contribui financeiramente com R\$ 1.281,06 para a renda agrícola da propriedade. Já o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola (RA/UTH) é de R\$ 14.906,90.

O valor da contribuição de cada hectare cultivado em relação a renda total desta UPA, ou seja, RT/SAU atualmente é de R\$ 4.731,06 e o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda total (RT/UTH) é de R\$ 55.052,35.

O produto bruto total, soma de tudo o que foi produzido e gerado na UPA durante o ano de 2014, é de R\$ 70.045, 00, sendo que deste valor apenas R\$ 6.800,00 são de origem animal e o montante maior R\$ 63.245,00 refere-se a produção vegetal, o que corresponde a 10% e 90% respectivamente.

Em relação a produção vegetal, os principais produtos comercializados nesta unidade de produção são a soja e o trigo, responsáveis por um faturamento de R\$ 50.750,00. Posteriormente vem a uva, que faturou em 2014 R\$ 10.500,00.

**Figura 13:** Cultivo de soja na UPA Familiar - Tipo 1



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

Já a produção dos hortifrutigranjeiros dessa UPA é realizada pelos próprios proprietários, sendo esses produtos utilizados basicamente para a subsistência. Dentre esses produtos destacam-se a mandioca, tomate, alface, pêssigo, laranja e a uva.

O cultivo da uva é uma tradição de décadas na família e tem passado de geração para geração. A fruta é utilizada principalmente para a fabricação de vinho colonial usado para consumo e tem seus excedentes, uva e vinho, comercializados entre os familiares, amigos e turistas.

Segundo o próprio proprietário, mesmo ele e a esposa tendo pouco tempo destinado a UPA, devido aos trabalhos no serviço publico, o cultivo dessas frutas e hortaliças gera uma boa economia para a família no decorrer do ano. Não sendo produzidos na UPA esses produtos teriam que ser comprados no comércio local, gerando uma despesa anual em torno de R\$ 1320,00 no orçamento familiar.

O quadro 3 mostrado em anexo, identifica o itinerário técnico dos principais produtos de origem vegetal produzidos nesta UPA no ano em estudo.

**Quadro 2:** itinerário técnico dos principais cultivos comercializados no estudo de caso UPA Familiar - Tipo 1

Cultivo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Soja	Cuidados	Cuidados	Colheita							Plantio	Plantio	Cuidados
Trigo					Preparo solo	Plantio	Cuidados	Cuidados	Cuidados	Colheita		

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Esta UPA caracteriza-se pela criação de poucos animais, basicamente utilizados para o autoconsumo da família, destacando-se suínos, ovinos e aves.

A alimentação destes animais na sua grande maioria é produzida na própria UPA e para o complemento da mesma são feitas compras esporádicas principalmente de farelo, e quando necessário também de milho.

O valor anual estimado para o autoconsumo da família está orçado em R\$ 8.795,00, sendo que destes R\$ 6.800,00 são produtos de origem animal e o restante R\$ 1.995,00 são produtos de origem vegetal.

O capital imobilizado está avaliado em R\$ 1.009.873,35, sendo que destes valores, R\$ 6.150,00 são referentes aos animais, R\$ 209.130,00 são das máquinas, equipamentos e instalações e o principal montante R\$ 750.000,00 são os valores da terra, que de acordo com informações dos próprios proprietários, atualmente está estimada em R\$ 30.000,00/ha.

Desde a saída do filho mais velho, a propriedade não possui máquinas e equipamentos utilizados para a produção vegetal dos seus principais produtos, soja e o trigo. Neste caso específico o plantio e a colheita, assim como o transporte são feitos por terceiros, geralmente produtores lindeiros ou mesmo até mesmo o filho mais velho que exerce esse tipo de atividade.

São poucos os equipamentos utilizados na propriedade, os principais destinam-se à colheita da uva e produção do vinho colonial. Constam esses de quatro bandejas, três alicates de poda, dois pulverizadores, uma esmagadora e um graduador, além de oito pipas de fibra e seis antigos barris de madeira que tem passado de geração em geração. Existem ainda algumas enxadas, pás, rastelos e foices, utilizadas na limpeza da propriedade e na preparação e cuidado da horta.

**Figura 14:** Pipas de madeira na UPA Familiar - Tipo 1

**Fonte:** Pesquisa (2015).

As benfeitorias encontradas são uma casa de alvenaria utilizada para moradia, que possui 160 m<sup>2</sup> e um galpão misto feito parte em pedra de areia, parte madeira e tijolos maciços. Ambos foram reformados a poucos anos e por isso encontram-se num bom estado de conservação. O valor desses imóveis está orçado em R\$ 200.000,00.

A mão de obra nesta UPA é essencialmente familiar, porem a sucessão e a continuidade dos negócios agrícolas nesta propriedade ainda é uma incógnita conforme relatado pelos membros da família.

Mas é a análise das rendas, um dos principais objetivos desta pesquisa, que chama e muito a atenção neste estudo de caso, como veremos a seguir.

O quadro abaixo mostra os indicadores combinados, identificando as rendas e os resultados encontrados, em seguida os mesmo são avaliados e discutidos na íntegra.

**Quadro 3:** Análise das rendas encontradas no estudo de caso UPA Familiar - Tipo 1

Tipo de Renda	Renda Total (RT)	Renda Agrícola (RA)	Renda Não Agrícola (RÑA)	Rendas Não Agrícolas Diversas (RÑAD)	Renda de Aposentadorias (RAPOS)	Renda das Atividades Não Agrícolas (Raña) <b>Pluriatividade</b>
<b>Valor R\$</b>	75.696,68	20.496,98	55.200,00	0,00	14.400,00	40.800,00
<b>Percentual</b>	100%	27,08%	72,92%	0,00%	19,02%	53,90%

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Como pode ser observado, identificou-se um montante anual de R\$ 75.696,98

como sendo a renda total auferida na propriedade durante o ano de 2014, porém, apenas 27,08%, ou seja, R\$ 20.496,98 correspondem a renda oriunda da produção agrícola. Os 72,92% restantes correspondem a R\$ 55.200,00 e originam-se das chamadas rendas não agrícolas.

Percebe-se que nos dias de hoje uma aposentadoria corresponde a 19,02% da renda não agrícola desta família, que obtém os outros 53,90% através dos recursos oriundos da pluriatividade exercida no serviço público do município.

Diante disso, os dados encontrados deixam evidente a importância das rendas não agrícolas para essa família em particular, pois as rendas provenientes de transferências sociais e da pluriatividade correspondem a 72,92% da renda total.

Ao serem questionados se utilizam parte da renda não agrícola para investirem na propriedade, os proprietários afirmaram que utilizam, mas muito pouco, apenas para manterem as instalações em ordem. Segundo eles, a maior parte da renda é utilizada para as despesas gerais da família, como alimentação, vestuário, farmácia, entre outros.

Desta forma, pode-se considerar que atualmente as principais fontes de ascensão econômica e social desta família não estão relacionados as atividades desenvolvidas na unidade de produção agrícola. O que não pode ser visto com bons olhos e talvez justifique a falta de investimentos na mesma.

Neste sentido, uma análise mais apurada deixa evidente que caso ocorra por parte desta família a perda de alguma dessas rendas, principalmente da pluriatividade no serviço público, a família poderá ser afetada drasticamente na sua qualidade de vida. Isso quiçá explique o porquê dos proprietários trabalharem fora da UPA, mas ainda manterem o funcionamento da mesma, mesmo com poucas atividades.

Por isso, algumas decisões de curto e médio prazo precisam ser tomadas e entre essas está aquela que trata da sucessão familiar desta propriedade. Afinal, esse é apenas um dos temas que atualmente ainda são uma incógnita entre os proprietários da UPA pesquisada.

### **5.2.2 Unidade de Produção Agrícola Familiar - Tipo 2, que implementa sistema de produção de soja e pecuária de corte, com pluriatividade no setor coureiro-calçadista**

Localizada no distrito de Capão Grande, esta propriedade encontra-se a 8 km

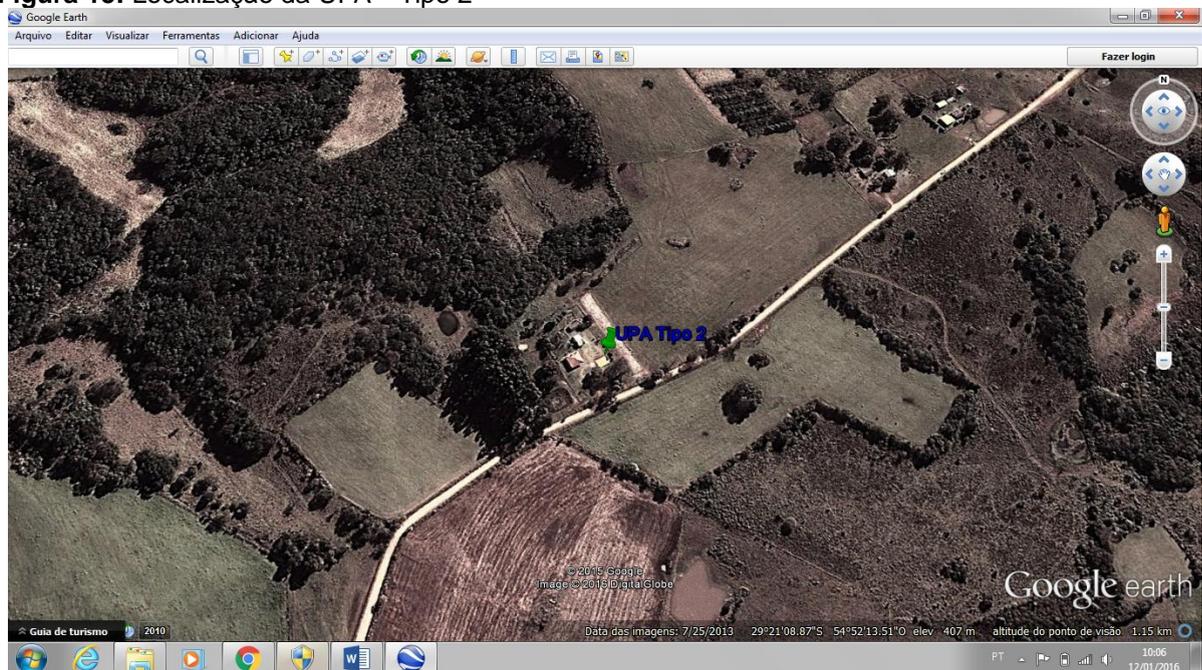
da sede do município, estando atualmente residindo na mesma apenas o proprietário e a esposa, pois o único filho do casal reside fora do município há alguns anos.

A propriedade localiza-se na zona das terras altas, tendo parte sido adquirida como herança e parte comprada de outros familiares e herdeiros.

Nos dias atuais, os proprietários são os únicos responsáveis pelas atividades produtivas na UPA.

O produto bruto total comercializado, ou seja, a soma de tudo o que foi produzido em 2014 nesta UPA foi de R\$ 61.600,00. Deste valor R\$ 37.400,00 são de origem animal e a outra parte R\$ 24.200,00 são referentes a produção vegetal.

**Figura 15:** Localização da UPA – Tipo 2



Fonte: Capão Grande (2015).

Na tabela a seguir identifica-se as informações e os resultados dos principais indicadores utilizados para mensurar essa UPA escolhida como estudo de caso:

**Tabela 2:** Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 2

<b>Tipo de Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Objetivo do Indicador</b>	<b>Valor encontrado na UPA</b>
<b>Superfície Total</b>	ST	Indica em hectares a área da UPA, independentemente do grau, da forma de utilização ou da situação fundiária.	19,5 ha

<b>Tipo de Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Objetivo do Indicador</b>	<b>Valor encontrado na UPA</b>
<b>Superfície Agrícola Útil</b>	SAU	Indica em hectares a área da UPA que é efetivamente utilizada para as atividades agropecuárias.	10 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem</b>	UTH	Identifica a disponibilidade de mão de obra existente na UPA. Cada UTH equivale a 300 dias de trabalho com 8 horas diárias.	1,63 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem Familiar</b>	UTHf	Identifica a mão de obra familiar disponível na UPA.	1,63 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{SAU}{UTH}$	Identifica a superfície agrícola útil que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar.	6,15 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{SAU}$	Identifica a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola.	R\$ 3.361,40
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{UTH}$	Identifica a riqueza que cada mão de obra (UTH) consegue produzir na UPA.	R\$ 20.685,54
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{SAU}$	Identifica quanto que cada hectare contribui financeiramente para a renda agrícola da UPA.	R\$ 3.218,65
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{UTH}$	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola da UPA.	R\$ 19.807,06
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RT}{SAU}$	Indica o valor da contribuição de cada hectare cultivado em relação a renda total da UPA.	R\$ 5.002,65
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RT}{UTH}$	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda total da UPA.	R\$ 30.785,52

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Possui uma área total de 19,5 ha (ST), onde apenas 10 ha (SAU) são destinados para as atividades agropecuárias, principalmente a plantação de soja e milho e a criação de gado de corte.

Dos 10 ha utilizados, 8 ha estão destinados para o cultivo de soja e ou outros 2 são utilizados para plantio do milho. Os demais estão assim divididos: 3,5 hectares são reservados para APP, 2 possuem baixadas, em 1 ha estão as benfeitorias (casa e galpão), 1 são para os açudes e 2 hectares atualmente não estão sendo utilizados.

Já há alguns anos, o proprietário desenvolve diariamente atividades pluriativas no turno das 06:00 às 14:20 no curtume da Gobba Leather, empresa localizada na sede do município. A esposa pelo menos uma vez ao mês trabalha com uma amiga, auxiliando na organização e realização de festas e eventos variados.

Apesar da diversificação das atividades pluriativas principalmente por parte do proprietário, nesta UPA utiliza-se exclusivamente mão de obra familiar, estando a força de trabalho da mesma estipulada em 1,63 UTH.

Em relação a eficiência na utilização da mão de obra nesta UPA, uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar com 6,15 ha da área utilizada na propriedade.

Verificando-se a produtividade da terra (VAL/SAU), identificou-se um valor de R\$ 3.361,40 como sendo o valor correspondente a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola.

Já a produtividade do trabalho realizado (VAL/UTH), ou seja, a riqueza que cada mão de obra consegue produzir na está estimada em R\$ 20.685,54.

Ao analisarmos a capacidade de geração de renda desta UPA (RA/SAU) identificou-se que cada hectare contribui financeiramente com R\$ 3.218,65 para a renda agrícola da propriedade. E o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola (RA/UTH) é de R\$ 19.807,06.

Identificou-se ainda que o valor da contribuição de cada hectare cultivado em relação a renda total desta UPA, ou seja, RT/SAU atualmente é de R\$ 5.002,65. E o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda total (RT/UTH) é de R\$ 30.785,52.

A produção vegetal está dividida entre a soja e o milho que em 2014 proporcionaram um faturamento de R\$ 23.200,00 e R\$ 1.000,00, respectivamente. A soja produzida é vendida integralmente para uma empresa cerealista da região, já o milho é utilizado para o consumo e tem seus excedentes vendidos para a mesma empresa.

**Figura 16:** Cultivo de milho na UPA Familiar - Tipo 2



**Fonte:** Pesquisa de campo (2015).

A plantação e colheita tanto da soja quanto do milho são realizados em parceria com um familiar. Nesta UPA identificou-se que os proprietários possuem algumas máquinas e equipamentos praticamente novos, comprados a pouco mais de cinco anos em parceria com esse familiar. Entre esses maquinários encontram-se um trator, uma plantadeira, um pulverizador, um semeador, uma grade, uma trilhadeira, entre outros.

De acordo com relatos dos proprietários, essas máquinas e equipamentos só puderam ser adquiridos na época, por que os mesmos foram beneficiados por um projeto realizado pela equipe da Emater local, que fez com que os mesmos encaixassem-se em uma das modalidades de Pronaf naquele período.

Nesta UPA encontra-se ainda uma pequena máquina de cortar grama, além de outros utensílios e equipamentos utilizados na limpeza e conservação da propriedade, assim como outros destinados a preparação e cuidado da horta e do pomar. Entre essas ferramentas pode-se encontrar facão, serrote, enxadas, pás, picão, rastelos e foices.

Em termos de produção vegetal, ainda são produzidos hortifrutigranjeiros utilizados para o autoconsumo da família, destacando-se entre os mesmos alface, mandioca, tomate, melancia e laranja. No ano de 2014, esses produtos foram responsáveis por quase 15% dos produtos utilizados para a subsistência familiar.

No quadro 5 abaixo apresenta-se o itinerário técnico dos principais produtos de origem vegetal produzidos nesta UPA no ano em estudo.

**Quadro 4:** itinerário técnico dos principais cultivos comercializados no estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 2

Cultivo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Soja	Cuidados	Cuidados	Colheita	Colheita						Plantio	Plantio	Cuidados
Milho	Colheita								Preparo solo	Plantio	Cuidados	Cuidados

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Em relação as atividades de produção animal, nesta UPA identificou-se a criação de novilhas de 2 e 3 anos, destinadas para venda a matadouros ou frigoríficos da região, podendo ainda ocorrer a venda ou troca com algum produtor do município.

Durante o ano, os bovinos são alimentados basicamente com sal e sal mineral, além de pastagem de inverno (aveia ou azevem) produzida na própria propriedade. No ano de 2014, os gastos com alimentação e remédios para esses animais giraram em torno de R\$ 2.718,00.

Anualmente, a família abate um ou dois bovinos para autoconsumo, mas os principais animais criados para essa finalidade são os suínos, ovinos e aves. Esses últimos alimentados com milho e outros alimentos produzidos na própria UPA.

Em 2014, o valor calculado para o autoconsumo desta família foi de R\$ 8.045,00, sendo que os produtos de origem animal tiveram um custo de R\$ 7.000,00 e os produtos de origem vegetal R\$ 1.045,00.

O capital imobilizado desta propriedade está avaliado em R\$ 749.713,53. Destes valores R\$ 35.340,00 são referentes aos animais e R\$ 263.100,00 representam as máquinas, equipamentos e instalações. Por fim, o capital imobilizado em terra atualmente está avaliado em R\$ 429.000,00. Atualmente, o valor do hectare nesta UPA está estimado em R\$ 22.000,00/ha.

As benfeitorias são uma casa de alvenaria utilizada para moradia, possuindo em torno de 100 m<sup>2</sup> orçada em R\$ 150.000,00 e um galpão misto de alvenaria e madeira orçado em R\$ 50.000,00. A família também possui uma pequena mangueira de madeira utilizada para o tratamento e manejo do gado.

Em relação a essa propriedade, percebeu-se a preocupação dos proprietários em estarem constantemente atualizados e a par dos acontecimentos, entenda-se treinamentos e cursos, voltados para o setor agropecuário do município. A parceria dos mesmos com a equipe local da Emater é muito forte, pois segundo os

proprietários seguidamente a UPA recebe visita dos mesmos para fins de acompanhamento das atividades produtivas, assim como para convidá-los a participar de eventos, projetos ou parcerias que envolvam a introdução de novas técnicas de produção animal ou mesmo vegetal.

**Figura 17:** Criação de gado e mangueira na UPA Familiar – Tipo 2



**Fonte:** Pesquisa (2015).

Conforme relatado anteriormente, durante o estudo de caso nesta UPA, identificou-se a origem de rendas procedentes da pluriatividade, onde o marido trabalha no turno das 06:00 às 14:20 num curtume e a esposa esporadicamente auxilia uma amiga na organização e realização de eventos.

No quadro a seguir, identifica-se os indicadores combinados utilizados para encontrar os tipos de rendas e os valores de cada uma delas. Posteriormente, tais dados são avaliados e discutidos ao longo do trabalho.

**Quadro 5:** Análise das rendas encontradas no estudo de caso UPA Familiar - Tipo 2

Tipo de Renda	Renda Total (RT)	Renda Agrícola (RA)	Renda Não Agrícola (RÑA)	Rendas Não Agrícolas Diversas (RÑAD)	Renda de Aposentadorias (RAPOS)	Renda das Atividades Não Agrícolas (Raña) <b>Pluriatividade</b>
<b>Valor R\$</b>	50.026,48	32.186,48	17.840,00	3.840,00	0,00	14.000,00
<b>Percentual</b>	100%	64,34%	35,66%	7,67%	0,0%	27,99%

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Como pode ser observada na tabela acima, em 2014, ano em estudo, essa família obteve uma renda total no valor de R\$ 50.026,48. Deste valor, R\$ 32.186,48 correspondem a renda auferida diretamente das atividades agropecuárias e o

restante, ou seja, R\$ 17.840,00 estão relacionados aos valores monetários recebidos das chamadas rendas não-agrícolas. Especificamente, neste estudo de caso, as atividades consideradas não agrícolas decorrem da pluriatividade e do aluguel de uma pequena casa que a família possui em um bairro na sede do município.

Portanto, é das atividades agropecuárias que os proprietários retiram a maior parte da sua renda, 64,34%, e apesar do trabalho no setor coureiro-calçadista e o aluguel proporcionarem os outros 35,66%, nesta UPA é evidente que os mesmos não se descuidam da manutenção, diversificação e investimentos na mesma.

Em relação à renda externa proveniente de aluguel, deve-se considerar que a mesma é de fato uma garantia mensal de renda à família. Contudo, pelo fato da casa alugada ser considerada, pelos próprios donos, simples e pequena, o aluguel mensal recebido é de apenas R\$ 320,00. De fato, um investimento na reforma ou ampliação dessa moradia, poderia trazer à família um retorno um pouco maior em termos de renda extra. Lembrando que caso isso venha acontecer, o retorno do capital investido é de meio a longo prazo.

Neste estudo de caso, é perceptível o perfil e as características empreendedoras<sup>15</sup> dos proprietários da UPA, pois o trabalho no setor coureiro-calçadista é claramente uma decisão estratégia de reprodução econômica e social por parte da família. Assim, é precipitado afirmar que os mesmos devem optar por ampliar seus negócios agrícolas ou mesmo ampliarem o investimento no aluguel de um ou mais imóveis. Segundo os proprietários a única certeza é que os mesmos continuarão qualificando-se e investindo, mesmo que moderadamente, em seus sistemas de cultivo e criação e sempre que possível mantendo ou até mesmo ampliando as atividades pluriativas a fim de garantir outros recursos financeiros para a família.

### **5.2.3 Unidade de Produção Agrícola Familiar – Tipo 3, que implementa sistema de produção de uva e ovinos/suínos/bovinos, com pluriatividade no serviço público**

A propriedade localiza-se na zona das terras baixas, tendo sido comprada a oito anos. Atualmente, os proprietários e o filho mais novo são os únicos

---

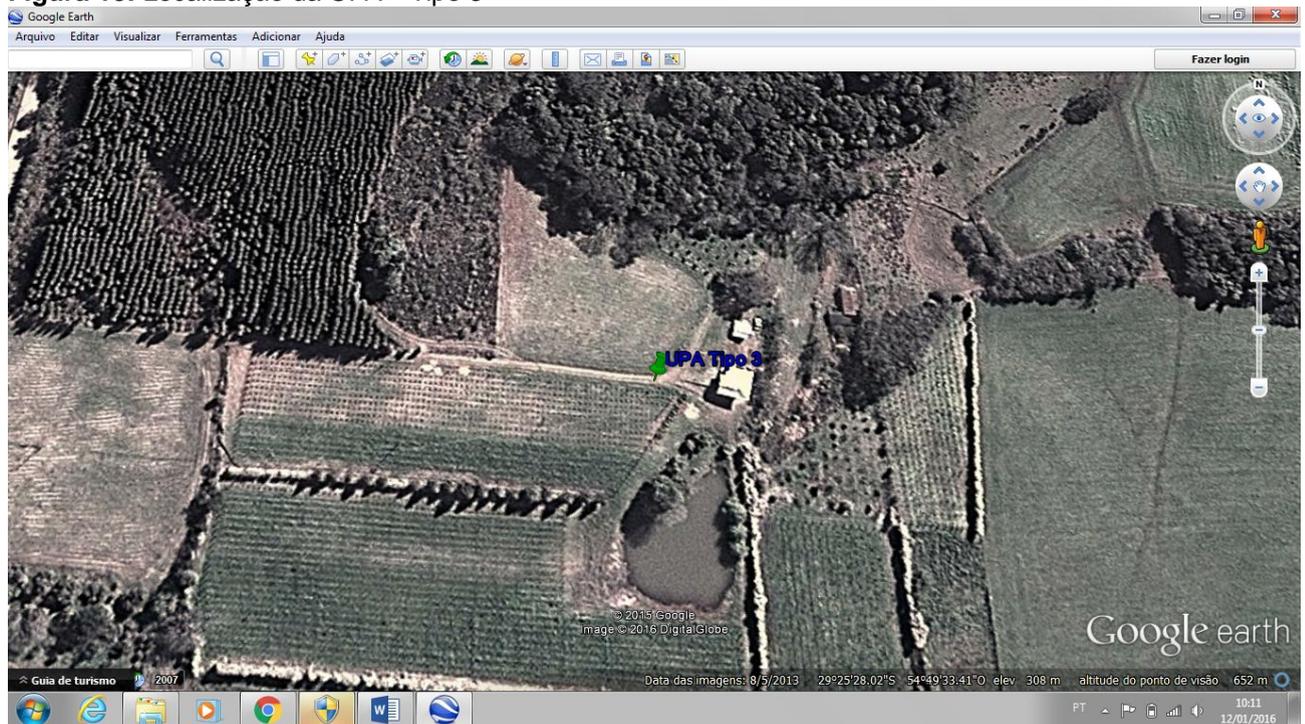
<sup>15</sup> Estudos relacionados ao empreendedorismo, perfil e características do empreendedor são (re)conhecidos nas obras de: Dolabella (2003) e (2012), Dornelas (2008), entre outros.

responsáveis pelas atividades produtivas nesta UPA. Porém, nos períodos em que a uva necessita de cuidados especiais como desbrota, desponta, desfolha, desbaste dos cachos, raleio de bagas, etc. e principalmente na colheita é feita a contratação de pelo menos um trabalhador temporário.

Esta propriedade localiza-se no distrito de Linha 1 e encontra-se a 7,5 km da sede do município. A família é composta pelo proprietário, a esposa e o filho mais novo do casal. Todos, com exceção do filho mais velho que já constituiu família, ainda residem na sede do município.

Nesta UPA, a relação do produto bruto total comercializado em 2014, aponta para um valor de R\$ 45.400,00, sendo que deste valor R\$ 5.400,00 são produtos de origem animal e os R\$ 40.000,00 restantes são provenientes da produção vegetal.

**Figura 18:** Localização da UPA – Tipo 3



Fonte: Linha 1 (2015).

Esta UPA possui uma área total de 15 ha, onde 10,5 ha estão sendo utilizados para as atividades agropecuárias, essas relacionadas a plantação de uva, ao reflorestamento e a criação de ovinos.

Desses 10,5 hectares utilizados, 9 ha estão destinados para o cultivo da uva e 1,5 ha estão utilizados para plantio eucaliptos. Os demais estão assim divididos: 1,5 hectares são reservados para açudes e mananciais, 1 ha é de matos e florestas, as

benfeitorias (casa e galpão) encontram-se em 1 ha e o outro 1 ha atualmente não esta sendo utilizado por ser impróprio.

A tabela apresentada a seguir identifica os resultados encontrados para os principais indicadores utilizados neste estudo de caso:

**Tabela 3:** Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 3

<b>Tipo de Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Objetivo do Indicador</b>	<b>Valor encontrado na UPA</b>
<b>Superfície Total</b>	ST	Indica em hectares a área da UPA, independentemente do grau, da forma de utilização ou da situação fundiária.	15 ha
<b>Superfície Agrícola Útil</b>	SAU	Indica em hectares a área da UPA que é efetivamente utilizada para as atividades agropecuárias.	10,5ha
<b>Unidade de Trabalho Homem</b>	UTH	Identifica a disponibilidade de mão de obra existente na UPA. Cada UTH equivale a 300 dias de trabalho com 8 horas diárias.	2,75 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem Familiar</b>	UTHf	Identifica a mão de obra familiar disponível na UPA.	1,88 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{SAU}{UTH}$	Identifica a superfície agrícola útil que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar.	3,82 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{SAU}$	Identifica a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola.	R\$ 2.760,40
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{UTH}$	Identifica a riqueza que cada mão de obra (UTH) consegue produzir na UPA.	R\$ 10.539,73
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{SAU}$	Identifica quanto que cada hectare contribui financeiramente para a renda agrícola da UPA.	R\$ 2.516,67
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{UTH}$	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola da UPA.	R\$ 9.609,11
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RT}{SAU}$	Indica o valor da contribuição de cada hectare cultivado em relação a renda total da UPA.	R\$ 5.830,96

Tipo de Indicador	Sigla	Objetivo do Indicador	Valor encontrado na UPA
<b>Indicadores Combinados</b>	RT <hr/> UTH	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda total da UPA.	R\$ 22.263,65

**Fonte:** Pesquisa (2015).

A força de trabalho total desta unidade de produção agrícola está estipulada em 2,75 UTH, sendo que a principal mão de obra utilizada é a familiar, identificada por 1,88 UTHf. Contudo, nos períodos de maior demanda, principalmente colheita da uva, é contratada mão de obra externa.

Analisando a eficiência na utilização da mão de obra nesta UPA, verificou-se que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar de apenas 3,82 ha da área utilizada na propriedade.

A produtividade da terra (VAL/SAU) aponta para um valor de R\$ 2.760,40 como sendo o valor correspondente a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola. Já a produtividade do trabalho realizado (VAL/UTH), ou seja, a riqueza que cada mão de obra consegue produzir, está estimada em R\$ 10.539,73.

A capacidade de geração de renda nesta UPA (RA/SAU) identificou que cada hectare contribui financeiramente com R\$ 2.516,67 para a renda agrícola da propriedade.

E o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola (RA/UTH) é de R\$ 9.609,11.

Identificou-se que o valor da contribuição de cada hectare cultivado em relação a renda total desta UPA (RT/SAL) no período pesquisado foi de R\$ 5.830,96, apontando ainda, que no mesmo ano, o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda total (RT/UTH) foi de R\$ 22.263,65.

Neste estudo de caso, identificou-se que a produção vegetal está assim dividida: a produção de uva é realizada em 9 ha e outros 1,5 ha atualmente são utilizados para o plantio de eucaliptos. Em 2014, ano da pesquisa, esses produtos tiveram um faturamento de R\$ 36.000,00 e R\$ 4.000,00, respectivamente.

A comercialização da uva produzida tem diferentes destinos. A maior parte, em torno de 80%, é vendida para uma vinícola da cidade vizinha de Jaguari, aproximadamente 10% fica na propriedade e é transformada em vinho para o

consumo da família e os outros 10% restantes são comercializados in natura no próprio município.

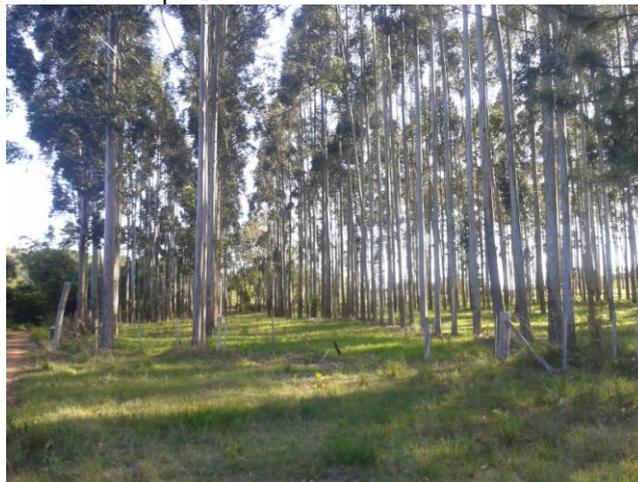
**Figura 19:** Parreiras localizadas na UPA Familiar - Tipo 3



**Fonte:** Pesquisa (2015).

O eucalipto produzido na UPA é vendido parte para serrarias do município, algo em torno de 30%, e o restante é vendido para o curtume da Gobba Leather que utiliza o produto como matéria prima para abastecimento da caldeira existente na empresa.

**Figura 20:** Eucaliptos da UPA Familiar - Tipo 3



**Fonte:** Pesquisa (2015).

Em relação às máquinas e equipamentos encontrados nesta UPA, percebe-se que os proprietários nos últimos anos fizeram um bom investimento para a compra e aquisição de equipamentos utilizados na produção e comercialização da uva, o

produto vegetal que nos dias atuais dá o maior retorno financeiro para a propriedade.

Entre esses maquinários foram encontrados 1 trator, 1 reboque, 5 pipas de fibra, 3 pipas de madeira, 8 bandejas, 8 alicates, 2 pulverizadores, 2 graduadores, 2 esmagadoras, entre outros. O valor destes equipamentos está orçado em R\$ 74.790,00.

De acordo com relatos dos proprietários, a família tem uma boa parceria com a vinícola da cidade vizinha de Jaguari, para quem entrega a maior parte da produção de uva. Anualmente o enólogo dessa vinícola visita a propriedade afim de verificar o andamento da produção de uva, indicando correções e melhorias sempre que se faz necessário. Ainda de acordo com esses produtores a equipe da Emater local também faz um excelente trabalho de apoio e assistência técnica em todas as atividades agropecuárias desenvolvidas na UPA.

Foram identificados custos com a limpeza, organização e assistência técnica da uva em 2014, no valor de R\$ 2.960,00.

Foram encontrados ainda martelo, foice, rastelo, picão, enxadas e pás como sendo equipamentos utilizados na limpeza e manutenção da propriedade.

Talvez por não residirem na propriedade, nesta UPA é praticamente nula a produção frutas e hortaliças, mesmo que para a subsistência familiar.

Observou-se que esta propriedade possui uma modesta horta com poucos pés de alface e tomate, além de um pequeno pomar com alguns pés de laranja. Uma estimativa por parte do produtor indicou que em 2014 o valor referente ao consumo desses hortifrutigranjeiros foi de R\$ 130,00.

O itinerário técnico dos principais produtos de origem vegetal produzidos nesta UPA, pode ser visto no quadro abaixo:

**Quadro 6:** itinerário técnico do principal cultivo comercializado no estudo de caso na UPA Familiar - Tipo 3

Cultivo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Uva		Colheita							Cuidados	Cuidados	Cuidados	Cuidados

Fonte: Pesquisa (2015).

Percebe-se ainda que as atividades de produção animal, neste sistema de produção, estão voltados exclusivamente para a criação de ovinos, que são comercializados no próprio município e que durante o ano tiveram um faturamento

de R\$ 6.400,00. Foram encontrados ainda três caixas de abelha utilizadas para a produção de mel, exclusivamente para autoconsumo.

A alimentação desses ovinos é produzida basicamente na propriedade, sendo ainda complementada com milho e farelo comprados no comércio local. Os custos com alimentação e remédios para esses animais foi de R\$ 480,00.

O autoconsumo anual desta família foi calculado em R\$ 6.240,00, tendo os produtos de origem vegetal um valor de R\$ 2.340,00 e os produtos de origem animal R\$ 3.900,00. Esse valor maior em relação aos produtos de origem animal deve-se ao fato de que anualmente a família abate alguns ovinos e também compra uma novilha para as festas de final de ano.

O capital imobilizado desta propriedade está avaliado em R\$ 725.118,20, onde R\$ 10.750,00 é o valor dos animais, R\$ 294.790,00 representam as máquinas, equipamentos e instalações e R\$ 405.000,00 é o valor da terra.

Um dos fatores que mais chamaram a atenção nesta propriedade foram as benfeitorias. Nesta UPA, há uma casa de alvenaria totalmente nova, que está orçada em R\$ 180.000,00 utilizada para moradia da família aos finais de semana e no período de colheita da uva. Durante a entrevista o produtor diz ter realizado um sonho ao construir a casa, mesmo que isso tenha sido realizado com verbas oriundas da sua renda externa.

Existe ainda um galpão antigo, mas, em bom estado de conservação. O mesmo foi construído com pedra de areia, mede 60m<sup>2</sup> e durante a entrevista foi orçado pela família em R\$ 40.000,00.

A mão de obra total nesta UPA é de 2,75 UTH, sendo composta pelo proprietário, esposa e filho menor. Deste valor a família representa 1,88 UTHf, já a mão de obra externa, contratada principalmente no período de colheita da uva, esta representada por 0,88 UTH.

Em se tratando de atividades pluriativas, nesta propriedade, tanto o marido quanto a esposa desenvolvem funções fora da mesma. O proprietário é aposentado como professor estadual e nos últimos 7 anos desempenha funções administrativas na prefeitura municipal, tendo optado por receber o salário oriundo da prefeitura. A esposa também é professora estadual a vinte anos e atualmente é quem mais consegue se dedicar a propriedade durante a semana. Os entrevistados relataram que ainda não passaram a residir integralmente na UPA devido a atenção e as cobranças que o trabalho do marido exige. Mas acreditam que essa mudança deverá

ocorrer no final de 2016.

Em termos de sucessão familiar esta propriedade está bem encaminhada, apesar do filho mais velho não residir mais com a família. Como estratégia em relação a esse tema, o filho mais novo está cursando o ensino médio integrado ao curso técnico em agropecuária, no Campus do IF Farroupilha em São Vicente do Sul, localizado a 50 km do município.

Cabe aqui, analisar-se as rendas de acordo com o quadro abaixo, que identifica os valores e a combinação de fatores que originaram cada uma delas. A *posteriori*, os dados encontrados são analisados e discutidos minuciosamente.

**Quadro 7:** Análise das rendas encontradas no estudo de caso UPA Familiar – Tipo 3

<b>Tipo de Renda</b>	<b>Renda Total (RT)</b>	<b>Renda Agrícola (RA)</b>	<b>Renda Não Agrícola (RÑA)</b>	<b>Rendas Não Agrícolas Diversas (RÑAD)</b>	<b>Renda de Aposentadorias (RAPOS)</b>	<b>Renda das Atividades Não Agrícolas (Raña) <u>Pluriatividade</u></b>
<b>Valor R\$</b>	61.225,05	26.425,05	34.800,00	0,00	0,00	34.800,00
<b>Percentual</b>	100%	43,16%	56,84%	0,0%	0,0%	56,84%

**Fonte:** Pesquisa (2015).

A tabela mostra que em 2014, a renda total desta propriedade foi de R\$ 61.225,05, sendo que R\$ 26.425,05 equivalem a renda oriunda das atividades agropecuárias, portanto, 43,16%. Todavia, a maior parte da renda desta família, os outros R\$ 34.800,00 ou seja, 56,84% foram adquiridos através da pluriatividade que marido e esposa desenvolvem fora da UPA.

Nesta UPA é evidente uma situação socioeconômica, digamos privilegiada, que é possível não apenas pelas diversas informações e números encontrados, mas principalmente com as rendas auferidas na pluriatividade. Por isso, os proprietários desejam apenas auxiliar e encaminhar o filho mais novo que dará continuidade nos negócios da propriedade e principalmente aqueles relacionados à cultura da uva e seus derivados.

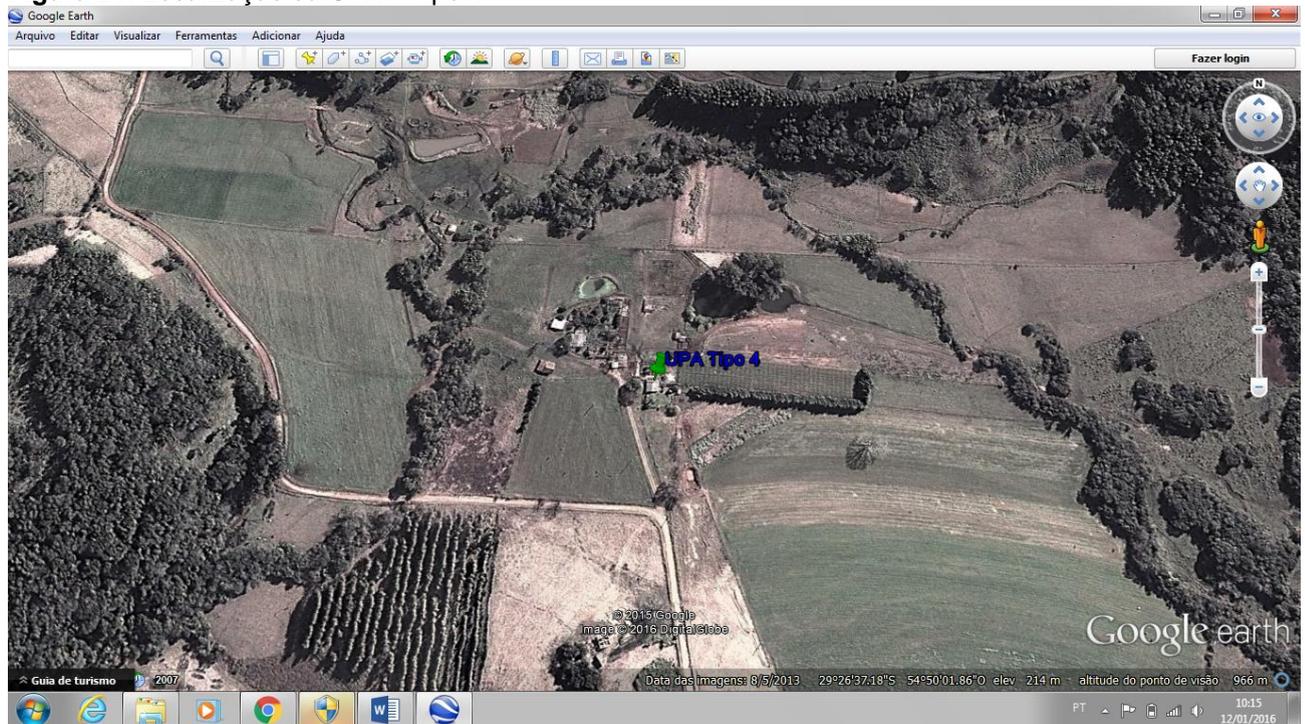
Desta forma, fica evidente que o padrão atual das instalações, e da qualidade de vida nesta propriedade está de fato relacionado aos investimentos feitos pelos proprietários com os recursos recebidos da pluriatividade.

#### 5.2.4 Unidade de Produção Agrícola Familiar – Tipo 4, que implementa sistema de produção de pecuária de leite, com pluriatividade no setor coureiro-calçadista

Esta propriedade localiza-se a 6,5 km da sede do município, na zona das terras altas e pertence a localidade de Planalto. Tem na composição atual da família o proprietário, a esposa e o único filho do casal, todos residindo na mesma.

Tem seu relevo caracterizado por campos levemente ondulados, com cobertura vegetal de gramíneas nativas da região, conforme indica a figura abaixo. A posse da terra deu-se através de herança, pois a propriedade pertence a família a mais de 40 anos.

**Figura 21:** Localização da UPA – Tipo 4



Fonte: Planalto (2015).

A área total desta UPA é de 20 ha, mas apenas 8,5 ha são utilizados para atividades agropecuárias. Outros 5 ha são utilizados para pastagem permanente, 3 ha para milho, a horta fica em 0,5, em 2,5 mato e florestas, 2 para açudes e mananciais, 2 benfeitorias, 2 são inaproveitáveis e os últimos 3 restantes nos dias atuais estão sem utilização.

Neste sistema de produção, a relação do produto bruto total comercializado em 2014 indica um valor de R\$ 51.920,00. Deste valor o principal montante R\$

44.900,00 são dos produtos de origem animal e os demais R\$ 7.020,00 restantes originam-se da produção vegetal.

Os principais indicadores utilizados para mensurar os dados e informações encontrados nesta UPA estão expostos na tabela 4, mostrada a seguir. Mais à frente os mesmos são discutidos e avaliados minuciosamente.

**Tabela 4:** Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 4

<b>Tipo de Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Objetivo do Indicador</b>	<b>Valor encontrado na UPA</b>
<b>Superfície Total</b>	ST	Indica em hectares a área da UPA, independentemente do grau, da forma de utilização ou da situação fundiária.	20 ha
<b>Superfície Agrícola Útil</b>	SAU	Indica em hectares a área da UPA que é efetivamente utilizada para as atividades agropecuárias.	8,5 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem</b>	UTH	Identifica a disponibilidade de mão de obra existente na UPA. Cada UTH equivale a 300 dias de trabalho com 8 horas diárias.	1,75 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem Familiar</b>	UTHf	Identifica a mão de obra familiar disponível na UPA.	1,75 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{SAU}{UTH}$	Identifica a superfície agrícola útil que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar.	4,86ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{SAU}$	Identifica a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola.	R\$ 3.663,69
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{UTH}$	Identifica a riqueza que cada mão de obra (UTH) consegue produzir na UPA.	R\$ 17.795,05
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{SAU}$	Identifica quanto que cada hectare contribui financeiramente para a renda agrícola da UPA.	R\$ 3.519,67
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{UTH}$	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola da UPA.	R\$ 17.095,53
		Indica o valor da contribuição de cada	

<b>Tipo de Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Objetivo do Indicador</b>	<b>Valor encontrado na UPA</b>
<b>Indicadores Combinados</b>	RT — SAU	hectare cultivado em relação a renda total da UPA.	R\$ 5.354,96
<b>Indicadores Combinados</b>	RT — UTH	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda total da UPA.	R\$ 26.009,81

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Nesta propriedade, a força de trabalho corresponde a 1,75 UTH e está composta pelo proprietário, esposa e filho, sendo que este último desenvolve poucas atividades na UPA, pois é formado em técnico em informática e desenvolve atividades pluriativas numa empresa do município.

Ainda em relação a pluriatividade o proprietário é um exímio artesão e trabalha na confecção de diversos artigos de couro e seus subprodutos, comercializando-os com empresas do município e da região.

Avaliando-se a utilização da mão de obra na propriedade (SAU/UTH), encontrou-se a informação de que uma unidade de trabalho homem consegue ocupar-se com 4,86 ha desta UPA.

Ao verificar-se a produtividade da terra (VAL/SAU), é encontrado o valor de R\$ 3.663,69 para cada hectare trabalhado. Já a produtividade do trabalho (VAL/UTH) aponta para um valor de R\$ 17.795,05 como sendo a contribuição que cada unidade de trabalho homem dá em termos de valor agregado.

O rendimento da terra (RA/SAU), identificou que cada unidade de área contribui com R\$ 3.519,67 em termos de renda agrícola. Já em relação ao rendimento do trabalho (RA/UTH), cada unidade de trabalho homem contribui com R\$ 17.095,53 em relação a renda agrícola.

Em se tratando da renda total em relação a mão de obra (RT/UTH) os dados obtidos apontaram que essa UPA obteve um valor de R\$ 26.009,81 no ano pesquisado. Por fim, a contribuição que cada unidade de área dá em relação a renda total (RT/SAU) apresenta o valor de R\$ 5.394,96.

Identificou-se nesta UPA uma produção vegetal bastante diversificada, com produtos como feijão, mandioca, alface, tomate, entre outros, basicamente para a subsistência da família. Porém, ocorre ainda a produção de milho, que tem parte

destinada para venda e parte para a alimentação dos animais, tendo um percentual ainda utilizado para a produção de silagem.

Em se tratando dos produtos vegetais, no ano pesquisado, a comercialização foi de R\$ 7.100,00 e refere-se exclusivamente a venda de milho. Já o autoconsumo desses produtos indica um montante de R\$ 917,50.

O itinerário técnico abaixo, mostrado no quadro 8, apresenta os principais produtos de origem vegetal produzidos nesta UPA:

**Quadro 8:** itinerário técnico dos principais cultivos do estudo de caso na UPA Familiar - Tipo 4

Cultivo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Feijão									Plantio	Cuidados	Cuidados	Colheita
Tomate	Plantio			Colheita				Plantio				Colheita
Mandioca	Colheita									Plantio	Cuidados	Cuidados
Alface				Plantio 1		Colheita 1	Plantio 2		Colheita 2			

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Em se tratando de produção animal, é correto afirmar que essa é a atividade que nos últimos anos tem recebido os maiores investimentos por parte dos proprietários. Em contrapartida, é aquela que melhor retorno financeiro tem apresentado.

Segundo informações os principais investimentos estão relacionados a compra de uma ordenhadeira elétrica, um resfriador e um transferidor, todos equipamentos utilizados para a produção e conservação do leite. Também foi adquirido um gerador de energia, além da implantação de melhoria nas técnicas de inseminação artificial, este último com a supervisão e acompanhamento técnico da Emater local.

Nesta UPA a criação de gado leiteiro é a principal atividade animal, porém, os proprietários ainda criam terneiros e novilhas para venda aos açougues da região, além de suínos e aves para a subsistência familiar.

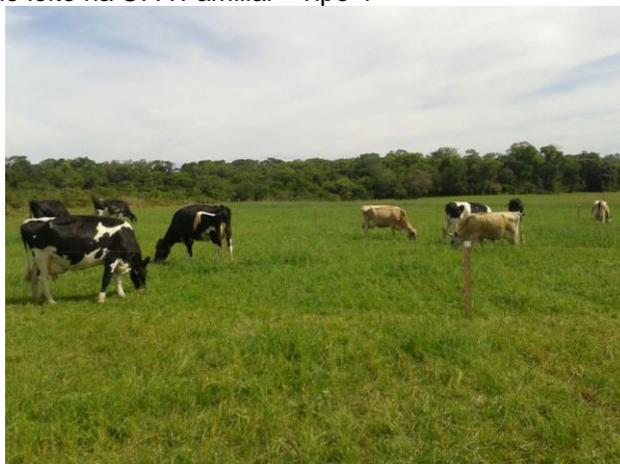
A alimentação dos animais é composta de sal, sal mineral e parte do milho produzido na UPA, incrementada com farelo comprado no comércio local. Os proprietários mantem também uma área permanente para o cultivo de pastagem de

aveia ou azevém e anualmente produzem silagem de milho ou sorgo, ambos destinados ao rebanho bovino.

Com relação aos produtos de origem animal, durante a saída de campo, identificou-se que em 2014 a comercialização foi de R\$ 44.920,00, sendo que deste valor R\$ 30.720,00, referem-se exclusivamente a venda de leite, que é feita para uma cooperativa da região. No mesmo ano, o autoconsumo desses produtos aponta para um montante de R\$ 4.222,50.

Ainda em relação ao autoconsumo, pode-se identificar que no ano pesquisado o valor total foi de R\$ 5.140,00.

**Figura 22:** Criação de gado de leite na UPA Familiar - Tipo 4



**Fonte:** Pesquisa (2015).

**Figura 23:** Produção de silagem na UPA Familiar - Tipo 4



**Fonte:** Pesquisa (2015).

O capital imobilizado desta propriedade está avaliado em R\$ 773.456,16, sendo R\$ 61.325,00 referente é o valor dos animais, R\$ 193.600,00 representam as

máquinas, equipamentos e instalações e R\$ 500.000,00 é o valor da terra, avaliada nos dias atuais em R\$ 25.000,00/ha.

Nesta UPA estudada, as benfeitorias identificadas foram uma casa antiga para moradia. De construção mista (alvenaria e madeira), encontra-se em bom estado de conservação e atualmente está avaliada em R\$ 80.000,00. Um galpão relativamente pequeno medindo aproximadamente 20m<sup>2</sup>, construído a poucos anos, usado para armazenagem do leite e de alguns matérias utilizados nesta atividade, e que tem seu valor estimado em R\$ 20.000,00. A UPA possui ainda um galpão mais antigo, reformado recentemente, que fica reservado especificamente para armazenagem de grãos, e armazenagem e manutenção das diversas máquinas e equipamentos utilizados na propriedade. Este último galpão foi orçado pelos proprietários em R\$ 40.000,00.

As máquinas, equipamentos e implementos utilizados nas diversas atividades desta propriedade estão orçados em R\$ 48.600,00, sendo identificados como principais: 1 trator Valmet ano 70, 1 reboque pequeno, 1 pé de pato, 1 plantadeira, 1 pulverizador, 1 arado, 1 roçadeira, 1 ordenhadeira, 1 resfriador, 1 transferidor e 1 gerador. Constam ainda facão, pás, enxadas, serrote e foice, utilizados para conservação e limpeza da UPA, assim como para plantação e cuidados com os hortifrutigranjeiros.

**Figura 24:** Resfriador de leite da UPA Familiar - Tipo 4



**Fonte:** Pesquisa (2015).

Nesta propriedade, a composição da renda tem participação de atividades

pluriativas, pois o proprietário trabalha para o setor coureiro-calçadista, mais especificamente na confecção de artigos e artefatos de montaria produzidos com matéria prima a partir do couro cru. Seus produtos são aperos, laços, buçais, rédeas, relhos, mangos, rebenques, cintos, bainhas para facas, entre outros. Todos vendidos para empresas do município e da região.

**Figura 25:** Pluriatividade através do trabalho em couro, feito pelo proprietário da UPA Familiar - Tipo 4



**Fonte:** Pesquisa (2015).

O quadro a seguir apresenta a origem das rendas encontradas nesta UPA, identificando os valores e a combinação de fatores que originaram cada uma delas.

**Quadro 9:** Análise das rendas encontradas no estudo de caso na UPA Familiar - Tipo 4

Tipo de Renda	Renda Total (RT)	Renda Agrícola (RA)	Renda Não Agrícola (RÑA)	Rendas Não Agrícolas Diversas (RÑAD)	Rendas das Aposentadorias (RAPOS)	Renda das Atividades Não Agrícolas (Raña)
						<b>Pluriatividade</b>
<b>Valor R\$</b>	45.517,17	29.917,17	15.600,00	0,00	0,00	15.600,00
<b>Percentual</b>	100%	65,73%	34,27%	0,0%	0,0%	34,27%

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Conforme pode ser observado, a renda agrícola é responsável por mais da metade da renda total desta propriedade, porém, é inegável que a renda oriunda da pluriatividade tem um significado importante em se tratando de bem estar e qualidade de vida desta família.

Constatou-se ainda, que os maiores investimentos dos últimos anos tem sido

direcionados exclusivamente a produção leiteira. Por isso, quando indagados sobre o que é feito com a renda de guasqueiro<sup>16</sup>, ou seja, a renda da pluriatividade, os proprietários afirmaram o lucro com os trabalhos em couro é investido na aquisição de alimentos, roupas, remédios, móveis e utensílios necessários para a subsistência da família.

A atividade de artesanato é um ofício que há muitos anos acompanha esta família e segundo o proprietário ele herdou esse dom do seu pai, que também herdou do pai dele. Ele observa ainda que atualmente no município existem apenas mais duas pessoas que desenvolvem esse tipo de ofício e que o mesmo não irá ocorrer com a nova geração da sua família, pois o seu filho jamais demonstrou interesse em desenvolver essa habilidade. O que indica que quando o proprietário deixar de auferir a renda do artesanato em couro, a família poderá vir a sofrer um revés em termos de geração de renda e possivelmente em qualidade de vida.

Diante do exposto, é importante destacar que a família deve continuar investindo nas atividades leiteiras, pois apesar do valor do leite ter sofrido grande desvalorização nos últimos anos, sabe-se que ainda é um produto de primeira necessidade.

Cabe destacar ainda, que a propriedade já possui os principais utensílios necessários neste tipo de atividade, devendo apenas realizar manutenções preventivas a fim de mantê-los em bom estado de conservação.

A criação de gado de corte também merece uma atenção especial por parte dos proprietários, principalmente porque é um mercado em ascensão e também porque a propriedade ainda possui áreas a serem exploradas.

Aliado a isso, a facilidade de acesso ao crédito que a agricultura familiar possui atualmente é com certeza um fator positivo em se tratando de investimentos caso esses sejam necessários, seja na produção leiteira ou mesmo na criação de gado de corte.

### **5.2.5 Unidade de Produção Agrícola Familiar – Tipo 5, que implementa sistema de produção de pecuária de corte e arrendamento, com pluriatividade no turismo rural**

Para esse tipo de UPA, utilizou-se como estudo de caso uma propriedade

---

<sup>16</sup> Diz-se do artesanato, reconhecido no sul do Brasil, Uruguai e Argentina, que utiliza como matéria prima para os seus trabalhos o couro cru, couro vacuum sem ser curtido.

localizada na zona das terras baixas a 5,5 km da sede do município, na localidade do Piquiri, considerada uma das mais bonitas do município. Esta UPA é cercada por um relevo ondulado e possui solos considerados férteis e ricos em nutrientes.

A área total desta UPA é de 26 ha, sendo que atualmente apenas 21 ha estão sendo utilizados no desenvolvimento de atividades agropecuárias. Os demais 5 ha estão assim divididos: em 1 ha estão as benfeitorias, 1 ha açudes e mananciais, 2 ha são de mato e florestas e 1 ha é inaproveitável.

**Figura 26:** Localização da UPA – Tipo 5



Fonte: Piquiri (2015).

Nesta unidade de produção, a relação do produto bruto total comercializado em 2014 indica um valor de R\$ 20.650,00 e deste valor o principal montante R\$ 16.650,00 são dos produtos de origem animal e os demais R\$ 4.000,00 dizem respeito a produção vegetal da UPA.

A tabela abaixo, aponta para alguns dos principais indicadores utilizados na mensuração dos dados e informações desta UPA. Esses mesmos dados, são discutidos e avaliados minuciosamente no decorrer do trabalho.

**Tabela 5:** Principais indicadores do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 5

<b>Tipo de Indicador</b>	<b>Sigla</b>	<b>Objetivo do Indicador</b>	<b>Valor encontrado na UPA</b>
<b>Superfície Total</b>	ST	Indica em hectares a área da UPA, independentemente do grau, da forma de utilização ou da situação fundiária.	26 ha
<b>Superfície Agrícola Útil</b>	SAU	Indica em hectares a área da UPA que é efetivamente utilizada para as atividades agropecuárias.	21 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem</b>	UTH	Identifica a disponibilidade de mão de obra existente na UPA. Cada UTH equivale a 300 dias de trabalho com 8 horas diárias.	1,50 ha
<b>Unidade de Trabalho Homem Familiar</b>	UTHf	Identifica a mão de obra familiar disponível na UPA.	1,50 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{SAU}{UTH}$	Identifica a superfície agrícola útil que uma unidade de trabalho homem é capaz de se ocupar.	14 ha
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{SAU}$	Identifica a riqueza gerada em cada um dos hectares utilizados para a produção agrícola.	R\$ 616,81
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{VAL}{UTH}$	Identifica a riqueza que cada mão de obra (UTH) consegue produzir na UPA.	R\$ 8.635,33
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{SAU}$	Identifica quanto que cada hectare contribui financeiramente para a renda agrícola da UPA.	R\$ 593,45
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RA}{UTH}$	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda agrícola da UPA.	R\$ 8.308,30
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RT}{SAU}$	Indica o valor da contribuição de cada hectare cultivado em relação a renda total da UPA.	R\$ 1.569,64
<b>Indicadores Combinados</b>	$\frac{RT}{UTH}$	Indica o valor da contribuição de cada unidade de trabalho homem em relação a renda total da UPA.	R\$ 21.974,57

**Fonte:** Pesquisa (2015).

Cabe destacar, que os únicos residentes desta propriedade são dois dos moradores mais antigos de Nova Esperança do Sul e o casal mais idoso entrevistado na presente pesquisa. Profundos conhecedores da história do município e da região do Vale do Jaguari, ele atualmente está com 83 anos e ela com 78. Por isso, a força de trabalho é tipicamente familiar e corresponde apenas a 1,75 UTHf. Mas, apesar de uma idade já avançada e aposentados, os proprietários ainda fazem questão de desenvolverem pequenas atividades, como limpeza e organização, no dia a dia da UPA.

A análise dos dados indica que ao avaliar-se a utilização da mão de obra na propriedade (SAU/UTH), encontra-se a informação de que uma unidade de trabalho homem consegue ocupar-se com 14 ha nesta UPA.

Verificando-se a produtividade da terra (VAL/SAU), é encontrado um valor de R\$ 616,81 para cada hectare trabalhado. Já a produtividade do trabalho (VAL/UTH) indica que R\$ 8.635,33 é o valor da contribuição que cada unidade de trabalho homem dá em termos de valor agregado.

Em relação ao rendimento da terra (RA/SAU), identificou-se que cada unidade de área contribui com R\$ 593,45 para a renda agrícola. Já o rendimento do trabalho (RA/UTH), indica que cada unidade de trabalho homem contribuiu com R\$ 8.308,30 em relação a renda agrícola.

A avaliação da renda total em relação a mão de obra (RT/UTH) apontaram que essa UPA obteve um valor de R\$ 21.974,57 no ano pesquisado. E a contribuição que cada unidade de área apresenta em relação a renda total (RT/SAU) é de R\$ 1.569,64.

Nesta UPA a produção vegetal destinada a comercialização restringe-se apenas a produção de milho, que em 2014 teve um faturamento de R\$ 4.000,00. Parte desse produto é destinada para venda e parte para a alimentação dos animais.

O autoconsumo dos produtos vegetais no mesmo ano indicou um valor de R\$ 555,00. Os principais produtos produzidos para a subsistência da família são feijão, mandioca, alface, tomate, rúcula, laranja, pêssigo e melancia.

O itinerário técnico mostrado a seguir, quadro 10, apresenta os principais produtos de origem vegetal produzidos nesta UPA:

**Quadro 10:** Itinerário técnico dos principais cultivos do estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 5

Cultivo	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Milho	Colheita								Plantio	Cuidados	Cuidados	Cuidados
Feijão									Plantio	Cuidados	Cuidados	Colheita
Mandioca	Colheita									Plantio	Cuidados	Cuidados
Tomate	Plantio			Colheita				Plantio				Colheita
Alface				Plantio 1		Colheita 1	Plantio 2		Colheita 2			

Fonte: Pesquisa (2015).

**Figura 27:** Lavoura de milho encontrada no estudo de caso na UPA Familiar – Tipo 5

Fonte: Pesquisa (2015).

Dentre as atividades de criação, nesta UPA os proprietários estão envolvidos com alguns animais, destinados a pecuária de corte. No período pesquisado, esse rebanho estava composto de 13 animais, vendidos no comércio local, para os familiares ou mesmo para o neto que é o arrendatário da maior parte das terras da UPA. Em 2014, essas vendas renderam um faturamento de R\$ 16.650,00, sendo esses animais todos cuidados pelo casal de proprietários. Cabe destacar ainda, que esse faturamento aliado ao arrendamento e a aposentadoria são as principais fontes de renda nesta UPA.

Anualmente, é plantada uma pequena área de 0,5 ha para pastagem de aveia ou azevém destinados a alimentação desses animais, que é complementada com ração, sal e sal mineral, além dos remédios comprados sempre que necessário. O custo dos diversos insumos com as criações em 2014 atingiram um valor de R\$ 2.580,00.

São criados ainda uma vaca de leite, alguns suínos e aves para o autoconsumo da família. O custo do efetivo animal em função do autoconsumo familiar no ano pesquisado foi de R\$ 6.100, principalmente porque todo o ano a família sacrifica uma ou duas novilhas para serem divididas entre filhos e netos. A produção animal responde por 91% e os cultivos vegetais por 9% do autoconsumo na propriedade.

O capital imobilizado foi identificado em R\$ 882.867,55, estando composto por R\$ 36.225,00 dos animais, R\$ 165.000,00 das máquinas e equipamentos e R\$ 667.000,00 relacionados a terra, que atualmente custa R\$ 26.000/ha.

Esta UPA possui como benfeitorias uma casa de madeira para moradia, grande, antiga, mas em bom estado de conservação, que está orçada em R\$ 100.000,00. Um galpão misto valendo R\$ 40.000,00 para armazenagem de grãos e das equipamentos da propriedade, além de 5 cabanas construídas a alguns anos no balneário da família a um custo total de R\$ 25.000,00.

**Figura 28:** Vista parcial das cabanas e camping na UPA Familiar – Tipo 5



**Fonte:** Pesquisa (2015).

Atualmente, os poucos equipamentos encontrados na UPA são utensílios e ferramentas manuais destinados para produção de leite à família, na horta, pomar e principalmente na limpeza e conservação da área de moradia. Todas atividades que os próprios proprietários, apesar da idade, fazem questão de executar diariamente na UPA. Dentre os equipamentos encontrados estão enxadas, pás, martelos, foices, rastelos, um pulverizador costal, um machado, dois tarros em alumínio para armazenamento e conservação de leite, e algumas lonas canos e ferros utilizados

para montagem de uma estufa.

Nesta UPA utilizada como estudo de caso, a origem das rendas pode-se dizer que atualmente é das mais variadas, conforme mostra o quadro 11 abaixo.

**Quadro 11:** Análise das rendas encontradas no estudo de caso da UPA Familiar – Tipo 5

Tipo de Renda	Renda Total (RT)	Renda Agrícola (RA)	Renda Não Agrícola Total (RÑA)	Renda Não Agrícola Diversa	Renda de Aposentadorias (RAPOS)	Renda das Atividades Não Agrícolas (Raña)
				<b>Arrendamento</b>		<b>Pluriatividade</b>
<b>Valor R\$</b>	32.962,45	12.462,45	20.500,00	8.500,00	9.000,00	3.000,00
<b>Percentual</b>	100%	37,81%	62,19%	25,79%	27,30%	9,10%

Fonte: Pesquisa (2015).

Analisando os dados apresentados percebe-se que a composição da renda total desta propriedade, tem uma maior contribuição por parte das chamadas rendas não agrícolas, o que pode ser considerado normal em virtude da idade avançada dos proprietários.

Porém, é preciso estar atento não apenas aos dados encontrados, mas também a os acontecimentos cotidianos que levam a entender como se dá e o que é preciso ser feito para que se possa manter a reprodução socioeconômica desta família.

Primeiramente, em relação a renda das aposentadorias, que equivalem 27,30% das rendas não agrícolas, conforme os proprietários essas rendas são exclusivamente para garantir a saúde e o bem estar dos mesmos, por isso nenhum valor oriundo deste tipo de renda é investido na UPA.

Em relação ao arrendamento, segundo maior valor das rendas não agrícolas, 25,79%, o arrendatário é neto dos proprietários, e utiliza as terras para a plantação de soja, realizando o pagamento de acordo com o que é produzido. Essa parceria que já existe a quatro anos é fruto de intensa discussão entre a família, ou seja, os proprietários e os quatro filhos que há vários anos já não residem na UPA.

As informações prestadas indicam que na verdade, essa discussão se deu por conta dos proprietários ainda não terem realizado o inventário de bens com a finalidade de repartir a herança entre os filhos. Mas, o arrendamento nas palavras deles é uma fonte de renda praticamente segura e uma forma de manterem a terra cultivada, aliado ao fato de estarem incentivando um dos netos, técnico agrícola formado, e que futuramente poderá garantir a sucessão familiar na propriedade.

Diante disso, fica evidente que ocorre uma clara estratégia de extensificação

do sistema de produção da UPA pesquisada, de diversificação das rendas e que vislumbra ainda o futuro e a sustentabilidade da propriedade.

Já as atividades de turismo rural, que compreendem 9,10% das rendas não agrícolas, são atividades consideradas não tão recentes pelos proprietários, mas que foram formalizadas praticamente a dez anos com a supervisão e acompanhamento técnico da Prefeitura Municipal e escritório local da Emater.

O reconhecimento para esse tipo de atividade deve-se ao fato de que boa parte da propriedade é cercada por belas paisagens e talvez a principal delas seja o Rio Piquiri um dos principais cursos d'água da região. Ocorre que há muitos anos no período de verão as pessoas vinham usufruir do local, mas sem deixar nenhum retorno financeiro, até mesmo porque não havia estrutura alguma no local.

Através de um parceria e qualificação recebida dos técnicos do escritório local da Emater e da Prefeitura Municipal, a família conseguiu perceber a multifuncionalidade<sup>17</sup> que poderia se dar à propriedade e a importância de organizar o local como atrativo turístico, ou seja, como um balneário.

Com o auxílio dos filhos e netos que garantiram dar continuidade nesse projeto principalmente manterem a preservação do local, os proprietários decidiram então investirem e criaram o Balneário Pivotto, que hoje está estruturado com piscina natural, cinco cabanas, copa, banheiros, churrasqueiras e cancha de bocha.

Segundo os proprietários, o que diferencia o local e é atração no município e na região é a possibilidade das pessoas poderem banhar-se e nadarem tranquilamente nas águas limpas e rasas do local, o que não pode ser feito no principal atrativo turístico de Nova Esperança do Sul, a Gruta Nossa Senhora de Fátima.

Possui ainda área para acampamento de barracas e trailers, quadras de futebol e vôlei de areia, trilhas a pé e de motos, além de extensa arborização e mata nativas.

---

<sup>17</sup> A multifuncionalidade do rural ou da agricultura familiar podem ser (re)conhecidos e melhor compreendidos nas obras de Soares (2000), Cazella et al. (2009), entre outros.

**Figura 29:** Cabanas do balneário na UPA Familiar – Tipo 5



**Fonte:** Pesquisa (2015).

Segundo os proprietários, o retorno do que foi investido ainda é incipiente, principalmente por que as atividades no balneário são sazonais, assim como são nos outros balneários existentes no município, ocorrendo geralmente de 3 a 4 meses no verão.

Mas, esporadicamente ocorre o aluguel da área para eventos da prefeitura ou mesmo para empresas do município, sendo esse um dos fatores que lhe dão a certeza de um complemento na renda familiar e na continuação desse tipo de atividade por parte dos familiares. Em 2014, o retorno com esse tipo de atividade rendeu ao casal R\$ 3.000,00.

**Figura 30:** Vista parcial da área de camping no balneário da UPA Familiar – Tipo 5



**Fonte:** Pesquisa (2015).

### 5.3 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NAS UPAS FAMILIARES QUE DESENVOLVEM A PLURIATIVIDADE

Sabe-se que estratégia é um termo antigo originado no meio militar que resumidamente significa a aplicação de forças contra determinado inimigo. Porém, em se tratando de negócios, define-se como o comportamento utilizado pelos líderes de uma organização ou empresa para lidar com situações inerentes a seu ambiente de trabalho (CHIAVENATO, 2004).

Nesta etapa do trabalho, busca-se discriminar e na medida do possível analisar a função da pluriatividade como estratégia de reprodução e alternativa de ascensão econômica e social nas cinco UPAs Familiares utilizadas como estudo de caso no município.

Ademais, é importante que se identifique se realmente o desenvolvimento de atividades pluriativas de fato pode ser considerado um vetor de desenvolvimento sustentável e diversificação dos meios de vida das famílias rurais (ELLIS, 2000).

Ficou claro, que entre as UPAs pesquisadas algumas situações são homogêneas, desta forma credita-se a utilização da mão de obra familiar como a principal delas. Isso ocorre em virtude das mesmas serem pequenas e médias propriedades não apenas em relação à superfície total, mas principalmente em relação a superfície utilizada para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.

Em se tratando da força de trabalho, em todas as cinco UPAs pesquisadas são os proprietários que administram as mesmas, mas, apenas a UPA tipo 3 utiliza-se efetivamente da contratação de mão de obra externa para os períodos de maior trabalho como no caso da colheita. Isso acontece não apenas porque a família não dá conta sozinha das atividades, mas também porque o trabalho com a uva exige um cuidado especial em todas as suas etapas e especificamente na colheita quanto mais rápido as frutas forem colhidas menos desperdício e despesas ocorrerão. Nas UPAs tipo 1 e 2, o que ocorrem são parcerias com familiares ou lindeiros sempre que necessário, sendo que geralmente essas parcerias acontecem pela falta de máquinas e equipamentos suficientes para o desenvolvimento das atividades agrícolas, mas ocorrem principalmente devido à necessidade desses produtores dedicarem-se a pluriatividade que exercem fora da propriedade, no serviço público e no setor coureiro-calçadista respectivamente.

Para Laurenti (2000) a terceirização dos processos produtivos geralmente

ocorre quando a mão de obra familiar é insuficiente ou mesmo inexperiente, podendo também acontecer quando a cultura adotada exige uma tecnologia ou maquinário, no plantio ou colheita, mais sofisticada por parte do produtor, como no caso das chamadas *commodities*.

Em relação a sucessão familiar e o conseqüente seguimento das atividades agropecuárias nas UPAs pesquisadas, identificou-se que apenas a UPA tipo 3 já trata desse tema, pois o filho menor acompanha e realiza diversas as atividades cotidianas na propriedade, aliado ao fato de estar estudando no curso técnico em agropecuária num dos IFs da região. Na UPA tipo 1, o filho menor desenvolve poucas atividades ligadas a propriedade e já demonstra interesse em trabalhar fora como os irmãos mais velhos. Na UPA tipo 2 o único filho do casal já não reside com os pais e trabalha na área de enfermagem num município vizinho. Na UPA tipo 4, apesar do único filho do casal ainda residir na propriedade o mesmo desenvolve pouquíssimas atividades ligadas à propriedade e trabalha com informática numa empresa local. Na UPA tipo 5 o tema da sucessão ainda é tratado de forma lenta, pois os proprietários ainda não fizeram o inventário e partilha das terras para os 4 filhos do casal. Mas, acredita-se que o arrendamento além de uma estratégia de incremento da renda pode servir também para que o atual arrendatário, neto dos proprietários e técnico agrícola formado, seja aquele que dê continuidade nos negócios da família na propriedade.

No que diz respeito ao local onde a atividade não agrícola, ou seja, a pluriatividade é desenvolvida, os que trabalham fora são os proprietários das UPAs tipo 1 e 3 que trabalham no serviço público, assim como o da UPA tipo 2 que exerce atividades no setor coureiro-calçadista. Nessas propriedades, evidenciou-se que o funcionamento das mesmas acontece de forma cautelosa, ocorrendo certa moderação por parte dos proprietários em relação a investimentos. Com certeza, isso acontece pelo fato dos mesmos não poderem dedicar a maior parte do seu tempo as atividades das mesmas.

Nas UPAs tipo 4 e 5 as atividades pluriativas, que são o artesanato em couro e o turismo rural respectivamente, ocorrem no interior das mesmas e desta forma oportunizam que os proprietários possam estar atentos e ajam mais rapidamente quando há necessidade de mudanças, reformas ou investimentos. Isso fica comprovado em função de que nos últimos anos na UPA tipo 4 a ampliação e melhoria nos equipamentos para o setor leiteiro foram significativas e resultaram

num retorno financeiro ainda melhor. O mesmo vem ocorrendo com a UPA tipo 5, onde notou-se que a construção das cabanas para receber e acomodar melhor os turistas causou um impacto positivo em termos de divulgação do local, sendo ainda perceptível ano após ano o incremento no número de visitantes no balneário.

Em termos de renda agrícola, cabe destacar que as UPAs tipo 2 e 4, com 64,34% e 65,73% respectivamente, foram as únicas propriedades que apresentaram esse indicador com um percentual maior em relação a renda não agrícola. Casualmente ou não, nessas duas UPAs os proprietários desenvolvem a pluriatividade no setor coureiro calçadista, onde segundo Deponti (2007) os salários pagos são modestos, apesar de vantagens como cesta básica, vale transporte, médico, entre outros. Em contrapartida ao baixo salário do setor, nessas UPAs os proprietários podem dedicar maior parte do seu tempo as atividades agropecuárias, em média 6 horas/dia, pois desenvolvem atividades pluriativas nas empresas e em turno único como é o caso da UPA tipo 2 ou mesmo na própria UPA como é o caso da UPA tipo 4 onde o artesanato em couro é feito na própria propriedade.

A UPA tipo 1 foi onde a renda não agrícola atingiu o maior índice, 72,92% em relação a renda agrícola que foi de 27,08%. Identificou-se que é nessa propriedade que o marido dedica o menor tempo diário as atividades agrícolas, apenas 3 horas/dia. Sem dúvida, isso é reflexo da dedicação integral às atividades no serviço público. Por isso, os investimentos nessa UPA quase não existem, assim como as máquinas e equipamentos utilizados para a produção vegetal, fazendo com que o funcionamento total da mesma ocorra somente nos períodos sazonais de plantio e colheita, da soja e do trigo, ocorrendo ainda a necessidade de serem feitas em parcerias conforme citado anteriormente.

A UPA tipo 3 apresentou como renda não agrícola um percentual de 56,84% contra 43,16% da renda agrícola, uma diferença não tão significativa em relação as demais UPAs pesquisadas, mas que também exige atenção e cuidados. Neste caso, assim como na UPA tipo 1, ocorre uma dedicação total por parte dos proprietários às atividades pluriativas no serviço público. Contudo os mesmos não se descuidam da mesma e a prova disso está na qualificação que está sendo dada ao filho menor, assim como a contratação anual de pelo menos um ajudante no período de cuidados (raleio, desbaste, desbrota, etc.) e na colheita das uvas. Desta forma, as atividades e rendas pluriativas são mantidas e a manutenção das atividades internas da UPA não sofrem alterações.

Já a UPA tipo 5 apontou o percentual de 61,49% para as rendas não agrícolas contra 38,81% da renda agrícola, mas, neste caso específico cabe destacar que devido à idade avançada dos proprietários e a dificuldade dos mesmos de realizarem algumas atividades cotidianas na propriedade, as estratégias adotadas são bem diferentes, resultando assim em tipos de rendas também bem diferentes em relação as demais UPAs. Na UPA tipo 5, pode-se afirmar que essa diferença significativa é referente o arrendamento das terras para o plantio de soja, que além de manter as mesmas cultivadas abarca 29,58% da renda total. Existe ainda, a renda proveniente da pluriatividade com o turismo rural, que além de oportunizar o atendimento de novas demandas no meio rural, no ano pesquisado apontou um índice de 8,96% em relação a renda total. Por último, nesta propriedade a complementariedade da renda total refere-se as aposentadorias do casal de proprietários, que em 2014, ano pesquisado, esse tipo de renda contribuiu com 22,95% da renda total da UPA em questão.

Diante das rendas apresentadas, alguns poderão se opor e não classificar os estudos de caso tipo 1, 3 e 5 como agricultor familiar, por entenderem que os mesmos não atendem ao estabelecido pela Lei 11.326 (BRASIL, 2006) em seu requisito III, onde o mesmo exige que o produtor *tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento*.

Contudo, vale ressaltar que apesar dos dados relacionados à renda familiar não atenderem o requisito acima citado, não há como não enquadrá-los como típicos agricultores familiares, haja vista, que todos os demais requisitos são atendidos. Além disso, esses produtores e suas famílias sempre trabalharam no meio rural, possuem bloco de produtor e por inúmeras vezes foram assistidos por linhas de crédito, como o próprio PRONAF.

Portanto, o exercício da pluriatividade precisa ser entendido nestes casos como uma estratégia adotada por essas famílias para que as mesmas consigam obter efetivamente um desenvolvimento econômico e social em suas vidas. Afinal, sabe-se que o fenômeno da pluriatividade se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família, (SCHNEIDER, 2003).

Ao analisar-se rendas provenientes de aposentadorias, os indicadores encontrados apontam que as UPAs tipo 2, 3 e 4 não auferem as mesmas. Porém,

durante o ano pesquisado a UPA tipo 1 recebeu R\$ 14.400,00 enquanto a UPA tipo 5 obteve R\$ 7.680,00, o que equivale a 19,02% e 22,95% respectivamente, em relação a renda total dessas propriedades. Contudo, o que diferencia as duas propriedades é que enquanto na UPA tipo 1 esse valor diz respeito apenas a mãe do proprietário, na UPA tipo 5 o montante informado corresponde ao casal donos da mesma.

Sabe-se, que esses tipos de transferências sociais indicam o envelhecimento no campo e são uma realidade no cotidiano rural brasileiro. Aliado a isso, esses tipos de dados já foram mencionados em outros trabalhos, evidenciando a existência de não apenas os agricultores familiares tradicionais e os pluriativos, mas, também aposentados e pensionistas, entre outros, conforme citado por Dos Anjos e Caldas (2008).

Neste trabalho, a similaridade em relação a esse tipo de renda é que de acordo com as informações levantadas, em ambos os casos esses recursos financeiros são utilizados apenas para cuidados com a saúde (remédios, consultas, exames) e o bem estar (roupas, viagens, etc.) desses beneficiários.

Mas, é importante frisar que nas muitas entrevistas realizadas e em todos os estudos de caso apresentados, percebeu-se que um dos principais motivos que tem levado os agricultores familiares de Nova Esperança do Sul a desenvolver atividades pluriativas é a sazonalidade da produção agrícola. Por possuir uma dimensão territorial considerada pequena, os intervalos existentes e necessários entre o preparo do solo, o plantio e a colheita, permitem que o produtor local desenvolva outros tipos de atividades e até mesmo recorra a atividades que gerem as chamadas rendas não agrícolas.

As estratégias aqui destacadas demonstram não apenas o conhecimento e experiência dessas famílias, mas, também sua preocupação em relação a uma vida melhor, identificando ainda a sua luta e perseverança em prol do setor agrícola e consequentemente do desenvolvimento rural propriamente dito.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se, que atualmente a agricultura familiar responde por boa parte dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras e isso fez com que essa importante categoria social passasse a receber uma atenção especial por parte da academia (com a criação de cursos de pós-graduação e eventos diversos) e principalmente pelos agentes públicos, em especial com novas políticas de apoio e incentivo, tendo como exemplo mais significativo o PRONAF.

No Vale do Jaguari não tem sido diferente, ou seja, ao longo do tempo os agricultores familiares tiveram que ir se adaptando às mudanças que foram ocorrendo, principalmente aquelas relacionadas às novas exigências do mercado e do meio rural, bem como na adoção de ferramentas e estratégias que garantissem a permanência no campo e uma melhor ascensão econômica e social.

Na região do referido estudo destaca-se Nova Esperança do Sul, município de colonização italiana, que assim como os demais possui forte vocação agropecuária, porém muito identificado com o setor industrial, pois no mesmo encontram-se diversas pequenas e médias empresas que atuam no setor, além de um grande curtume que destina sua produção exclusivamente para exportação.

Conforme identificado ao longo do trabalho, Nova Esperança do Sul nos dias atuais é conhecida na região e no Estado pela forte ligação com o setor coureiro calçadista, contudo as atividades agropecuárias também fazem parte da base econômica local. Apesar da expansão da área plantada de soja nos últimos anos o município tem ainda no setor agropecuário a produção trigo, fumo, milho, arroz, leite, aveia, azevém, lenha, mel, legumes, frutas e hortaliças, assim como a criação de bovinos, ovinos, caprinos, peixes, entre outros.

Essa identificação com a atividade industrial atribuiu ao município uma característica diferenciada entre os demais da região, fazendo inclusive com que boa parte da agricultura familiar de Nova Esperança do Sul visse nesse setor uma possibilidade concreta de diversificação da renda familiar, da permanência no meio rural e conseqüentemente de melhoria da qualidade de vida das famílias.

A utilização dos conceitos da Abordagem Sistêmica aliados a leitura da paisagem e as entrevistas realizadas permitiram responder o objetivo geral deste trabalho, pois identificou-se que em Nova Esperança do Sul há várias décadas a agricultura familiar através da pluriatividade, está intimamente ligada ao setor

coureiro calçadista desenvolvendo atividades não agrícolas.

Porém, nos últimos anos outros setores da economia local como o do comércio e o de serviços também tem absorvido mão de obra proveniente da agricultura familiar, confirmando assim que essa importante categoria social vem adotando estratégias de diversificação a fim de garantir sua reprodução econômica e social, pois tem combinado há vários anos o exercício de atividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora da UPA.

A afirmação acima corrobora com Schneider (1999) quando o autor cita que a terra e o trabalho na agricultura sofreram alterações e acabaram por assumir diferentes características, pois essas novas formas de trabalho e de produção, através das atividades não agrícolas, permitiram entre outras coisas que os colonos continuassem vivendo em suas propriedades.

Ocorre ainda na zona rural do município, mesmo que em pequena escala, de existirem propriedades que servem apenas de moradia para os seus proprietários. Esses moradores são na sua maioria já aposentados ou pessoas que possuem alguma ocupação profissional na sede do município e optaram por residirem na calma do interior. É o que se chama de espaço multifuncional, caracterizado quando o meio rural não exerce apenas a função de produção de alimentos e matérias primas, mas também ocupa-se como um lugar de moradia, de lazer e relação com a natureza (SCHNEIDER, 2009).

A construção das tipologias de UPAs pluriativas, apresentadas ao longo deste trabalho, deu-se através de uma análise criteriosa juntamente com os informantes chave dos diversos tipos de propriedades existentes na zona rural do município. Desta forma, conseguiu-se identificar uma heterogeneidade de sistemas de produção e criação utilizados, assim como uma série de “modelos” de gestão implementados pelos proprietários das mesmas ao longo dos anos e na realidade atual.

No que diz respeito às diferenças situacionais mais significativas que as atividades não agrícolas exercem sobre os tipos de UPAs pluriativas encontradas no município, cabe aqui destacar alguns pontos.

Em relação ao êxodo rural, percebe-se que as estratégias adotadas pelas famílias visando o desenvolvimento das atividades pluriativas, no setor coureiro calçadista, no serviço público e no turismo rural, oportunizaram que as mesmas mantivessem-se nas suas propriedades e ainda garantissem uma maximização na

renda e conseqüentemente uma melhoria significativa na qualidade de vida.

Em se tratando de dedicação diária a UPA, identificou-se que os membros das famílias que desenvolvem atividades pluriativas no serviço público são aqueles que dedicam um menor tempo à propriedade. Diferentemente daqueles que trabalham no setor coureiro calçadista, pois esses trabalham em turno único na maioria das empresas e podem dedicar o restante do dia as atividades agropecuárias da UPA. Existem ainda os produtores que trabalham em casa e podem resolver ou até mesmo antecipar-se a algum problema na propriedade, é o caso daqueles que trabalham com o turismo rural e com o artesanato em couro.

A afirmação acima, talvez justifique porque o investimento em tecnologia é mais perceptível nas UPAs onde algum membro da família desenvolve a pluriatividade no setor coureiro calçadista, o que não fica assim tão evidente naquelas propriedades em que as atividades pluriativas acontecem no serviço público ou mesmo no turismo rural. No caso do último, muito em função da idade avançada dos proprietários ou devido ao arrendamento das terras.

O fato é que o planejamento e a organização da UPA além de ser importante ainda pode trazer muito benefícios às famílias envolvidas e acaba refletindo diretamente na competitividade da propriedade, tanto na aquisição de insumos como na decisão de uma nova cultura ou criação, afinal a mão de obra utilizada na UPA é afetada diretamente, principalmente quando a atividade é desenvolvida fora da mesma.

Fialho (2000) já havia identificado em seu estudo realizado nos municípios de Dois Irmãos e Ivoti que a participação de algum membro da UPA em atividades pluriativas ocasionava uma redução da mão de obra disponível na propriedade, obrigando os demais membros da família a assumirem uma extensão maior da área a ser utilizada.

Contudo, o impacto concreto e as conseqüências da inserção da agricultura familiar no mercado não agrícola, pode mesmo ser visto na qualidade de vida das pessoas envolvidas, na gestão e conseqüentemente organização das UPAs pesquisadas.

Desta forma, percebeu-se que a adoção da pluriatividade além de servir como uma alternativa de maximização da renda das famílias, também oportuniza que essas pessoas possam incrementar suas moradias com novos móveis e utensílios ou mesmo com a aquisição de roupas, alimentos e remédios sempre que

necessário. Neste aspecto, outro ponto importante a ser destacado é o bom estado de conservação das benfeitorias pesquisadas, tanto as casas de moradias quanto os galpões para estocagem dos insumos ou aqueles destinados à armazenagem das máquinas e equipamentos utilizados.

Evidenciou-se também o esforço e o investimento que essas famílias fazem para que seus filhos possam dar continuidade em seus estudos mesmo que fora do município, assim como de manterem-se atualizados e participativos em eventos ligados ao setor agropecuário, além de procurarem viajar sempre que possível tendo assim a oportunidade de conhecerem outros lugares ou mesmo outras propriedades.

Essa afirmação fortalece as ideias de Schneider (2009) e Fialho (2000), respectivamente, quando os autores afirmam que a pluriatividade é resultado das decisões tomadas, individualmente ou em grupo, conforme o contexto social e econômico das famílias envolvidas, e que as famílias que utilizam-se deste sistema são aquelas que atingem um melhor nível de capitalização e desfrutam de uma melhor qualidade de vida.

Isto posto, cabe destacar que o presente trabalho buscou identificar as estratégias adotadas por parte da agricultura familiar de Nova Esperança do Sul que desenvolve a chamada pluriatividade e que mesmo não tendo sido objeto de estudo identificar se ocorre a chamada pluriatividade de base agrária ou a intersetorial, através das informações levantadas percebeu-se que ambas fazem parte do cotidiano local, porém, a pluriatividade intersetorial sem duvida alguma é a que mais ocorre no município.

Dentre as limitações deste trabalho, talvez a utilização de apenas uma propriedade para cada um dos cinco tipos de UPAs pluriativas encontradas, seja um limitante para a busca de informações mais precisas. Todavia, é importante destacar que os dados aqui apresentados limitam-se as informações das cinco UPAS utilizadas como estudo de caso nesta pesquisa, portanto, tais análises não devem ser usadas como exemplos para todas as propriedades pluriativas do município.

Dito isto, acredita-se que esse “novo rural”, tratado por diversos autores e em diversos trabalhos, já faz parte do cotidiano da agricultura familiar de Nova Esperança do Sul e assim o será por muito tempo, afinal, é perceptível que uma parcela significativa dessa categoria social não tem a agropecuária como o seu principal meio de sobrevivência.

Cabe ainda destacar, que a pluriatividade continua sendo um tema

importante e atual quando se trata de estudos relacionados às alternativas de reprodução da agricultura familiar brasileira. Afinal, a diversificação das rendas continua declaradamente um importante mecanismo de ascensão dessa importante categoria social e conseqüentemente uma forma de redução da pobreza rural e fortalecimento do desenvolvimento local.

Finalizando, a análise pormenorizada deste trabalho, indica a pluriatividade não apenas como mais uma forma de geração de renda, mas também como uma alternativa dessas famílias para permanência no meio rural e principalmente como uma estratégia adotada a fim garantir que cada uma dessas UPAs mantenha-se eficiente e desta forma possam efetivamente garantir o desenvolvimento rural de sua região.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1997.

ANÉSE, R. L. R., **Arranjos produtivos locais e capital social no Vale do Jaguari/RS**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava/Paraná: Unicentro, 2004.

BRASIL. **Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. [S.l.], mar. 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BERTALANFFY, L. Von. **Teoria geral dos sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAPÃO Grande. In: GOOGLE EARTH. 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

CAZELLA, A. A. et al. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2001.

COTANDA, F. C. et. al. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 63-84.

DEPONTI, G. **Processo de desenvolvimento do turismo em Nova Esperança do Sul / RS e microrregião**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2007. (Série Realidade Rural).

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**. [S.l.]: Elsevier Brasil, 2008.

DOS ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Novos dados sobre a evolução da população ativa rural e da pluriatividade no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO

DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco, **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. CD-Rom.

DUFUMIER, M. **Les Projets de Développement Agricole**. Paris: Karthala–CTA, 1996.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. [S.l.]: Oxford University Press, 2000.

FIALHO, M. A. V. **Agricultura familiar e as rendas não agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre**: um estudo de caso nos municípios de Dois Irmãos e Ivoti-RS. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Programa de Pós Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FRITZ FILHO, L. F. **Análise das trajetórias das unidades de produção agrícolas do Município de Passo Fundo/RS e o processo de modernização da agricultura brasileira**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>>. Acesso em: 1 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Nova Esperança do Sul**. Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/novaesperancadosul.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul**: Nova Esperança do Sul. Rio de Janeiro, 2015b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431303>>. Acesso em: 1 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul**: Nova Esperança do Sul: infográficos: histórico. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=431303&search=riogrande-do-sul%7Cnova-esperanca-do-sul%7Cinfograficos:-historico>>. Acesso em: 12 out. 2014.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pluriatividade e ruralidade**: alguns aspectos metodológicos. São Paulo: UNICAMP, 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

LANDAIS, E.; LHOSTE, P.; MILLEVILLE, P. Points de vue sur la zootechnie et sur les systèmes d'élevage tropicaux. **Chiers des Sciences Humaines**, Paris, ORSTOM, v. 23, n. 3-4, p.421-437, 1987.

LAURENTI, A. C. **Terceirização na produção agrícola**: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola. Londrina: IAPAR, 2000.

LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. Vegetação. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**: Região Sul. Rio de Janeiro: 1990. p.113-150.

LIMA, A. J. P. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUI, 1995.

LINHA 1. In: GOOGLE EARTH. 2015. Disponível em: <<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, cultura e inovações. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, p. 41-59, 2006.

MIELITZ NETO, C. G. A., MELO, L.M., MAIA, C.M.. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

MIGUEL, L. A. Considerações teórico-metodológicas acerca da abordagem sistêmica da Unidade de Produção Agrícola. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 10., 2014. **Anais...** Foz do Iguaçu: SBSP, 2014.

\_\_\_\_\_; MACHADO, J. A. D. Indicadores quantitativos para avaliação da unidade de produção agrícola. In: WAGNER, S. A. et al. (Org.). **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 53-68.

MÓSENA, M. **Agricultura em áreas frágeis**: as transformações decorrentes do processo de arenização em São Francisco de Assis/RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. K. (Comp.). **La calidad de vida**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

PARSONS, T. **A sociologia americana**: perspectivas, problemas, métodos. São Paulo: Cultrix, 1968.

PERLIN, R. C. **O papel do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha na promoção do desenvolvimento das agroindústrias do município de Jaguari-RS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências

Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIQUIRI. In: GOOGLE EARTH. 2015. Disponível em:  
<<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PLANALTO. In: GOOGLE EARTH. 2015. Disponível em:  
<<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

PLOEG, J. D. van der. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Assen: Van Gorcum, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Relatório Anual sobre a situação dos recursos hídricos no Estado do Rio Grande do Sul**: edição 2007-2008. Porto Alegre, 2009. Disponível em:  
<<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/RelatorioRH200708t1.html>>. Acesso em: 30 maio 2015.

ROSS, J. (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SAQUET, M. A. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (Org.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

NOVA ESPERANÇA DO SUL. Secretaria Municipal de Agricultura. **Plano Ambiental Municipal**. Nova Esperança do Sul, 2009. 1 DVD.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

\_\_\_\_\_. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

\_\_\_\_\_; FREITAS, D. T. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para análise do bem estar no meio rural. **Olhares Sociais**, [S.l.], v. 2, p. 121, 2013.

SEBILLOTE, M. Système de culture, un concept opératoire pour les agnômes. In: COMBE, L.; PICCARD, D. (Org.) **Les systèmes de culture**. Paris: INRA, 1990. p. 165-196.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA NETO, B. Abordagem sistêmica, complexidade e sistemas agrários. In. DA MOTA; D. M.; SCHMITZ, H.; VASCONCELLOS, H. E. M. **Agricultura familiar e abordagem sistêmica**. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005. p.81-103.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, [S.l.], v. 87, p. 40-49, 2000.

SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: UFSCar, 2005.

STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008.

UBERTI, H. G. O Vale do Jaguarí no processo de construção da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6, jan./jun. 2012.

VIELMO D. A.; VIELMO H. A. **Nova Esperança do Sul: um relato histórico**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS INFORMANTES-CHAVE****Roteiro para entrevista com os informantes-chave****Projeto de Pesquisa:**

Agricultura Familiar e Pluriatividade na Região do Vale do Jaguari/RS: o caso do município de Nova Esperança do Sul/RS

---

Nome informante: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_

**1) Análise da história, trajetória e evolução da agricultura ao longo dos anos no município de Nova Esperança do Sul:**

a) Como você descreve a trajetória e evolução (**momentos históricos**) da agricultura ao longo do tempo em Nova Esperança do Sul?

b) Ao longo das décadas, quais os principais produtos e processos que alteraram a agricultura no município?

c) As transformações na agricultura foram responsáveis pelo surgimento de atividades importantes e até hoje predominantes? ..... Quais?.....

**2) Análise da tipologia e composição da Agricultura Familiar Pluriativa existente no município de Nova Esperança do Sul:**

a) Como você descreve a trajetória da agricultura familiar pluriativa ao longo do tempo em Nova Esperança do Sul?

b) Quais as principais atividades pluriativas desenvolvidas em Nova Esperança do Sul pela agricultura familiar ao longo das décadas até os dias de hoje?

c) Como você avalia a relação e a importância (econômico e social) do setor coureiro calçadista com a agricultura familiar de Nova Esperança do Sul?

**APÊNDICE B - DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DOS SISTEMAS PRODUÇÃO NO  
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - RS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DOS SISTEMAS PRODUÇÃO NO  
MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO SUL - RS**

**ROTEIRO PARA O ESTUDO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Pesquisador (Aluno): **Claudio R. B. Brasil**

Orientador: **Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel**

Município: **Nova Esperança do Sul**

Ano Agrícola Pesquisado: **2014**

Produtor: \_\_\_\_\_ Contato: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_ Data:- \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2015

Distância da sede do município: \_\_\_\_\_ Km

Área total administrada: \_\_\_\_\_ ha

Principal atividade: \_\_\_\_\_

**1 QUESTÕES FUNDIARIAS**

Superfície Agrícola Útil (SAU)	Encostas	Baixadas	APP	Área Total

Situação fundiária:.....

Valor da Terra/ha: R\$......







#### 4.5 Insumos e Serviços de Terceiros Utilizados na Criação Animal

Especificação	Finalidade	Quantidade	Unidade (Kg, Lt, Sc, etc.)	Custo Médio	Observações

4.6 Existe complementaridade entre as atividade de produção vegetal e animal?

**5 TOPOSEQUENCIA/CROQUI DA UPA** (superfície, localização, tipo de solo, utilização, limitações, etc.)

#### 6 A FAMÍLIA RURAL E A MÃO DE OBRA

6.1 Quantas pessoas vivem na propriedade? .....

6.2 Quantas pessoas em média trabalham na propriedade? .....

## 6.3 Mão de Obra Familiar

Parentesco	Numero pessoas	Idade	Atividade Executada	Carga Horária destinada a UPA

## 6.3.1 Mão de Obra Externa a Família (Contratada)

Categoria e/ou Função	Numero pessoas	Remuneração	Atividade Executada	Carga Horária destinada a UPA

6.4 Qual o maior período de sobre carga da mão de obra na UPA (épocas, atividades, motivos, etc.)?

6.5 Qual o menor período de utilização da mão de obra na UPA (épocas, atividades, motivos, etc.)?

## 6.6 Rendas Não Agrícolas oriundas da Pluriatividade

Membro da Família	Tipo de Atividade	Remuneração	Período do Ano (Duração)	Observações

## 6.7 Rendas Não Agrícolas oriundas de Transferências Sociais

Membro da Família	Origem (Aposentadoria, Auxílios, Bolsas, etc.)	Remuneração	Período do Ano (Duração)	Observações

**7 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA UPA**

Descrição/Finalidade	Qtde	Vida Útil do bem	Valor	Observações

**8 BENFEITORIAS UTILIZADAS NA UPA**

Descrição/Finalidade	Qtde	Vida Útil do bem	Valor	Observações

**9 EMPRÉSTIMOS E/OU FINANCIAMENTOS REALIZADOS**

Finalidade	Origem	Valor Total	Valor Parcela (mês/ano)	Prazo de Pagamento	Saldo Devedor

**10 DESEMBOLSOS EM IMPOSTOS**

Origem	Periodicidade	Valor	Observações
ITR			
Funrural			
IRPF			
ICMS			
IRPF			

**11 COMERCIALIZAÇÃO NA UPA**

Cultivo/Criação	Destino (empresa, cooperativa, etc.)	Quantidade	Preço Médio	Observações

12 História recente da UPA (principais etapas, como obteve as terras, a quanto

tempo reside na UPA, etc.)

13 Como o agricultor vê a sua situação e modo de vida atual em relação a 10 anos atrás?

14 Como o agricultor imagina a propriedade daqui 5, 10 e 20 anos (projetos, sucessão, produção, comercialização, subsistência, etc.)?

15 Como o agricultor analisa as razões e a possibilidade de alguns membros da família desenvolverem outras atividades fora da propriedade?

16 Na sua opinião porque os jovens não ficam na propriedade e saem para a cidade trabalhar e morar fora?

17 Como e quando ocorreu a busca por atividades fora da UPA por parte dos membros da família?

18 Você conhece algum produtor que desenvolve o mesmo tipo de atividade que você e que também possui uma fonte de renda fora da UPA?      ( ) sim   ( ) não